



S / **ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO**

O ipê-rosa, árvore emblemática do cerrado mineiro, foi escolhido para ambientar esta edição da Ordem do Mérito Legislativo.



2025

Temas em destaque

190 anos da ALMG

Em 2025, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais celebrou os 190 anos de instalação do Parlamento mineiro, ocorrida em 31 de janeiro de 1835, em Ouro Preto, ainda como Assembleia Provincial. Ao longo de quase dois séculos, a instituição percorreu um caminho marcado por transformações políticas, desafios históricos e crescente abertura à sociedade.

Essa trajetória de amadurecimento democrático esteve no centro das ações comemorativas realizadas ao longo do ano, que buscaram reforçar o papel do Legislativo estadual como espaço de participação, diálogo e construção coletiva de políticas públicas.

Entre as iniciativas, destacou-se a exposição sediada na Biblioteca da Assembleia (<https://www.almg.gov.br/servicos/biblioteca/inicial/>) durante o mês de fevereiro. A mostra gratuita, com fotos, documentos e publicações marcantes, pôde ser visitada pelos públicos interno e externo.

A equipe da TV Assembleia também preparou uma série com três episódios sobre a história do Parlamento mineiro. Eles foram exibidos no *Jornal da Assembleia* e permanecem disponíveis no canal da TV.

Eventos institucionais em 2025

Ordem do Mérito Legislativo

A edição especial da solenidade de agraciamento da Ordem do Mérito Legislativo (OML) foi realizada no dia 16 de setembro, no Grande Teatro do Palácio das Artes. Instituída em 1982, a OML é a mais alta distinção concedida pela Assembleia e, em 2025, assumiu caráter simbólico ainda mais expressivo, ao integrar as comemorações dos 190 anos da Assembleia.



Solenidade de agraciamento da Ordem do Mérito Legislativo de 2025, realizada no Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

O Conselho da Ordem selecionou 226 agraciados – personalidades, entidades e instituições – cuja atuação contribuiu de maneira relevante para Minas Gerais e para o País em áreas como saúde, educação, justiça, meio ambiente, cultura, comunicação, inclusão social e desenvolvimento econômico.

A cerimônia reuniu autoridades de diferentes esferas e regiões, consolidando a OML como instrumento de reconhecimento público e também como expressão da vocação institucional da ALMG para promover convergência e diálogo. O símbolo escolhido para representar essa edição – os ipês, árvores emblemáticas do cerrado mineiro – evocou a diversidade, a resistência e a capacidade de renovação, atributos igualmente presentes na história da Casa.

Para encerrar as celebrações, a Cantata de Natal celebrou os 190 anos do Parlamento mineiro e os 36 anos da atual Constituição Estadual, também conhecida como “Constituição da Primavera”.

Ao celebrar seus 190 anos, a ALMG reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da democracia, a participação cidadã e a valorização das múltiplas vozes que compõem a sociedade mineira. As iniciativas do ano reforçaram não apenas a importância histórica do Parlamento, mas também seu papel contemporâneo como instituição aberta, plural e orientada ao interesse público.



Mais de 250 personalidades, entidades e instituições foram agraciadas com a Ordem do Mérito Legislativo em 2025.

Fórum técnico Direito do Consumidor: Por Melhores Leis e Relações de Consumo

Neste ano, a Assembleia promoveu o fórum técnico Direito do Consumidor: Por Melhores Leis e Relações de Consumo, iniciativa estruturada para celebrar os 35 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e, sobretudo, para atualizar e fortalecer a legislação mineira voltada à proteção das relações de consumo.

Composto por quatro encontros temáticos e por uma consulta pública *on-line*, o fórum reuniu especialistas, representantes de órgãos de defesa do consumidor, entidades do setor produtivo, agências reguladoras, acadêmicos e cidadãos. O objetivo central foi qualificar o debate legislativo diante dos novos desafios como a expansão da economia digital, o aumento da vulnerabilidade de consumidores e a necessidade de modernização normativa.

Debates e temas centrais

Ao longo dos encontros, foram discutidos quatro temas estruturantes:

- Modernização do CDC e da legislação estadual – diante de fenômenos como comércio eletrônico, plataformas digitais e uso intensivo de dados pessoais, especialistas destacaram a necessidade de regras mais claras sobre tratamento de dados, responsabilidade de fornecedores e proteção em ambientes digitais.
- Interiorização e fortalecimento dos Procons – em razão da cobertura ainda limitada da rede de atendimento no Estado, foi consensual a necessidade de apoio técnico e normativo para ampliar a presença institucional nos municípios.

- Relações de consumo em serviços públicos e setores regulados – foi enfatizada a ampliação da transparência, da qualidade e da fiscalização de serviços essenciais, como energia, água, saneamento e telecomunicações.
- Prevenção e tratamento do superendividamento – diante do aumento da inadimplência no País, o que dá ainda mais relevância ao tema, foram debatidos mecanismos de renegociação, educação financeira e proteção a grupos vulneráveis, sobretudo em tempos de expansão das casas de apostas (Bets).

Participação social e consulta pública

A ALMG ampliou o alcance do fórum por meio de uma consulta pública aberta, permitindo que cidadãos e entidades enviassem contribuições para subsidiar a elaboração de um relatório final. Essa dinâmica reforça o compromisso da instituição com processos participativos, garantindo que a legislação resultante considere diferentes realidades regionais e sociais.

Relevância institucional

O fórum consolidou-se como uma das principais ações institucionais da ALMG em 2025 no campo dos direitos do consumidor. Ao promover debate técnico qualificado e participação cidadã, a Assembleia reafirma seu papel como espaço de construção coletiva de políticas públicas e de atualização legislativa alinhada às transformações sociais, tecnológicas e econômicas. O relatório final, previsto para 2026, orientará a formulação de proposições legislativas e de ações de fortalecimento do sistema estadual de defesa do consumidor, contribuindo para relações de consumo mais equilibradas, transparentes e seguras para a população mineira.



Alexandre Dinelli Couto, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL-BH, participou do 3º encontro do fórum técnico Direito do Consumidor.

Fórum técnico Minas sem Miséria

O fórum técnico Minas sem Miséria foi lançado pela ALMG no dia 17 de julho de 2025. A iniciativa está relacionada à Lei nº 19.990, de 2011, que instituiu o Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) em Minas Gerais, com o objetivo de custear programas e ações sociais voltados à erradicação da pobreza e da extrema pobreza no Estado.

A criação do fórum propôs a problematização da grave situação social de 3,4 milhões de mineiros que vivem em condição de pobreza, sendo 764 mil pessoas em situação de pobreza crônica, de acordo com dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de maio de 2025.

O objetivo central do evento foi promover ampla participação social e institucional para subsidiar a elaboração do futuro Plano Mineiro de Combate à Miséria. Para isso, a ALMG promoveu diálogos entre legisladores, governo, sociedade civil organizada, representações de povos e comunidades tradicionais e cidadãos vulnerabilizados. A organização do fórum contou com a colaboração de mais de 70 entidades da sociedade civil e do poder público.



O fórum técnico Minas sem Miséria promoveu diálogos entre legisladores, governo, sociedade civil organizada, representações de povos e comunidades tradicionais e cidadãos vulnerabilizados.

Cinco encontros regionais, entre agosto e novembro, reuniram propostas em diferentes regiões do Estado: Zona da Mata (em Juiz de Fora), Norte/Noroeste (Montes Claros), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Uberlândia), Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Araçuaí) e Região Metropolitana de Belo Horizonte (Betim).

Cada encontro regional foi estruturado com palestras, debates e trabalho em grupos temáticos, visando construir proposições a partir da realidade local. Os debates foram organizados em cinco eixos estratégicos: soberania e segurança alimentar e nutricional; trabalho digno e educação; diversidade, assistência social e saúde; moradia, território e meio ambiente; e controle social e governança do FEM.

Para ampliar o alcance e incluir cidadãos que não puderam participar presencialmente, o fórum também realizou uma consulta pública na internet, entre setembro e outubro, permitindo o envio de propostas por via digital.



Os debates foram organizados em cinco eixos estratégicos: soberania e segurança alimentar e nutricional; trabalho digno e educação; diversidade, assistência social e saúde; moradia, território e meio ambiente; e controle social e governança do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM).

Outro aspecto tratado durante o evento foi a governança do FEM e a transparência na destinação dos recursos. Nesse sentido, foi proposta a criação de mecanismos de controle social, participação cidadã, monitoramento e avaliação das políticas públicas, além da adoção de um portal de transparência para acompanhamento da aplicação dos recursos.

A etapa final deve ocorrer de 4 a 6 de março de 2026. Nela, representantes eleitos durante os encontros regionais se reunirão para discutir, aprovar e priorizar as propostas apresentadas. Em seguida, será formado um comitê de representação encarregado de sistematizar as proposições e encaminhá-las à ALMG – elas podem se desdobrar em requerimentos, projetos de lei, emendas ou propostas orçamentárias para financiar políticas públicas de superação da miséria.

A regionalização representou o esforço institucional para dar voz aos diferentes territórios de Minas Gerais, reconhecendo as particularidades nos desafios da pobreza e da desigualdade. A participação de representantes de municípios, povos tradicionais, movimentos sociais, instituições de ensino e do poder público demonstrou o caráter plural e democrático do processo.

Atuação político-parlamentar por temas

Administração Pública

Em 2025, a Comissão de Administração Pública recebeu e analisou uma quantidade considerável de matéria legislativa. Os números costumam ser elevados porque os projetos afetam diretamente a vida dos servidores públicos, a estrutura e o funcionamento dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Advocacia-Geral do Estado, da Defensoria Pública, das Polícias Militar e Civil e do sistema de defesa civil.

Os conteúdos tratam dos direitos e deveres dos servidores públicos civis e militares, dos quadros de pessoal dos órgãos do governo e do direito administrativo em geral. Também abrangem a prestação e a concessão de serviços públicos, como os de água e luz. Portanto, têm impacto no cotidiano da população mineira.

Um exemplo é o Projeto de Lei (PL) nº 5.501/18, transformado na Lei nº 25.405, de 2025. A nova norma instituiu o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas de Minas Gerais, com os propósitos de institucionalizar o processo, de forma coordenada e articulada no ciclo orçamentário, aprimorar as políticas públicas e melhorar a qualidade do gasto público.



Comissão de Administração Pública debateu e analisou projetos relacionados à administração pública do estado de Minas Gerais.

No parecer aprovado na comissão em 1º turno, durante a tramitação do projeto, foi apresentado um substitutivo construído a partir de interlocução entre a Assembleia, o Executivo e a Fundação João Pinheiro. As mudanças sugeridas aprimoraram o texto original, buscando garantir mecanismos de compartilhamento de informações e de diálogo institucional. Assim, promoveram mais transparência, cooperação e controle social sobre a formulação, implementação e resultados das políticas públicas.

Outro caso foi o da Lei nº 26.503, de 2025, oriunda do PL nº 849/23. Conforme a norma, entidades filantrópicas e sem fins lucrativos participantes do Sistema Único de Saúde (SUS) que receberem do Estado, em doação ou cessão, bens permanentes destinados às suas unidades de apoio diagnóstico e terapêutico, ou os adquirirem com recursos provenientes do poder público estadual, poderão utilizá-los no atendimento a pacientes que não sejam usuários do SUS. Tal situação deve observar determinados critérios e limites.

Ainda tramitou no colegiado o PL nº 2.967/24, transformado em maio na Lei nº 25.235, de 2025. A norma instituiu o Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais (SIT-MG) e criou a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig). Também de autoria do governador, foi aprovado em definitivo no dia 11 de dezembro o PL nº 4.081/25, que reestabeleceu o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG) como a entidade executiva de trânsito do Estado, mas dessa vez como autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Sepag).

Outro texto assinado pelo Executivo, o PL nº 4.380/25 autoriza o Poder Executivo a desestatizar a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa-MG). Proposta de maior repercussão no semestre, a possibilidade de privatização da estatal, tema de intensos debates na ALMG, tramitou no âmbito do Propag. O projeto foi aprovado em definitivo em 17 de dezembro pelo Plenário por 53 votos a favor da aprovação e 19 contra, após mais de nove horas de obstrução por parte de parlamentares de oposição ao Poder Executivo.

Em relação ao saneamento básico, o PL nº 3.739/25, de autoria do governador, foi desmembrado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A parcela que seguiu com essa numeração trata da regionalização do saneamento, com a criação de três blocos reunindo diversos municípios. O objetivo é adequar a legislação e a organização administrativa estaduais ao Marco Legal do Saneamento, instituído pela Lei Federal nº 11.445, de 2007. A proposta foi aprovada em definitivo no dia 10 de dezembro.

O conteúdo desmembrado deu origem ao PL nº 4.552/25, sobre a ampliação do escopo da autarquia responsável pela regulação dos serviços de saneamento básico no Estado, que passará a se chamar Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais (Arsae-MG), com a aprovação em definitivo da proposição no dia 11 de dezembro. O texto avalizado incluiu entre as suas competências o controle e a fiscalização dos serviços de energia, em especial de gás canalizado.

Explicadas em capítulo especial neste relatório, as iniciativas relacionadas ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) também tramitaram pela Administração Pública. Elas tratam da transferência de imóveis, direitos creditórios e outras alternativas para viabilizar o pagamento do saldo devedor.

Direitos dos servidores

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 56/24, do procurador-geral de Justiça, tinha como objetivo alterar a Lei Complementar nº 34, de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público. Em maio, o texto foi transformado na Lei Complementar nº 182, de 2025, que passou a instituir programa de residência voltado a bacharéis em Direito e graduados em áreas afetas às funções institucionais do MPMG.

Entre outras medidas, a lei também modifica normas relativas à desincompatibilização temporária, à hipótese de inelegibilidade, à remoção voluntária e à promoção por merecimento. Já o PLC nº 75/25,

de autoria da defensora-pública geral, transformado em julho na Lei Complementar nº 185, de 2025, trouxe o programa de residência para oferta de oportunidades de trabalho e aprendizado aos profissionais do sistema de justiça.

Já a Lei nº 25.245, de 2025, que tramitou como PL nº 3.503/25, do governador, promove reajuste nos valores de vencimento das carreiras, dos cargos de provimento em comissão e das gratificações de função do grupo de atividades da educação básica. Por sua vez, a Lei nº 25.568, de 2025, oriunda do PL nº 2.924/24, proposto pelo Tribunal de Justiça, criou cargos de provimento efetivo e em comissão na estrutura do Tribunal de Justiça Militar.

O PL nº 3.211/24, também encaminhado pelo Tribunal de Justiça, transformado na Lei nº 25.367, de 2025, altera a Lei nº 23.173, de 2018, para conferir ao TJMG maior discricionariedade para estabelecer as faixas etárias, com escalonamento, dos valores do auxílio-saúde destinado aos servidores. O PLC nº 76/2025, de autoria do Tribunal de Contas, foi aprovado em 2º turno pelo Plenário no dia 16 de dezembro. Ele altera a Lei Complementar nº 102, de 2008, com os objetivos de instituir a Ouvidoria e a Corregedoria do MP junto ao TCE e modificar outros elementos da estrutura.

Além disso, tramitaram os projetos de revisão anual dos vencimentos dos servidores do TJMG (PL nº 3.213/24, transformado na Lei nº 25.236, de 2025), do MP (PL nº 3.249/25, que virou a Lei nº 25.237, de 2025), do TCE (PL nº 3.478/25, transformado na Lei nº 25.238, de 2025) e da Defensoria Pública (PL nº 3.517/25, que virou a Lei nº 25.239, de 2025).

Audiências e visitas

Em 20 de março, foi realizada visita técnica à Câmara Municipal de Belo Horizonte, para acompanhar audiência pública sobre a instalação de pórticos de cobrança de pedágio na circulação entre a Capital e o Aeroporto de Confins.



Instalação de pórticos de cobrança de pedágio entre Belo Horizonte e o Aeroporto de Confins foram discutidos em audiência pública da Comissão de Administração Pública.

Outra atividade nesse formato foi promovida em 29 de agosto, quando a comissão se deslocou até o Hospital Infantil João Paulo II. A intenção foi verificar as condições de atendimento da população, em especial quanto à infraestrutura hospitalar e ao quadro de pessoal.

Em 22 de maio, o colegiado promoveu audiência para debater as alterações nas regras sobre teletrabalho dos servidores do Poder Executivo, inclusive (e sobretudo) quanto às excepcionalidades para concessão do regime às servidoras lactantes. Após seis dias, ainda no mesmo mês, representantes sindicais tiveram espaço para criticar o PL nº 3.732/25, que tratava da cessão de direitos creditórios para a União, e o PLC nº 69/25, que dispunha sobre compensação previdenciária, ambos no contexto do Propag.

O PL nº 3.734/25 e o PL nº 3.735/25, ambos de autoria do governador, que tratam da federalização da Codemig e da Codemge, foram tema de debate durante audiência pública de 17 de junho. Em julho, eles foram transformados na Lei nº 25.368, de 2025, e na Lei nº 25.369, de 2025, respectivamente. As duas normas integram o Propag.

Em setembro, quatro encontros trataram da aplicação da Lei Rafaela Drummond e do aumento de casos de assédio moral no serviço público estadual, da venda do prédio-sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), da federalização da Minas Gerais Participações S.A. (MGI) e da inclusão dos órgãos e entidades que integram o Sistema Estadual de Meio Ambiente na lista constitucional de instituições de segurança pública.



Lei Rafaela Drummond foi tema de debate na Comissão de Administração Pública para tratar do aumento dos casos de assédio moral no serviço público estadual.

A audiência pública de 7 de outubro teve como proposta discutir o PL nº 3.733/25, que autorizava federalizar ou alienar inúmeros imóveis de propriedade do Estado e de entidades de sua administração indireta no âmbito do Propag. Embora lideranças tenham defendido o arquivamento da proposição, ela seguiu tramitando e, no dia 15 de dezembro, ficou pronta para ser votada em definitivo pelo Plenário. A lista passou a contar com 210 propriedades, em vez das 343 da relação original do Executivo. A última audiência do ano ocorreu em 18 de novembro, a fim de tratar do PL nº 4.380/25, que autoriza a venda da Copasa.

Agropecuária e Agroindústria

Reforçando seu compromisso de buscar avanços para o setor rural mineiro, em 2025 a Comissão de Agropecuária e Agroindústria da ALMG promoveu debates, propôs melhorias e monitorou ações governamentais que impactam a produção agrícola, a pecuária e as cadeias agroindustriais.

Inspeção municipal

No mês de julho, a comissão debateu a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) em Belo Horizonte. Na audiência, foi defendida a criação do serviço como forma de ampliar a formalização de agroindústrias locais, fortalecer a segurança alimentar e impulsionar o desenvolvimento econômico da cidade, com fiscalização sanitária de produtos de origem animal como carnes, ovos, leite, mel e derivados.

Empreendedores relataram dificuldades enfrentadas pela ausência do serviço municipal, que limita mercado e regularização, e apontaram que a adoção do SIM poderia gerar empregos e facilitar a participação em programas públicos de compra de alimentos. Também foram discutidas alternativas como a adesão de Belo Horizonte a consórcios já existentes e a necessidade de organização de dados sobre a demanda local para viabilizar a implantação efetiva do sistema.

Plano Safra

O lançamento em Minas Gerais do Plano Safra 2025-2026 e do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) motivou audiência realizada em agosto. Na ocasião, foram abordados os impactos dessas políticas no financiamento rural e na sustentabilidade da produção de alimentos.



Comissão de Agropecuária e Agroindústria debate o Plano Safra 2025-2026 e o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos.

O evento destacou os recursos previstos no Plano Safra, que ultrapassam R\$ 516 bilhões no País e incluem linhas com juros reduzidos para a agricultura familiar, e a importância de ampliar o acesso ao crédito para pequenos produtores mineiros, especialmente em atividades agroecológicas e voltadas à produção de alimentos saudáveis.

O debate também enfatizou o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), lançado recentemente pelo governo federal como uma estratégia para reduzir o uso de agrotóxicos, fomentar práticas agrícolas mais seguras e fortalecer a assistência técnica, o monitoramento de resíduos e o uso de bioinsumos. Parlamentares reforçaram a necessidade de integrar essas políticas com objetivos de preservação ambiental e segurança alimentar, além de discutir formas de facilitar o acesso aos créditos e a efetiva implementação das ações no Estado.

Conectividade rural

Em setembro, as dificuldades de acesso à internet de qualidade no meio rural foram pauta de nova audiência pública. Parlamentares e especialistas ressaltaram que, apesar de todos os municípios terem alguma cobertura 4G e partes do Estado já alcançarem o 5G, apenas 60% dos domicílios rurais têm acesso efetivo à internet, em confronto com a quase universalização nos centros urbanos, o que compromete competitividade, educação e serviços essenciais no campo.



Programa Conectividade Rural, da Emater, foi tema de debate na Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

A audiência também serviu para destacar políticas públicas já existentes, como o Pronaf Conectividade, lançado com o Plano Safra 2025-2026, e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que permite sua utilização para infraestrutura em tecnologia.

Pouco depois, em 10 de outubro, foi sancionada a Lei nº 25.525, que institui a política estadual de fomento à conectividade e à telefonia celular, uma iniciativa legislativa que busca enfrentar justamente as lacunas apontadas no debate sobre a zona rural. A nova legislação, de autoria do presidente da ALMG, deputado Tadeu Leite (MDB), incorporou medidas para a conectividade rural propostas pelo presidente da Comissão de Agropecuária, deputado Raul Belém (Cidadania).

A norma cria incentivos, inclusive fiscais, para ampliar a cobertura de sinal e de acesso à internet, com foco na universalização dos serviços de comunicação e na redução das desigualdades territoriais entre áreas urbanas e rurais. Essa medida representa um passo institucional importante para consolidar avanços tecnológicos e promover inclusão digital e desenvolvimento regional no Estado.

Criação de aves

Criadores, entidades representativas, veterinários e representantes dos governos estadual e federal compareceram à ALMG em outubro para debater a flexibilização das normas que regem a criação e a participação de pássaros em eventos, atividade que gera empregos e movimentação a economia e o turismo em Minas Gerais, o Estado com o maior número de criadores do País.

Eles defenderam a dispensa da Guia de Transporte Animal (GTA) para eventos e ajustes nos prazos de organização, citando ferramentas de rastreabilidade já existentes, como alternativas eficazes ao controle atual. No encontro, foi ressaltada a relevância do setor para a manutenção de diversidade genética e a criação de espécies ameaçadas. Entre os desafios, foi apontada a preocupação sanitária diante do risco de gripe aviária.

A comissão se comprometeu a buscar soluções que equilibrem controle sanitário, incentivo à atividade e redução de entraves burocráticos para criadores e expositores de pássaros.

Produção de leite

Em novembro, a comissão foi a São João del-Rei (Região Central do Estado) e debateu em audiência pública a necessidade de estimular a produção e o consumo do leite tipo A2 e seus derivados em Minas Gerais, maior produtor de leite do País. Parlamentares, pesquisadores, representantes de laticínios e técnicos destacaram que o A2, por possuir uma proteína mais fácil de digerir, pode ampliar o mercado e agregar valor à cadeia produtiva.



Comissão de Agropecuária e Agroindústria realizou visita a evento para apoiar o movimento voltado à valorização da produção de leite em Minas Gerais.

A produção do leite A2, contudo, depende de certificação específica, genotipagem do rebanho e organização da produção, para garantir rastreabilidade e qualidade do produto. Participantes da audiência defenderam ações de difusão e apoio aos produtores, especialmente os menores, para fortalecer o segmento.

Produtores de leite foram novamente recebidos pela comissão, no mesmo mês de novembro, para debater a grave situação de endividamento do setor. Eles apontaram como causas principais a importação excessiva de leite em pó reconstituído, que derruba preços no mercado interno, o aumento dos custos de produção, juros elevados e instabilidade de receitas. Isso resultou em 2.273 pedidos de recuperação judicial em 2024, um crescimento de 61,8% sobre 2023.

Na audiência, deputados defenderam o PL nº 4.765/25, do deputado Antonio Carlos Arantes (PL), que proíbe a reconstituição de leite em pó importado para venda como leite fluido, como medida para proteger os produtores locais e valorizar a produção mineira. Também foram discutidas propostas de políticas públicas de apoio financeiro, renegociação de dívidas, linhas de crédito emergenciais e redução de encargos tributários para aliviar a crise no setor.

Fiscalização de produtos de origem vegetal

Construída com grande participação e esforço da Comissão de Agropecuária, a Lei nº 25.424, publicada em agosto de 2025, dispõe sobre a inspeção e a fiscalização de produtos de origem vegetal no Estado, com foco em garantir a identidade, a qualidade e a inocuidade dos alimentos.

A norma estabelece regras para que essa fiscalização seja feita de forma contínua e integrada à Política Estadual de Defesa Agropecuária (Pedagro), sob coordenação do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), em articulação com sistemas e órgãos sanitários e de saúde pública.

A nova legislação também define condutas vedadas, sanções administrativas e atribui ao IMA a execução das ações de inspeção e fiscalização ao longo de toda a cadeia produtiva de vegetais, além de prever a possibilidade de apreensão cautelar de produtos que apresentem risco à saúde ou à segurança do consumidor.

Controle populacional do javali-europeu

A invasão de propriedades rurais pelo javali-europeu, em especial no Triângulo Mineiro, foi outro tema de destaque da comissão este ano. Em audiência pública conjunta realizada em abril pelas comissões de Agropecuária e Agroindústria, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, produtores relataram as dificuldades de manejo do animal, considerado uma das cem piores espécies exóticas invasoras do mundo.

O debate contribuiu para aprimoramento e aprovação do PL nº 1.858/23, transformado na Lei nº 25.625, sancionada no dia 12 de dezembro. A norma autoriza o controle e o manejo do javali-europeu por meio da perseguição, abate e captura seguida da eliminação imediata desses animais, utilizando métodos como a caça e a instalação de armadilhas.

A legislação explícita ainda que o controle populacional do javali-europeu deve ser realizado sem limite de quantidade e em qualquer época do ano, de forma a minimizar os impactos ambientais e os efeitos nocivos à saúde pública.

Projetos de lei

Ao longo do ano de 2025, outros projetos de lei (PLs), ainda em tramitação, foram analisados e aprimorados pela Comissão de Agropecuária:

- PL nº 2.477/21 – Dispõe sobre a cadeia produtiva das abelhas nativas sem ferrão e dos produtos e serviços oriundos da prática da meliponicultura no Estado.
- PL nº 2.106/24 – Estabelece diretrizes, incentivos e medidas para promover o reúso de água tratada na irrigação, visando à conservação dos recursos hídricos e ao desenvolvimento sustentável do Estado.
- PL nº 4.338/25 – Institui o Programa Estadual de Financiamento para a Construção de Pequenas Barragens.

Assuntos Municipais e Regionalização

Em 2025, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizou importantes discussões de interesse dos municípios mineiros. Foram debatidos e aperfeiçoados projetos de lei que buscam melhorar a qualidade de vida do cidadão no meio urbano, como a criação de políticas estaduais de arborização urbana, iluminação pública segura e de implementação de sistemas de semáforos inteligentes em municípios do Estado.

Também foram debatidos em reuniões a regionalização de políticas públicas, tema em foco da comissão, por meio dos consórcios intermunicipais e o apoio estadual aos municípios mineiros, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar Mineira em Apoio aos Consórcios Públicos do Estado.



A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizou diversas audiências públicas com temas relevantes para os municípios do Estado.

Dentre as atividades da comissão, destaca-se a visita que aconteceu no dia 2 de outubro, para debater a gestão do Balneário das Águas Santas, no município de Tiradentes (Campo das Vertentes), por parte da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge). Também foi abordado o andamento das obras de melhoria e adequação em execução no local.



A gestão do Balneário das Águas Santas, no município de Tiradentes, foi debatida na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Cultura

O financiamento de políticas culturais em Minas foi uma das principais pautas levantadas pela Comissão de Cultura em 2025.

Em audiência pública, foi debatida a utilização de recursos do Fundo Estadual de Cultura (FEC) no programa Restaura Minas 2, destinado a ações de restauro em edificações mineiras.

Conselheiros e gestores culturais mineiros enfatizaram que quase todo o recurso do FEC (R\$ 20 milhões de R\$ 22 milhões) foi destinado à restauração emergencial de 13 bens históricos, sem consulta ao Conselho Estadual de Política Cultural (Consec).

O então secretário de Estado de Cultura Leônidas Oliveira foi convidado, mas não compareceu nem enviou representante, o que levou a comissão a aprovar requerimento para sua convocação.

Em reunião posterior, com a presença do secretário de Estado, a comissão voltou a discutir o financiamento de políticas culturais. A escassez de recursos e de servidores especializados para a área cultural do Estado foi um consenso entre os participantes.

Segundo Leônidas de Oliveira, seria desejável ampliar o orçamento da área, mas é difícil diante do contingenciamento de recursos determinada pelo governador. Ele acrescentou que não se pode discutir o Fundo de Cultura isoladamente, sendo necessário considerar todo o sistema de financiamento do setor cultural, como recursos aplicados por meio de leis de incentivo.



Comissão de Cultura debateu a destinação dos recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC.

Outra audiência pública tratou do Descentra Cultura, novo sistema de financiamento a projetos culturais do Estado, em Varginha (Sul de Minas). Criada pela Lei nº 24.462, de 2023, a iniciativa pretende democratizar o acesso aos mecanismos de fomento cultural, de modo a contemplar todas as regiões do Estado.

A Orquestra Filarmônica de Varginha foi uma das entidades beneficiadas pela mudança na legislação. O maestro Cassiano Maçaneiro contou, na ocasião, que o Descentra mudou a realidade para melhor. Contrapartidas menores de patrocinadores e prestação de contas desburocratizada facilitaram a captação de recursos diretamente com empresas do interior do Estado.

Essas três atividades acima integraram o Tema em Foco, que, neste último biênio, aborda o financiamento à cultura em Minas Gerais. O Tema em Foco é um dos tripés do Assembleia Fiscaliza.

A comissão realizou ainda audiência para tratar da suspensão da execução dos projetos culturais do Edital nº 11/2024 da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Pnab), destinado à realização de mostras e festivais. Segundo a subsecretária de Cultura Maristela Rangel Paes, nenhum dos proponentes sairia prejudicado pela suspensão temporária do edital.

Preservação de bens culturais

Em 2025, outro tema relevante foi a proteção e preservação de bens culturais. Nesse sentido, foi realizada audiência pública sobre a importância do tombamento, em âmbito municipal, do Complexo Lagoa da Lapinha e Serra, localizado no município de Santana do Riacho (Região Central), bem como visita ao local.

Na reunião, o prefeito da cidade, Fernando Ribeiro Burgarelli, contou que o tombamento municipal está em andamento, com previsão de término dos estudos para março de 2026. Ele defendeu ainda a importância do reconhecimento em âmbito estadual, conforme o PL nº 2.478/24, em tramitação na Assembleia.

Na visita ao local, moradores demonstraram preocupação com impactos de atividades empresariais no complexo. De acordo com eles, desde que a Pequena Central Hidrelétrica Coronel Américo Teixeira conseguiu renovar a outorga, tem diminuído o período de cheia da Lagoa da Lapinha da Serra, pois sua água passou a ser direcionada para o reservatório privado.



A Comissão de Cultura verificou a importância do tombamento municipal da Lagoa da Lapinha e da Serra, no município de Santana do Riacho.

Também mobilizou a comissão a preservação do patrimônio histórico do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), que compreende prédios, localizados na Alameda Ezequiel Dias, 45, e na Avenida dos Andradas, 1.120, em Belo Horizonte, equipamentos, mobiliário e acervo documental.

O assunto pautou reunião na Assembleia quando foi apresentada planta sugerida para criação do Centro de Documentação e Memória do DER-MG, iniciativa de servidores do órgão. O centro foi idealizado para visitação do público para proteger e dar visibilidade ao patrimônio histórico e rodoviário do Estado. A ideia é funcionar no prédio localizado na Alameda Ezequiel Dias.

Reconhecimento da cultura negra

A Comissão de Cultura também tratou do reconhecimento e da valorização da cultura negra e periférica, bem como do enfrentamento ao racismo, durante suas atividades em 2025.

Em uma das audiências públicas, foi debatida a proposta de criação da Semana e do Dia Estadual do Hip Hop, objeto do Projeto de Lei (PL) nº 3.124/21, que recebeu apoio de militantes do movimento. Segundo participantes da atividade, a iniciativa pode contribuir para a destinação de recursos orçamentários e de políticas públicas para a área.

O PL nº 2.991/24, que institui a Rota do Rosário no Estado, e o PL nº 1.027/23, que institui o Dia Estadual do Congadeiro e da Congadeira, do Reinadeiro e da Reinadeira, pautaram outra reunião da comissão, marcada pela reivindicação de mais valorização e recursos para essa expressão cultural.



O Dia Estadual do Congadeiro e da Congadeira, do Reinadeiro e da Reinadeira foi tema de discussão da Comissão de Cultura.

A demanda por recursos do Orçamento do Estado também foi o enfoque de audiência pública sobre a capoeira. Mesmo sendo ela reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), os capoeiristas praticamente não contam com políticas culturais, conforme salientaram na reunião.

Outra reunião tratou de tentativas de criminalização de expressões artísticas e culturais das periferias urbanas, como o *rap*, o *funk*, o *trap*, os bailes e as batalhas de MCs no Estado. Projetos popularizados como “leis anti-Oruam”, espalhados por várias casas legislativas do Brasil, foram considerados inconstitucionais e racistas por participantes da audiência.

Por fim, a diversidade das línguas africanas e indígenas no País foi celebrada em reunião da Comissão de Cultura. A atividade teve como objetivo tratar das implicações do racismo estrutural e seus efeitos na linguagem e da necessidade de enfrentamento do racismo linguístico.

Fiscalização de ações do Executivo na área cultural

A Comissão de Cultura se dedicou ainda a monitorar e fiscalizar ações do Poder Executivo na área cultural, entre elas o carnaval de 2025 de Belo Horizonte. Na reunião, foi destacado que, embora tenham sido investidos R\$ 60 milhões na festividade, houve má distribuição de recursos e falta de transparência.

A reunião contou com a participação de representantes do governo, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, de blocos carnavalescos, agentes culturais, trabalhadores ambulantes e catadores de material reciclável.

Outra reunião debateu a utilização da Empresa Mineira de Comunicação (EMC) para fins políticos com condutas que configurariam abuso de poder, desvirtuamento da finalidade da empresa, ofensa ao princípio da impessoalidade e improbidade administrativa.

Trabalhadores e representantes dos profissionais relataram ataques a servidores efetivos, por meio de assédios e transferências, além da existência de programas que enaltecem o Partido Novo e a atual gestão do governo estadual. Os dirigentes da EMC, por sua vez, negaram as acusações.

Com o objetivo de verificar as condições estruturais do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (Cicalt), nas instalações do Plug Minas, a comissão realizou visita ao local e constatou fiação solta, janelas quebradas, vasos sanitários inutilizáveis, problemas no forro do teto, escaninhos amassados e sem tranca. Além dessa questão, verificou que apenas três de sete cursos estavam sendo ofertados.



As condições estruturais do Plug Minas – Centro de Formação e Experimentação Digital foram tema de debate na Comissão de Cultura.

Além disso, discussão sobre precarização do trabalho dos músicos também marcou o trabalho da comissão. Em audiência por ocasião dos 80 anos do Sindicato dos Músicos de Minas Gerais, a maestra da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, Lígia Amadio, revelou que um músico iniciante da Orquestra Sinfônica recebe R\$ 1.618,72 por mês e lamentou a desvalorização da profissão.

Promoção de rotas turísticas

Em 2025, a Comissão de Cultura abordou ainda a promoção de rotas turísticas do Estado. Nesse sentido, audiências públicas abordaram a importância do Vale Proibido da Estrada Real para a história e o turismo cultural no Estado e do Caminho de Saint-Hilaire para a preservação dos bens culturais e valorização da memória histórica.

Projetos de lei sobre rotas turísticas também tramitaram na Assembleia e se tornaram normas como a Lei nº 25.278, que reconhece as rotas turísticas do café de Minas como de relevante interesse cultural, e a Lei nº 25.456, que reconhece como de relevante interesse cultural o trecho mineiro da Rota Caminhos do Ouro, entre Ouro Fino (Sul de Minas) e Paraty (RJ).

Outras proposições que tramitaram na comissão valorizam comunidades tradicionais, como o PL nº 1.809/23, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Comunidade Tradicional de Garimpeiros do Alto Rio Doce, localizada nos municípios de Mariana (Central), Acaiaca e Barra Longa (ambas na Zona da Mata). Aprovada pela Assembleia, a matéria aguarda a sanção do governador.

A comissão tratou ainda de matérias que visam enfrentar a violência contra a mulher. Resultou disso a Lei nº 25.475, que proíbe a contratação de profissional do setor artístico condenado, mediante sentença transitada em julgado, por crime decorrente da prática de violência doméstica, em evento cultural, esportivo ou de lazer custeado, total ou parcialmente, com recursos do Estado.

Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Em 2025, a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte seguiu trabalhando em prol de melhores relações de consumo, para reprimir o abuso do poder econômico e para fiscalizar as normas que asseguram os direitos de consumidores e contribuintes.

Ao longo do ano, a comissão realizou sete audiências públicas. Entre os destaques, está a reunião que aconteceu em março, em que se discutiu a criação de novos postos de pedágio em Minas Gerais e os seus impactos para o consumidor mineiro. Nesse mesmo mês, foram debatidas as demandas reprimidas na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), referentes aos projetos de implementação de energia fotovoltaica e às respectivas obras paralisadas, sob o prisma dos impactos causados aos contribuintes que solicitam o serviço e recebem negativas injustificadas.



A criação de novos postos de pedágio no estado de Minas Gerais e os seus impactos para o consumidor mineiro foram destaque na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Em abril, a comissão abordou os prejuízos que os consumidores mineiros tiveram diante da falta de pagamento por parte da empresa ViagensPromo a várias agências de turismo do Estado, o que tem ocasionado cancelamentos de pacotes de viagens e transtornos financeiros ao setor.

Já em maio, foram discutidos descontos indevidos realizados nos proventos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sem a devida autorização ou conhecimento dos beneficiários.

No âmbito do Assembleia Fiscaliza, também em maio, a comissão acompanhou a prestação de contas e informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, referente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025.

Já em novembro, a comissão debateu os prejuízos causados aos consumidores, contribuintes, comerciantes e empresários do município de Barra Longa (Região Central) por empresas terceirizadas da Fundação Renova, em decorrência do rompimento da barragem de Mariana.

Além das audiências, a comissão realizou, de agosto a novembro, o Fórum Técnico de Direito do Consumidor: por melhores leis e relações de consumo, em comemoração dos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor.



Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte debateu as demandas reprimidas na Companhia Energética de Minas Gerais.

Projetos de lei que tramitaram ao longo do ano

- PL nº 2.713/2024: Institui a Política de Modernização e Transparência na Gestão de Dívidas Públicas, promovendo auditorias periódicas e maior participação cidadã no acompanhamento das finanças do Estado.
- PI 3.360/2025: Proíbe as farmácias e drogarias do Estado de exigirem CPF do consumidor, no ato da compra, sem informar de forma adequada e clara sobre a concessão de descontos, a abertura de cadastro ou registro de dados pessoais.
- PL nº 2.642/2024: Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em local visível a todos os frequentadores, do percentual do *couvert* artístico efetivamente repassado ao artista, nos estabelecimentos que menciona, e cria o selo “Aqui se respeita o músico”.

- PL nº 2.778/2024: Estabelece para empresas concessionárias do serviço de fornecimento de energia elétrica a obrigação de disponibilização de canal de atendimento especial para atividades econômicas.
- PL nº 3.490/2025: Cria o Programa Estadual de Fomento e Informação para a Interiorização dos Procons Municipais no Estado.

Defesa dos Direitos da Mulher

A busca pela promoção da igualdade entre homens e mulheres, pelo combate à discriminação e à violência contra as mulheres, pela ampliação da representação feminina na política e pelo incremento de políticas públicas voltadas a elas marcou o trabalho da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em 2025.

Parte importante das discussões abordou a violência contra a mulher e formas de combater a prática. Nesse sentido, uma das audiências públicas tratou da importância dos protocolos de atendimento às mulheres em situação de violência e a disseminação das informações para toda a Rede de Enfrentamento e Serviços do Estado.

A atividade integrou o Agosto Lilás, estabelecido pela Lei Federal nº 14.448, de 2022, e destinado à conscientização sobre a violência contra a mulher e ao combate a esse tipo de violência.

Debater o Projeto de Lei (PL) 3.704/22, que originalmente tratou da criação do Observatório Estadual da Violência contra a Mulher, foi objetivo de outra reunião. A proposição já tramitou na ALMG e foi transformada na Lei nº 25.585, de 2025.

Na atividade, a comissão também conheceu o Observatório Interseccional de Gênero de Minas Gerais (Observa Minas), iniciativa da Fundação João Pinheiro em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), para gerar conhecimento e divulgar informações científicas sobre políticas públicas para mulheres.

Outra audiência debateu o aumento do feminicídio e outras formas de violência de gênero no Estado, por ocasião da campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Autoridades e representantes de movimentos sociais cobraram políticas estaduais de proteção mais eficazes.

Foram destacados dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública em âmbito nacional, os quais apontam a ocorrência de 1.459 feminicídios em 2024. O ano de 2025 segue com a mesma tendência, com 718 casos no primeiro semestre, uma média de quatro por dia.

A violência política contra mulheres pautou audiência pública. O debate foi motivado por episódio de agressão verbal contra a vereadora Francislaine Barbosa Matos Reis (PV), de Raul Soares (Zona da Mata).

Ela contou ter sido insultada por outra mulher, durante reunião no Plenário da Câmara Municipal, com palavras de baixo calão e não ter tido apoio de demais vereadores.

Na atividade, participantes destacaram que o episódio não é um caso isolado. Segundo dados de 2018 do Instituto Alziras, 53% das 300 mulheres eleitas prefeitas em 2016 foram vítimas de assédio ou violência política de gênero.

Mulheres negras

Em 2025, a comissão também se dedicou a tratar de temas pertinentes a mulheres negras. Um deles foi a mobilização para a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, ocorrida em novembro de 2025, em Brasília (DF), com o lema “Por reparação e bem viver”. A marcha é considerada um dos mais importantes atos políticos protagonizados por esse público no Brasil.

Em outra reunião, pesquisadoras e ativistas discutiram os impactos específicos da atividade mineira para mulheres negras. Por estarem mais expostas a problemas como falta de saneamento e precarização de moradia, elas enfrentam o agravamento de condições de vulnerabilidade nos desastres ambientais.

O objetivo foi desenvolver reflexões para a 2ª Marcha das Mulheres Negras e para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), em Belém.



A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher se dedicou a tratar de temas pertinentes a mulheres negras.

Saúde

A comissão tratou de temas relativos à garantia da saúde para mulheres. Uma das audiências abordou a importância de ações e políticas públicas de dignidade e saúde menstrual no Estado por ocasião do Dia Internacional da Dignidade Menstrual, comemorado em 28 de maio.

Na reunião, mulheres cobraram a efetividade da Lei nº 23.904, de 2021, que dispõe sobre a política de dignidade e saúde menstrual no Estado.

Outra norma afeta à saúde das mulheres é a Lei nº 25.202, sancionada em 2025, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre o Climatério e a Menopausa, em 18 de outubro, para estimular a divulgação de informações sobre o tema e fomentar a implementação de políticas públicas, entre outros.

A comissão abordou, em outra audiência, os impactos da síndrome de Rett na vida das mulheres e das mães cuidadoras, bem como políticas públicas necessárias. A síndrome de Rett é uma doença neurológica incurável causada por mutações genéticas no gene MECP2, localizado no cromossomo X. Afeta principalmente as meninas.

Na ocasião, a diretora de Políticas Estratégicas da Secretaria de Estado de Saúde, Raquel Guieiro Cruz, explicou que o teste do pezinho em recém-nascidos passou a detectar também a referida síndrome. Atualmente, o teste consegue identificar 60 doenças raras.

Por meio de uma visita, a comissão verificou violação de direitos de mulheres residentes em ruas como a do Canal e Cristiano de Almeida, no bairro Jardim Liberdade, na região do Barreiro, na Capital. Falta água, luz e pavimentação, além de serviço de esgoto, aumentando riscos de doenças.



Em 2025, foi realizado o Ciclo de debates Mulheres e Emergências Climáticas: Protagonismo, Construção da Resiliência e Justiça Climática.

Sempre Vivas

Para marcar o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, foi realizado o Ciclo de Debates Mulheres e Emergências Climáticas: Protagonismo, Construção da Resiliência e Justiça Climática.

A atividade integrou o Sempre Vivas de 2025, iniciativa da ALMG, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em parceria com coletivos, entidades e órgãos ligados à pauta feminina.

Na palestra magna do evento, a diretora-executiva do Centro Brasileiro de Justiça Climática, Andréia Louback, contou que 380 milhões de mulheres já vivem em regiões com estresse hídrico alto ou crítico e que esse número pode subir para 674 milhões até 2050.

Mestra em relações étnico-raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet/RJ) e jornalista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a pesquisadora advertiu que a realidade climática impacta sobretudo mulheres, por crise hídrica, enchentes, seca, disputa por territórios e outros eventos extremos.

Ainda para marcar o Dia Internacional da Mulher, a comissão entregou votos de congratulações para mulheres de destaque em suas áreas por indicação de deputadas da Bancada Feminina.



Abertura do Sempre Vivas 2025 – Mulheres e Emergências Climáticas: Protagonismo, Construção da Resiliência e Justiça Climática.

Leis

Proposições de destaque analisadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher se tornaram normas em 2025. Várias delas visam ao enfrentamento da violência contra a mulher. Para tal, acrescentam dispositivos na Lei nº 22.256, de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado.

São elas:

- Lei nº 25.586 – prevê, entre outros, a inserção de campos específicos para denúncia de violência contra mulheres nos formulários *on-line* de registro de ocorrências em *sites* e aplicativos de denúncia virtual dos órgãos de segurança.
- Lei nº 25.212 – inclui, entre ações que poderão ser adotadas na implementação da política de atendimento à mulher vítima de violência, o atendimento prioritário, articulado entre os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e dos órgãos de segurança pública.
- Lei nº 25.176 – garante a realização, em eventos culturais, esportivos e de lazer, de campanhas voltadas para a conscientização, prevenção e enfrentamento da importunação sexual e das demais formas de violência contra a mulher.
- Lei nº 25.159 – estabelece a criação e a divulgação de sinal a ser utilizado por mulheres em situação de violência doméstica e familiar como forma de pedido de socorro dirigido a atendentes de estabelecimentos comerciais e de serviços, reações públicas e instituições privadas.

- Lei nº 25.585 – amplia banco de dados previsto na norma para incluir, entre outros, número de vítimas de homicídio, importunação sexual, perseguição e de violências psicológica, moral, patrimonial, institucional e política. Institui ainda o Observatório Estadual da Mulher contra a Violência para análise integrada de dados para subsidiar políticas públicas.

Ainda com o objetivo de proteção à mulher vítima de violência, a Lei Complementar nº 181 garante, a pedido, o direito à remoção ou à mudança de lotação e o direito à movimentação, respectivamente, à servidora pública civil e militar integrantes dos quadros da administração pública direta ou indireta do Executivo que tenham sido vítimas de violência doméstica e familiar.

Outras normas têm como foco a saúde materna e infantil. Duas delas modificam a Lei nº 22.422, de 2016, que traz objetivos e diretrizes para a adoção de medidas nesse sentido. A Lei nº 25.549 inclui, entre os objetivos dessas medidas de atenção, a redução da incidência de partos prematuros. É prevista a capacitação de profissionais de saúde para identificar e manejar esses casos.

Já a Lei nº 25.204 inclui dispositivo na norma citada para estabelecer que gestante ou mãe com interesse em entregar criança para adoção deverá ser ouvida por equipe interprofissional, responsável pela elaboração de relatório, a qual deve considerar, entre outros fatores, os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

A Lei nº 25.380, por sua vez, institui no Estado a política de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável.

Em atenção à saúde da mulher, a Lei nº 25.186 altera norma sobre prevenção e tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico, com o objetivo de garantir a realização de exame de ressonância nuclear magnética para detecção precoce do câncer de mama pelo Estado.

Já a Lei nº 25.401 garante à mulher acompanhante a sua escolha em consultas, exames e outros procedimentos, especialmente naqueles que a induzam à inconsciência total ou parcial.

Outras duas normas tratam da política estadual de apoio à mulher no esporte e da promoção de mulheres adultas e jovens em espaços de liderança no Estado. São, respectivamente, a Lei nº 25.373 e a Lei nº 25.211.

Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Durante o ano de 2025, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizou um debate público e audiências voltadas a diversos temas de interesse dessa parcela da população, como educação inclusiva, transtorno do espectro autista (TEA), datas comemorativas e deficiências auditiva e visual. Além disso, foram analisados mais de 50 projetos de lei, originando várias legislações para proteção e inclusão de pessoas com deficiência e habilidades especiais.

Em março, uma audiência da comissão debateu a situação das escolas especiais no Estado, com foco nos problemas estruturais e pedagógicos que comprometem a qualidade do ensino. Foram apontadas várias lacunas: falta de estrutura adequada, ausência de salas multissensoriais suficientes, carência de profissionais de apoio e turmas multisseriadas sem atenção individualizada. Os participantes da reunião destacaram que essas falhas atingem principalmente quem demanda acompanhamento especializado.

Como encaminhamento, a ALMG se comprometeu a cobrar da Secretaria de Estado de Educação um plano de investimentos para melhorias estruturais, a regulamentação da função de vice-diretor nas escolas especiais, a contratação de professores de apoio e a ampliação de salas nas unidades que enfrentam superlotação.



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência debate temas fundamentais relacionados às escolas especiais do Estado.

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O debate público Autismo, Saúde e Educação: Desafios e Perspectivas também foi realizado em março, tendo como pano de fundo o mês de conscientização sobre o autismo, o Abril Azul. Na abertura do debate, foi ressaltada a urgência de políticas públicas sensíveis à crescente identificação de pessoas com TEA, além da necessidade de um cuidado integral para a pessoa autista, com serviços de reabilitação, apoio contínuo e respeito à singularidade de cada indivíduo.



O autismo e seus desafios foram tema de debate na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Ao longo do evento, especialistas, representantes do sistema de saúde e da educação, defensores públicos e pessoas com vivência direta com o autismo debateram os múltiplos desafios enfrentados no cotidiano por pessoas autistas e suas famílias. Foram denunciadas deficiências na formação de profissionais de apoio, na falta de adaptabilidade das escolas para acolher estudantes com TEA e no despreparo da rede de saúde, tanto a pública quanto a privada, para garantir diagnóstico e tratamento adequados.

O debate público traduziu o compromisso da Assembleia e da comissão com o reconhecimento e a promoção dos direitos das pessoas com TEA, articulando demandas concretas para saúde, educação e assistência social. O evento reafirmou ainda a importância de proposições legislativas e políticas públicas estruturadas para garantir inclusão, dignidade e cidadania das pessoas autistas em Minas Gerais.

A inclusão escolar de crianças com TEA foi tema também de audiência específica, em setembro. Recusa de matrícula, ausência de acompanhante em sala de aula e práticas de exclusão foram relatadas por mães atípicas presentes no debate. Elas salientaram a falta de preparo de professores, de apoio especializado e de adaptação do ambiente escolar às necessidades dos alunos autistas.

A Comissão da Pessoa com Deficiência anunciou, na reunião, a intenção de acionar o Ministério Público para verificar denúncias de recusa de matrícula e discriminação, além de solicitar informações ao sindicato de escolas particulares (Sinepe-MG) e às secretarias municipais de educação sobre a situação de crianças atípicas matriculadas, com base na Lei nº 24.844, de 2024, que assegura o direito à educação inclusiva.

Datas comemorativas

Em 2025, a comissão promoveu também duas audiências públicas motivadas por datas comemorativas voltadas à luta pelos direitos das pessoas com deficiência, reforçando a articulação institucional com a sociedade civil e o poder público.



Em comemoração do Dia Internacional da Síndrome de Down, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência fez parte da campanha com o lema “Suporte para quem precisa. Todos juntos apoiando a inclusão! Seja rede de apoio!”.

A primeira delas ocorreu em março, em alusão ao Dia Internacional da Síndrome de Down. Com o lema “Suporte para quem precisa. Todos juntos apoiando a inclusão! Seja rede de apoio!”, a audiência reuniu representantes da saúde pública, entidades da sociedade civil e famílias para discutir o subfinanciamento da rede de apoio às pessoas com síndrome de Down.



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência em audiência sobre o tema da campanha para o Dia Internacional da Síndrome de Down.

Apesar de investimentos recentes (como a destinação estadual de R\$ 14 milhões, em 2025, aos serviços de reabilitação da deficiência intelectual, além de R\$ 40 milhões federais para 156 serviços no Estado), persistem falhas importantes, especialmente na cobertura de atendimento neuropsicológico pelo SUS e por planos de saúde. Também evidenciou-se a carência de apoio para pessoas com deficiência na vida adulta e idosa, bem como a necessidade de amparo integral às famílias.

A segunda audiência pública ocorreu em agosto, no contexto da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que, em 2025, teve como mote “Deficiência não define. Oportunidade transforma. Inclua nossa voz”.

Foram apresentados crescimentos no orçamento da rede de cuidados, com previsão de R\$ 225 milhões para 2025, e iniciativas na área da educação, como salas de recursos multifuncionais, professores de apoio, intérpretes de Libras e equipes regionais de inclusão. Foi demonstrada na audiência a ampliação do rastreamento neonatal de doenças raras e neurológicas via teste do pezinho, além de conquistas em inserção no mercado de trabalho.

No entanto, participantes destacaram que algumas lacunas permanecem, sobretudo na assistência social e no desafio inerente ao envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Deficiência auditiva e visual

Em março, a comissão realizou uma audiência motivada pelo Dia Estadual de Conscientização sobre a Neuromielite Óptica (NMO), data instituída pela Lei nº 24.789, de 2024. O debate concentrou-se na grave situação de pacientes com a doença rara, que compromete visão e mobi-

lidade. Foi criticada a falta de protocolo no Sistema Único de Saúde (SUS) para diagnóstico e tratamento, bem como a recusa recente da incorporação no sistema de saúde de medicação essencial (satralizumabe).

Familiares, especialistas e representantes de associações de pacientes denunciaram que, sem acesso ao tratamento adequado, a doença permanece invisível às políticas públicas, com consequências graves para a dignidade e a qualidade de vida das pessoas com NMO.

Outra audiência, em junho, discutiu o acesso de pessoas surdas aos serviços de emergência, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e o Corpo de Bombeiros. Nesse encontro, foi apresentado o aplicativo Socorro com as Mãos, idealizado para permitir que pessoas com deficiência auditiva acionem os serviços de emergência por interface visual e intuitiva, contornando a barreira imposta pela tradicional comunicação telefônica.

Autoridades de saúde e segurança pública se mostraram dispostas a avaliar a adoção da tecnologia em âmbito estadual, o que representa um passo concreto para a inclusão e a salvaguarda de vidas.

Leis aprovadas com o trabalho da comissão

- Lei nº 25.261 – Visa adaptar sirenes e alarmes de instituições de ensino para pessoas com hipersensibilidade auditiva, determinando sua substituição por sinais musicais. Teve sua origem no Projeto de Lei (PL) 3.643/22.
- Lei nº 25.266 – Originada do PL nº 1.380/23, trata do estímulo à disponibilização de pranchas de comunicação para pessoas com TEA em estabelecimentos públicos e privados. As pranchas, que contêm imagens, palavras e símbolos, facilitam a comunicação com autistas.
- Lei nº 25.415 – Prevê a promoção de campanhas educativas dirigidas à comunidade escolar sobre a inclusão dos estudantes, abordando o combate ao preconceito, a divulgação de direitos e o estímulo à participação das famílias. Oriunda do PL nº 750/19.
- Lei nº 25.513 – Resultado do PL nº 1.409/23, a norma promove o acesso, nas escolas da rede estadual de ensino e no sistema estadual de bibliotecas públicas, das pessoas com deficiência visual a tecnologias assistivas que permitam a conversão de informações visuais em áudio.
- Lei nº 25.550 – Altera os objetivos da Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista, reforçando seu papel educativo e de mobilização social e visando torná-la um instrumento efetivo de promoção de direitos, inclusão e fortalecimento de políticas públicas. A lei também estimula a capacitação de profissionais e o desenvolvimento de ações educativas nas escolas, promovendo uma sociedade mais informada, acolhedora e comprometida com os direitos das pessoas com TEA.

Fale com as comissões

Outra frente de atuação da comissão se concentrou na análise dos *e-mails* encaminhados pelos cidadãos através do canal Fale com as Comissões. A interação com a sociedade civil, através da apresentação de demandas, via *e-mail* ou correspondências encaminhadas à comissão, foi tratada como primordial para o desenvolvimento do trabalho parlamentar.

Vários cidadãos apresentaram, ao longo do ano de 2025, diversas demandas sobre situações vividas pelas pessoas com deficiência como desburocratização do processo de aquisição do passe livre, aplicação de legislação destinada às pessoas com deficiência nos concursos públicos, adequação de terminologia em *sites* governamentais e auxílio na aquisição de aposentadoria especial, entre outros aspectos.

Todas as demandas encaminhadas pelos cidadãos foram lidas em resumo nas reuniões realizadas pela comissão e algumas se desdobraram na aprovação de requerimentos de pedido de informações ou providências aos órgãos competentes.

Algumas demandas mais complexas foram apresentadas na forma de projetos de lei que estão tramitando na Casa. São eles:

- Projeto de Lei nº 4.352/2025 – Altera a Lei nº 21.121, de 3 de janeiro de 2014, que assegura ao idoso e à pessoa com deficiência que menciona gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso, e dá outras providências.
- Projeto de Lei nº 4.353/2025 – Altera a Lei nº 21.121, de 3 de janeiro de 2014, que assegura ao idoso e à pessoa com deficiência que menciona gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso, e dá outras providências.

Desenvolvimento Econômico

A Comissão de Desenvolvimento Econômico discutiu diversos temas relevantes para o Estado ao longo do ano. Entre eles, destacam-se a valorização da produção econômica norte-mineira, a cadeia vitivinícola de Minas Gerais, a promoção de iniciativas de defesa civil e suas implicações para a economia, além da importância do cooperativismo.

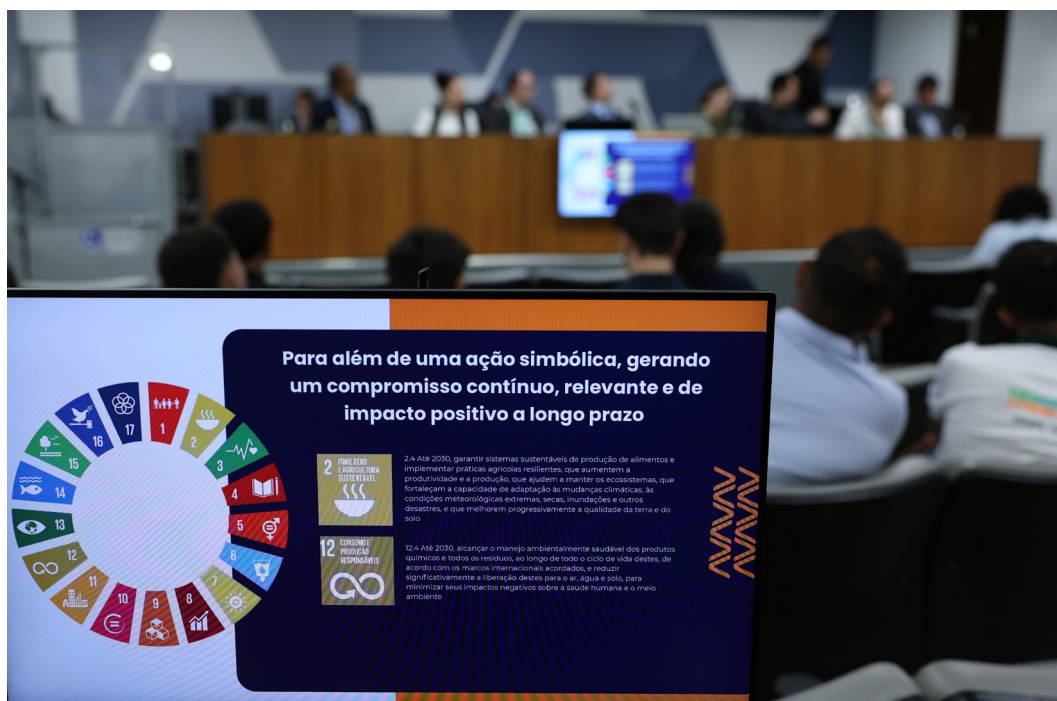


Comissão de Desenvolvimento Econômico debate o programa Encontro das Águas e o Plano Estadual de Enfrentamento ao Período Chuvoso (2025-2031).

Em 2025, nove audiências públicas foram realizadas. Dessas, três se destacaram. A que aconteceu em abril discutiu os serviços prestados pelas empresas de vistoria veicular. Entre as principais demandas apresentadas pelas empresas, estão a suspensão de novos credenciamentos, o reajuste da remuneração do serviço, a redução da burocracia e a delegação de todas as vistorias às empresas cadastradas.

Outra audiência, também em abril, discutiu alternativas para o manejo do javali-europeu, animal de grande porte considerado espécie exótica invasora que causou prejuízos em propriedades rurais do Triângulo Mineiro. As discussões contribuíram para a aprovação do Projeto de Lei (PL) 1.858/23, que autoriza o controle populacional e o manejo sustentável do javali-europeu. A proposição deu origem à Lei nº 26.591, de 2025.

No ano internacional das cooperativas, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a comissão realizou audiência em junho, com o objetivo de discutir como o cooperativismo pode contribuir para o enfrentamento dos desafios globais.



Instituição do Dia do Campo Limpo, ação que prevê um programa de logística reversa de embalagens vazias ou com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas, foi tema de debate na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Projetos que viraram leis

Ao longo do ano, seis projetos foram convertidos em leis com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado. O PL nº 1.540/23 institui a política estadual de fortalecimento do turismo na área de influência da Serra do Caraça (Protur – Caraça), localizada na Região Central do Estado.

Já o PL nº 1.258/2023 dispõe sobre a utilização de areia descartada de fundição, como de moldagem, areia verde, preta, despoeiramento, de varrição, entre outras areias que sejam classificadas como não perigosas, livres de mistura com qualquer outro resíduo ou material estranho ao processo que altere suas características.

Outro projeto, o PL nº 1.215/23, alterou a Lei nº 21.970, de 2016, que dispõe sobre proteção, identificação e controle populacional de cães e gatos, para inserir os canais de recebimento de denúncias nas campanhas educativas sobre maus-tratos contra animais promovidas pelo poder público.

Também aprovado, o PL nº 1.377/23 estabeleceu diretrizes para o estímulo do turismo acessível e inclusivo para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Estado. A proposta prevê a eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes e nas comunicações para a inclusão e a acessibilidade das pessoas com TEA aos espaços, aos serviços e às atividades turísticas, entre outros pontos.

Com vistas a incentivar a vitivinicultura mineira, foi aprovado e transformado em lei o PL nº 1.946/24, que confere ao município de Andradas (Sul de Minas) o título de Capital Estadual do Vinho. Com história marcada pela imigração italiana, a cidade é referência no enoturismo de Minas Gerais.

A comissão também aprovou lei voltada às empresas de base tecnológica. O PL nº 342/23 alterou a Lei nº 23.793, de 2021, que dispõe sobre a adoção de medidas de estímulo ao desenvolvimento de *startups* no Estado. A proposta inclui, entre os objetivos da lei, alçar Minas Gerais como referência na criação e no desenvolvimento de *startups* voltadas para o desenvolvimento, a otimização e a sustentabilidade dos negócios relacionados a agricultura, pecuária e extrativismo. Para isso, o Estado poderá criar um fundo com recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) para aporte em *startups*.

Direitos Humanos

Por meio da realização de 60 eventos e da apreciação de projetos de lei, a Comissão de Direitos Humanos atuou fortemente, em 2025, em defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como dos direitos políticos, buscando garantias para grupos sociais minoritários. Dessa forma, foram realizadas 39 audiências públicas, seis audiências de convidados, 14 visitas e um debate público.



Comissão de Direitos Humanos debateu o Projeto de Lei nº 1.161/2019, que Institui a Semana Estadual das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

O metrô de Belo Horizonte foi tema recorrente de atividades da comissão tanto sob a ótica dos impactos de obras na qualidade de vida de moradores das proximidades quanto da preservação do direito à mobilidade pela população.

Nesse sentido, a comissão teve como foco as obras da linha 2 do metrô que vai ligar os bairros Nova Suíça e Barreiro. O novo ramal terá pouco mais de dez quilômetros de extensão e sete novas estações.

Uma das principais questões que mobilizou a comissão foi a proposta de construção de uma via singela na linha 2, ou seja, uma única via de mão dupla a ser usada pelo veículo na ida e na volta, com cerca de dois quilômetros de extensão, entre as estações Ferrugem e Barreiro. O formato foi proposto para compatibilizar o transporte de cargas com o transporte de passageiros.

Em audiência pública no Barreiro, moradores manifestaram preocupação com a medida, que poderia gerar atrasos nos trajetos de passageiros e riscos à segurança, entre outros pontos.

A proposta de construção de via singela motivou visita da comissão à Secretaria de Estado e Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Seinfra), na Cidade Administrativa. Junto com as lideranças do Barreiro, ela cobrou transparência e participação da comunidade no processo de implantação da linha 2 do metrô.

Dando continuidade à discussão, a Comissão de Direitos Humanos esteve na MRS Logística, no Barreiro. Na ocasião, o representante da empresa explicou que, por obrigações contratuais, a MRS deve ceder à concessionária Metrô BH uma faixa de 14,5 metros do pátio onde realiza atividades. Porém, o espaço não seria suficiente para a construção da linha dupla e da estação do metrô.

Essa proposta motivou também audiência de convidados na ALMG com representante da Seinfra, quando a comissão considerou que não foram apresentadas novas informações sobre a questão. Em audiência de convidados posterior, o secretário de Estado da Seinfra, Pedro Barros, na condição de convocado, anunciou linha dupla no trecho, atendendo demanda de moradores do Barreiro.

Impactos das obras da linha 2 no bairro Nova Cintra motivaram audiência pública na Assembleia e visita a esse bairro e também ao Nova Gameleira. Moradores relataram que as intervenções causaram problemas estruturais em suas casas e não houve indenização por parte do Metrô BH, concessionária responsável pelas obras.

Em outra visita, dessa vez à estação de metrô Novo Eldorado, em Contagem (RMBH), a comissão verificou o andamento de obras de extensão da linha 1 do metrô e condições de acessibilidade dos pedestres aos bairros vizinhos. Na ocasião, foram identificados os locais onde serão construídas duas passarelas: uma, de acesso aos bairros Novo Eldorado, São Pedro, Glória e Parque São João, e outra, de acesso ao bairro Água Branca.

Rodovias

Impactos da instalação de praças de pedágio em Belo Horizonte, Pedro Leopoldo e Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), também foram abordados pela comissão. A colocação desses postos foi uma previsão do programa de concessão do Lote Rodoviário nº 8 das Rodovias MG-10 e LMG-800.

Em visita técnica, a comissão percorreu quatro pontos para avaliar possíveis reflexos da medida como limitação de direitos a cidadãos que precisam transitar pela via. Um dos pontos visitados foi o Hospital Risoleta Neves, em Venda Nova. Dos mais de 2 mil trabalhadores da instituição, 98% seriam da RMBH.

Já em audiência pública, a situação da MG-050, no Sul e Centro-Oeste de Minas, entrou no radar da comissão. Representantes de municípios cortados pela rodovia cobraram melhorias na via e em estradas adjacentes. Eles relataram problemas como buracos, falta de manutenção e de acostamento, além de acidentes com mortes.

Também foi abordada em outra reunião a tarifa zero no transporte público. A presidente da comissão, deputada Bella Gonçalves (Psol), apresentou proposta de criação do Programa Metropolitano de Incentivo ao Uso do Transporte Público Coletivo, objeto de projeto de lei.

Educação, Ciência e Tecnologia

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em 2025 priorizou o seu trabalho de fiscalização e escuta da sociedade. Um dos projetos fiscalizados foi o Mãos Dadas, em diversos municípios mineiros. A iniciativa municipaliza todo o ensino fundamental, repassando as matrículas para os municípios.

A comissão realizou audiência pública sobre o projeto em Manhuaçu, Sericita, Raul Soares, as três na Zona da Mata, Diamantina (Região Central), Oliveira (Centro-Oeste) e Nepomuceno (Sul de Minas).

De modo geral, as comunidades escolares denunciaram falta de transparência no processo de municipalização. Também manifestaram preocupação com a possibilidade de demissão de trabalhadores da educação e impactos no orçamento dos municípios.

Conforme participantes da reunião, em Manhuaçu, a iniciativa em curso poderia envolver matrículas de dez escolas estaduais, seis delas localizadas em distritos. Já em Sericita, a municipalização atingiria a Escola Estadual Clélia Bernardes, que não conta com anos iniciais do ensino fundamental. Portanto, abrangeria anos finais do referido ensino.

Em Raul Soares, por sua vez, o projeto seria negociado para sete escolas estaduais. Na audiência sobre o projeto em Diamantina, o prefeito da cidade, Geferson Burgarelli, afirmou que a cidade não vai aderir à iniciativa.

Já em Oliveira, possíveis irregularidades na adesão poderiam levar à anulação do projeto. Por fim, em Nepomuceno, a adesão ocorreu no fim de 2021, e a ideia agora seria desburocratizar os repasses do projeto por parte do governo do Estado.

Propag

A comissão também se dedicou a debater a situação de instituições educacionais cujos imóveis constam na lista dos aptos a serem transferidos à União como forma de abater parte da dívida de Minas, no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

A transferência de diversos imóveis do Estado para a União consta no Projeto de Lei (PL) 3.733/25, do governador.



A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia debateu a situação de instituições educacionais cujos imóveis constavam na lista dos aptos a serem transferidos à União como forma de abater parte da dívida de Minas Gerais.

Nesse sentido, a comissão realizou visita na Escola Estadual Governador Milton Campos, o Estadual Central, localizado no bairro de Lourdes, em Belo Horizonte, para realizar a escuta da comunidade e contribuir para a mobilização pela retirada do imóvel da lista.

O Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (Cicalt), localizado no Complexo Plug Minas, na Capital, também pautou audiência da comissão, tendo em vista que o imóvel também consta do referido projeto de lei. O Cicalt é a única escola técnica estadual com formação em artes. Os imóveis da Uemg e Unimontes também estavam na lista de imóveis para venda.

Outra audiência tratou do programa Juros por Educação, também inserido no Propag. Conforme sugestão do governo federal, a redução da taxa de juros sobre a dívida fica condicionada à expansão das matrículas na educação profissional técnica de nível médio pelos estados. O governo do Estado não forneceu informações.

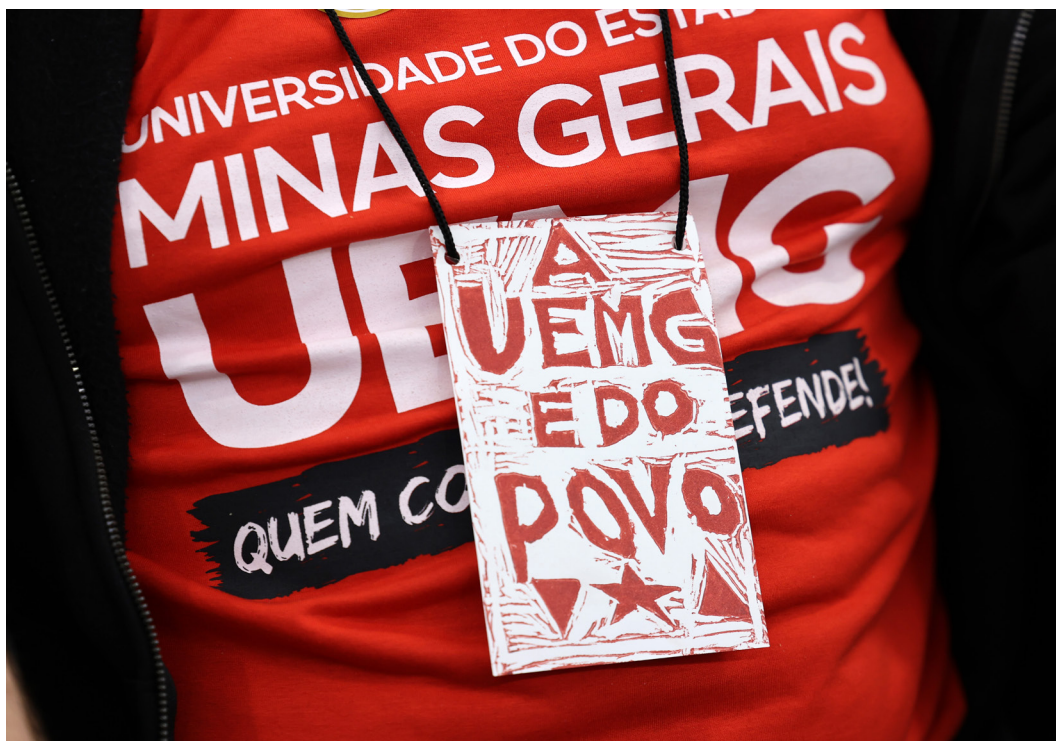
Ainda no contexto do Propag, a comissão realizou reunião para discutir o PL nº 3.738/25, do governador, o qual autoriza o Estado a transferir a gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) para a União. Representantes da universidade criticaram a medida e defenderam o arquivamento do projeto.

Educação em centros socioeducativos

As condições de trabalho dos profissionais da educação da Escola Estadual Jovem Protagonista e a garantia de direitos dos alunos em cumprimento de medida socioeducativa foram outra pauta de destaque da comissão. A instituição atende jovens em conflito com a lei em cinco unidades socioeducativas.

Em audiência pública, trabalhadores da instituição denunciaram redução de profissionais e condições de trabalho inadequadas. Eles demandaram contratos de trabalho adequados à realidade e ao pagamento de adicional de periculosidade.

Como desdobramento da atividade, a comissão ainda visitou a instituição nos Centros Socioeducativos São Jerônimo, Santa Clara e Horto, na Capital, para fazer um diagnóstico das condições de atendimento aos alunos e de trabalho dos profissionais. Foram comuns queixas sobre insegurança na forma de contratação, materiais escolares de baixa qualidade e necessidade de adequação dos ambientes.



A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia debateu o Projeto de Lei que autorizava o Estado a transferir para a União a gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Valorização de profissionais

Os temas discutidos de forma recorrente pela comissão são carreira, valorização dos profissionais da educação básica e nomeação de concursados. Nesse sentido, foram realizadas nove audiências públicas em 2025.

Em uma delas, a comissão cobrou do governo do Estado o cronograma de nomeações de candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 3/2023. Em outra, solicitou o cronograma de pagamento do reajuste retroativo do piso salarial profissional nacional do ano de 2016 devido a servidores aposentados.

Houve reuniões para tratar da situação dos auxiliares de serviços de educação básica (ASBs) da rede pública estadual, que recebem salário inferior ao mínimo nacional vigente, para lançar a campanha salarial de 2025 da categoria e para cobrar do governo o pagamento do reajuste do piso salarial nacional de 2025 para profissionais da educação básica.



Pagamento retroativo do reajuste do piso salarial dos servidores aposentados da educação básica foi destaque em audiência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

A situação de servidores públicos com salário inferior ao mínimo, em especial os da educação básica, voltou à discussão, assim como a nomeação de outros candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital Seplag-SEE nº 3/2023 e o pagamento retroativo do reajuste do piso salarial de 2016 a aposentados.

A comissão também realizou audiência sobre servidores estaduais, cedidos para assumir cargos em escolas municipais, que enfrentam impasses burocráticos para regularizar sua situação.

Universidades públicas estaduais

A defesa do fortalecimento de universidades públicas estaduais também pautou a agenda da comissão em 2025. Nesse sentido, foi realizada uma audiência na qual foi defendida a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que garanta a autonomia financeira e patrimonial dessas instituições. A solução foi uma resposta à tentativa de federalização da Uemg, contida em proposta relativa ao Propag. A PEC foi protocolada no mesmo dia da audiência.

A possível ampliação do Programa das Escolas Cívico-Militares em Minas também esteve no radar da comissão. A iniciativa aumentaria essas escolas de nove para mais de 700. Em audiência sobre o assunto, a comunidade escolar se manifestou de forma contrária à medida.

A comissão se dedicou ainda às condições de trabalho e à situação funcional de profissionais da educação básica, lotados na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais.

Por meio de uma audiência e de uma visita, a comissão escutou os profissionais em relação a problemas como falta de estrutura adequada para o trabalho e ameaças de extinção de direitos. Eles cobraram a regularização de sua situação funcional na escola e o direito à carreira da educação básica do Estado.

Cannabis medicinal

Com o objetivo de contribuir para o avanço de políticas públicas referentes à *cannabis* medicinal e terapêutica em Minas, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia realizou audiência pública sobre o assunto.

A reunião abordou a relevância de pesquisas científicas sobre a *cannabis* medicinal nas universidades públicas, a atuação de associações mineiras de *cannabis* medicinal no acesso ao tratamento e a necessidade de regulamentação da matéria.

Normas de destaque

A ampliação da assistência estudantil no ensino superior, a valorização da educação escolar quilombola e a defesa de estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA) também marcaram a atuação da comissão, que analisou projetos de lei sobre os temas, os quais se tornaram leis em 2025.

Uma delas é a Lei nº 25.436, que altera norma sobre políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado (a Lei nº 22.570, de 2017), com o objetivo de estender à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) a obrigatoriedade de implementação de políticas nesse sentido.



Proposta de garantia de autonomia financeira e patrimonial das universidades estaduais foi tema de debate na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Lei nº 25.283 dispõe sobre a educação escolar quilombola no Estado, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade de ensino. A norma define como princípios centrais o fortalecimento da memória coletiva, a valorização da cultura, das tradições e das línguas remanescentes, a afirmação da territorialidade e dos marcos civilizatórios quilombolas, além do combate ao racismo e à promoção da diversidade, da igualdade e dos direitos humanos.

No caso dos estudantes com deficiência ou TEA, destaca-se a Lei nº 25.514, que prevê, em caso de recusa de matrícula por escola particular, a formalização da negativa em documento assinado pelo responsável pelo estabelecimento.

A comissão também se dedicou à implementação de um plano de prevenção e enfrentamento da violência contra profissionais da educação. O assunto é contemplado pela Lei nº 25.563, que traz orientação sobre procedimentos de resposta a crises e encaminhamentos necessários para promover a segurança da vítima, protegê-la, avaliar sua saúde física, identificar danos psicológicos, fornecer intervenções apropriadas de acordo com avaliação individualizada e restabelecer o apoio social a esse grupo de profissionais.

Esporte, Lazer e Juventude

Os impactos das escolas cívico-militares na formação da juventude mineira estiveram entre os principais temas acompanhados pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude em 2025.

Audiências públicas realizadas nos municípios de Três Corações, no Sul de Minas, e Santos Dumont, na Zona da Mata, reuniram pais, alunos, professores e militares para avaliar os resultados do modelo adotado em escolas estaduais dessas cidades.



Audiências públicas em Três Corações e Santos Dumont discutiram a política de gestão compartilhada na educação.

Durante os debates, foram destacados avanços significativos na disciplina, no respeito aos professores e no ambiente escolar mais organizado e acolhedor. Segundo os participantes, esses fatores contribuem diretamente para a melhoria da qualidade do ensino, o maior aproveitamento do tempo em sala de aula e o melhor desempenho dos estudantes.

O modelo também foi apontado como um instrumento de fortalecimento de valores como responsabilidade, convivência social e compromisso com os estudos, refletindo positivamente no desenvolvimento pessoal e educacional dos jovens atendidos pelas escolas cívico-militares em Minas Gerais.

Mineirão

Em audiência pública, a comissão discutiu a relevância do Mineirão, que completou 60 anos em setembro de 2025. O estádio foi destacado como uma das principais arenas multiúso do País, sediando jogos, *shows* e grandes eventos.



Comissão de Esporte, Lazer e Juventude destacou a importância do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão), que completou 60 anos em 2025.

Também foi realizada uma visita técnica para avaliar as condições do gramado e a implementação de setor sem cadeiras, conforme previsto na Lei nº 25.479, de 2025. A norma amplia a possibilidade desse tipo de setor e inclui estádios administrados por meio de concessão.

Segundo a Minas Arena, a retirada das cadeiras não implica aumento automático da capacidade do estádio, que depende de critérios técnicos e de segurança. Sobre o gramado, especialistas apontaram desafios relacionados ao calendário intenso de jogos e às condições climáticas, destacando medidas como a troca do tipo de grama e o uso do *overseeding*.

Práticas esportivas

A comissão também debateu políticas públicas voltadas à valorização das artes marciais como instrumento de inclusão social e educacional. O lutador Lucas Kenner relatou como o esporte foi decisivo para a transformação de sua vida, ao mesmo tempo em que destacou a importância dos projetos sociais para o acesso de crianças e adolescentes às modalidades.

Em outra reunião, foi entregue voto de congratulações à jovem atleta de *jiu-jitsu* Júlia Barreto, de 8 anos, em reconhecimento às conquistas nacionais e internacionais.



Audiência pública abordou o Estádio do Mineirão como uma das principais arenas multiúso do País na Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

Política de apoio à mulher no esporte

O incentivo à participação feminina no esporte também foi prioridade em 2025. Como resultado, foi sancionada a Lei nº 25.373, que institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte.

A legislação prevê medidas para garantir acesso igualitário às práticas esportivas, combater o assédio, ampliar a presença feminina em cargos técnicos e de gestão, incentivar a profissionalização e promover a equiparação das premiações em competições realizadas no Estado.

Fiscalização Financeira e Orçamentária

O ano teve início com a transformação do Projeto de Lei (PL) nº 2.238/24 na Lei nº 25.143, de 2025, que altera o financiamento da assistência à saúde prestada pelo Instituto dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg). A publicação da sanção, em janeiro, foi resultado dos esforços da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), que atuou para aprimorar a proposta, especialmente no que se refere aos valores pagos pelos segurados de menor renda.

Pautada pela busca de consenso, a comissão consolidou, em um único texto, as alterações referentes à continuidade da assistência à saúde aos servidores aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Também retirou do texto a autorização para a venda de imóveis do Ipsemg. Ainda sobre esse tema, promoveu melhorias no PL nº 3.664/25, que deu origem à Lei nº 25.385, de 2025, autorizando a abertura de crédito suplementar de até R\$ 584,9 milhões para o instituto.

Outro assunto que mobilizou a comissão resultou na Lei nº 25.525, de 2025, que institui a política de fomento à conectividade e à telefonia celular no Estado, com o objetivo de apoiar a expansão da conectividade, especialmente da telefonia celular. Fruto do PL nº 3.755/2025, a norma beneficia locais com acesso insuficiente e limitações de cobertura, como áreas rurais e comunidades quilombolas, bem como rodovias e ferrovias. Entre os instrumentos dessa política, destaca-se a concessão de incentivo fiscal de ICMS a empresas de telefonia e de outros setores que invistam em projetos de expansão da cobertura.

Também foram beneficiados com isenção de IPVA os veículos movidos exclusivamente a etanol. O benefício já era oferecido a veículos movidos a gás natural ou a energia elétrica. Essa ação é resultante do PL nº 999/2015, que deu origem à Lei nº 25.378, de 2025, a qual também estabelece, como condição para a isenção, o preço máximo de venda desses veículos, além de promover alteração em diversos dispositivos da legislação tributária do Estado para adequá-los ao teto de multas moratórias estabelecido em decisão do Supremo Tribunal Federal.

Já a Lei nº 25.298, de 2025, que originalmente autorizava a concessão de incentivo fiscal para o contribuinte do ICMS que investir no aparelhamento do sistema de segurança pública estadual, recebeu diversas contribuições dos deputados. Fruto do PL nº 778/2023, o texto final prevê autorização ao Poder Executivo para conceder incentivo fiscal de crédito presumido do ICMS. Esse valor deve ser equivalente ao valor investido pelo contribuinte no aparelhamento do sistema de segurança pública estadual, limitado, em cada período de apuração, a 5% do saldo devedor do imposto.

A comissão também contribuiu com leis relacionadas à isenção do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). A Lei nº 25.618, de 2025, isenta desse imposto as doações aos templos de qualquer culto e às instituições com atividades de organizações religiosas voltadas para ações de promoção e assistência social.

A outra legislação beneficiou vítimas do rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho. A Lei nº 25.626, de 2025, isenta o crédito tributário sobre o ITCD, inclusive multas e juros, relativo à transmissão *causa mortis* de valores indenizatórios por dano-morte a vítimas do rompimento.

Atento ao impacto financeiro dos projetos, acompanhando a execução orçamentária do Estado e fiscalizando políticas públicas, o colegiado dedicou-se à tramitação de outras matérias. Algumas proposições se referiram a reajustes no pagamento de servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública, os quais impactam diretamente o orçamento estadual.

A FFO também atuou em iniciativas de caráter social e de garantia de direitos, como apoio a pessoas com deficiência, com isenções tributárias. Os pareceres emitidos demonstram que a comissão não se limita a temas financeiros ou orçamentários no exercício de sua competência de fiscalizar os impactos financeiros de programas estaduais.

Outra atividade realizada pelo colegiado foi a visita técnica, seguida de audiência pública, em outubro, para verificar e debater as condições do trecho da MGC-452 entre Tupaciguara e Araporã, no Triângulo Mineiro. Durante o encontro, um diretor do Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais (DER-MG) anunciou o repasse de R\$ 96 milhões para a recuperação da rodovia, estratégica para a recuperação da rodovia, estratégica para o agronegócio.



Visita técnica da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no Triângulo Mineiro, quando do anúncio de R\$ 96 milhões para recuperação da MGC-452, feito pelo DER-MG.

Refinanciamento da dívida

A adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) foi o principal foco dos esforços da comissão (capítulo especial neste relatório é dedicado ao assunto). No total, começaram a tramitar na Assembleia 14 proposições para viabilizar a quitação da dívida de mais de R\$ 180 bilhões de Minas com a União.

O Propag propõe o refinanciamento com prazo de 30 anos e a possibilidade de amortização do saldo devedor mediante o repasse à União de ativos como imóveis, participações societárias em empresas estatais e direitos creditórios. Protagonista na elaboração e implementação do programa, a ALMG tem se dedicado, no âmbito institucional, a equacionar as finanças do Estado.

Teve repercussão a proposta de vincular as condições de renegociação da dívida estadual à expansão da educação profissional técnica no Estado – iniciativa conhecida como Juros por Educação. A comissão solicitou ao Executivo a apresentação de um plano de aplicação dos recursos destinados à educação profissional técnica de nível médio para que Minas Gerais pudesse aderir à modalidade de redução de juros da dívida.

Outra matéria relevante trata da reestruturação do saneamento básico no Estado. O conjunto original de propostas foi desmembrado em dois projetos: o PL nº 3.739/25, voltado à regionalização do saneamento, e o PL nº 4.552/25, com o objetivo de reorganizar a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado (Arsae-MG).

O PL nº 3.739/25 ainda prevê a criação do Fundo Estadual de Saneamento Básico (Funesb) como mecanismo para financiar a expansão dos serviços, garantir a modicidade tarifária e universalizar o saneamento, especialmente em áreas vulneráveis e de baixa renda.

Tema em foco

No âmbito do programa Assembleia Fiscaliza, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária teve como tema em foco, no biênio 2025-2026, a “Renegociação da dívida do Estado com a União”. Entre as atividades de monitoramento intensivo realizadas pelo Parlamento mineiro, uma reunião extraordinária foi promovida em maio e outra, em agosto.

A primeira teve como finalidade a apresentação, pelo Poder Executivo, de todos os projetos para a adesão ao Propag. Além do vice-governador Mateus Simões, secretários de Estado estiveram presentes na Assembleia para responder aos questionamentos dos deputados, em uma interação que contribuiu para viabilizar a construção democrática. O debate chegou à ALMG menos de um mês depois da regulamentação do programa pelo Ministério da Fazenda, sinalizando o esforço político para garantir a agilidade do processo.

No segundo encontro, a equipe do governo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais relativas ao exercício de 2024 e ao primeiro quadrimestre de 2025, uma exigência constitucional. Conforme os dados apresentados, embora a dívida consolidada de Minas com a União tenha alcançado o patamar de R\$ 161,3 bilhões, o comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com o pagamento do saldo devedor atingiu o menor índice nos últimos anos: 151,2%. Para fins de comparação, em 2019, esse percentual chegou a 191,5%, quando o valor da dívida foi de R\$ 122,7 bilhões e a receita foi de R\$ 64,1 bilhões.

Com a saída do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e a adesão ao Propag, as expectativas manifestadas pela equipe técnica durante a audiência foram positivas. Assim como ocorre desde 2019, havia a projeção de que, nos investimentos em saúde e educação, fossem alcançados os mínimos constitucionais de 12% e 25%, respectivamente.



Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária ouviu a apresentação, pelo Poder Executivo, dos projetos para adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Audiências do PPAG

A FFO realizou também duas audiências públicas para debater questões referentes à revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 para o exercício de 2026. A primeira, em reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular, ocorreu em outubro, e a segunda, em novembro.

O orçamento previsto na revisão do PPAG para 2026 é de R\$ 158,2 bilhões, contra R\$ 142,9 bilhões estimados na revisão para 2025. A região de Belo Horizonte concentrará o maior volume dos investimentos (28,5%), com previsão de R\$ 45 bilhões.

Durante a discussão da revisão do PPAG, a Comissão de Participação Popular promoveu o debate e percorreu o interior de Minas reunindo as propostas da sociedade. Destacam-se demandas relacionadas à realização de eventos culturais; ao apoio à agricultura familiar; ao fortalecimento dos direitos das mulheres e ao combate à violência doméstica; à melhoria do acesso à água em diversos municípios; à regularização fundiária; e ao apoio e à promoção do artesanato mineiro.



Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e Comissão de Participação Popular debateram a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 para o exercício de 2026.

LDO e LOA

Em julho, foi aprovado no Plenário o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que contém as metas e as prioridades da administração pública estadual e as orientações para a elaboração do orçamento de 2026. A projeção foi de uma receita anual de R\$ 141,29 bilhões e uma despesa de R\$ 143,6 bilhões, resultando no déficit de R\$ 2,3 bilhões.

Em dezembro, antes do encerramento dos trabalhos legislativos, a Assembleia aprovou o projeto que contém a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026. São estimadas receitas de R\$ 141,75 bilhões e despesas de R\$ 146,97 bilhões, com previsão de déficit fiscal de R\$ 5,2 bilhões, ou seja, superior ao previsto originalmente pela LDO.

No entanto, em relação a 2025, 2026 deve ter uma redução de 39,3% do déficit. A principal fonte de arrecadação continua sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que deve avançar 10,3%, chegando a R\$ 93,4 bilhões em 2026. A rubrica de “outras receitas de capital” terá um incremento de 20,1%, devido ao aumento de R\$ 332 milhões nos recursos do acordo judicial do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Os recursos das emendas populares representam atualmente cerca de 0,02% do orçamento do Estado para 2026. São R\$ 25 milhões de um total de R\$ 146,97 bilhões do orçamento, considerando-se o governo e suas autarquias.

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Entre os projetos de lei (PLs) que tramitaram pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, é possível destacar três que mais repercutiram na sociedade. O PL nº 1.858/23, transformado na Lei nº 25.625, de 2025, sancionada em dezembro, trata do controle populacional e do manejo sustentável do javali-europeu (*Sus scrofa*) em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento, no âmbito do Estado.

Aprovado em definitivo pelo Plenário da ALMG no dia 10 de dezembro, em cumprimento ao Novo Marco Legal do Saneamento, o PL nº 3.739/25 institui as unidades regionais de saneamento básico em Minas Gerais. O texto agrupa os municípios do Estado em 22 unidades regionais para a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, bem como em 26 unidades regionais de resíduos sólidos.

Também cria o Fundo Estadual de Saneamento Básico (Funesb-MG), que tem como finalidade promover a modicidade tarifária no setor, bem como captar recursos e financiar programas, projetos e ações voltados para a universalização e o aprimoramento dos serviços de saneamento básico no Estado.

No dia 11 de dezembro, o Plenário da ALMG aprovou, em 2º turno, o PL nº 4.331/25, que institui a Política Estadual de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas. O texto aprovado estabelece princípios, diretrizes e objetivos a serem seguidos na implementação de ações de mapeamento e monitoramento, entre outras. Contribuir para a prevenção de enchentes e deslizamentos, bem como fomentar o desenvolvimento de técnicas de restauração ecológica e de recuperação econômica sustentável de áreas produtivas, são algumas metas.

O projeto prevê, ainda, a adoção de instrumentos voltados à proteção dos ativos ambientais e de ferrementas destinadas a corrigir desvios que, como consequência, podem causar destruição das áreas naturais. Estão listados o cadastro ambiental, o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, o inventário anual de resíduos, rejeitos e estéreis de mineração e a destinação desses materiais.

Impactos socioeconômicos da mineração

A atenção aos impactos causados por atividades empresariais pautou audiências públicas promovidas pela comissão desde março. A primeira reuniu ambientalistas que cobraram a regulamentação de pilhas de rejeitos da mineração no Estado. Durante o encontro, participantes defenderam a aprovação do PL nº 2.519/24, que dispõe sobre ações de segurança e fiscalização para pilhas de disposição de rejeitos e estéril de mineração no Estado. O PL segue em tramitação.



Projeto de Lei nº 2.519/2024, que dispõe sobre segurança e fiscalização de rejeitos e resíduos industriais de mineração no Estado é destaque em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Após verificar as condições de degradação ambiental da Lagoa da Petrobras durante visita técnica realizada em 20 de março, a Comissão de Meio Ambiente realizou audiência para reivindicar soluções efetivas para o reservatório, situado na divisa dos municípios de Ibirité, Sarzedo e Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Encaminhamentos foram feitos ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Minas Gerais, que estão trabalhando em conjunto com a Comissão.



Os impactos socioambientais decorrentes da atividade minerária na região das Comunidades Curtume e Samambaia, em Itaiaiçu, são apresentados em visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

No dia 28 de março, foi promovida audiência pública para discutir os riscos causados pela construção de 32 km de ferrovia, cujo traçado deverá interceptar os municípios de Itaúna, Igarapé, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas, podendo impactar nascentes, cursos d'água, áreas produtivas e até uma unidade hospitalar. O empreendimento Ramal Serra Azul, do grupo Cedro Participações, tem por finalidade o transporte de minério de ferro, garantindo o escoamento pelo Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

Entre maio e junho, a comissão fez visita técnica aos locais afetados para averiguar o possível comprometimento de 78 córregos e de unidades de conservação na região com a instalação dos trilhos do trem.

O projeto Minas-Rio, da Anglo American, foi tema de debate no encontro realizado em 7 de abril na Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro. Deslocamentos forçados, ruídos, vibrações e poeira de explosões diárias, falta de água e pânico provocado por sirenes acionadas por engano foram alguns problemas apontados por moradores presentes na reunião.

A população de Congonhas, na Região Central do Estado, teve a oportunidade de se manifestar contra a expansão de uma pilha de estéril da CSN Mineração no município. Na audiência do dia 19 de maio, a ampliação da pilha de estéril do Batateiro, necessária para garantir a continuidade da produção da mina Casa de Pedra, recebeu críticas pelos riscos de poluição do ar, destruição de nascentes e instabilidade do solo.

O dia 30 de maio foi destinado à discussão sobre os impactos socioambientais das obras de descomissionamento e descaracterização do Sistema Pontal, da mineradora Vale, em Itabira, na Região Central do Estado. Participantes da reunião reivindicaram a continuidade da assessoria técnica independente aos atingidos (ATI) e a designação de perícia técnica pela Justiça para mapeamento de danos. Em visita técnica ao município, no dia 15 de setembro, os itabiranos se queixaram da falta de água, de trincas nos imóveis e de terem sido retirados de suas casas, entre outros danos que atribuem à mineradora Vale.



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizou visita técnica à obra da nova captação de água do Rio Paraopeba, no município de Brumadinho, e fez uma visita à comunidade rural de Ponte das Almorreimas.

A infraestrutura para escoamento de minério no Sistema Paraopeba foi tema de audiência em 6 de agosto. No centro da discussão esteve o PL nº 3.402/25, que estabelece diretrizes e restrições para o licenciamento ambiental de projetos dutoviários. Após receber emendas durante a apreciação em 1º turno pelo Plenário, a proposição retornou à comissão, que aprovou parecer pela rejeição das emendas. O PL segue em tramitação.

Durante visita técnica a Piauí Poço Dantas, em Itinga, no dia 12 de setembro, a comissão constatou que 68 famílias tiveram sua rotina alterada quando, há três anos, a Sigma Lithium decidiu avançar com a atividade minerária. Moradores relataram sofrimentos físicos e emocionais.

No fim de setembro, a comissão realizou visita técnica e audiência pública para averiguar e discutir a situação do bairro Pires, em Congonhas. Moradores alertaram que, se a expansão das atividades da empresa Ferro+ fosse aprovada, a área de mineração ficaria a apenas 150 metros das casas dos moradores do bairro, criado há mais de 200 anos. Gestores da Ferro+ disseram, em audiência, buscar diálogo com a população.

Ao percorrer o trecho da Serra do Curral entre Belo Horizonte e Sabará, em 30 de outubro, a comissão deparou-se com pilhas de entulho e cavas resultantes de atividades minerárias. A área foi pela mineração ilegal empreendida pela empresa Gute Sicht, alvo da Operação Rejeito da Polícia Federal. Até a suspensão das atividades, em 2023, segundo relatos registrados pela equipe técnica, moradores foram obrigados a conviver com explosões, poeira de minério e a presença constante de caminhões pesados da mineradora.

Autoridades e ambientalistas criticaram a exploração de terras raras no Sul de Minas durante audiência pública em 18 de novembro. Na pauta da reunião estavam projetos de mineração no planalto vulcânico de Poços de Caldas. Participantes expressaram receio com o interesse demonstrado pelas mineradoras australianas Meteoric e Viridis no grupo de 17 elementos químicos utilizados em tecnologias de transição energética e na indústria militar. Eles são considerados raros pela dificuldade de extração, na forma pura, dos minerais em que se acumulam.

Unidades de conservação

Preocupada com o risco de redução da Área de Preservação Ambiental (APA) Chapada do Lagoão, em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, a comissão realizou visita técnica ao local em 11 de setembro. Durante a atividade, houve tentativa de impedir o trabalho de fiscalização dos representantes do Legislativo.

Com 24,2 mil hectares (ha), a APA foi criada pela Lei Municipal nº 89, de 2007, após quase três décadas de tensão entre plantadores de eucalipto e comunidades. No processo de aprovação da legislação, foram cadastradas 139 nascentes e 399 famílias no território. Porém, desde maio de 2025, lideranças políticas locais têm se mobilizado para reduzir a área para 10,7 mil ha, retirando 55,3% de seu tamanho original.

A fim de proteger o ecossistema, o PL nº 3.331/25 pretende instituir a APA no âmbito estadual. Em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, teve diligências cumpridas em abril. O PL segue em tramitação.

Quanto ao Parque Nacional da Serra do Gandarela, convidados da audiência pública de 21 de março ressaltaram os impactos da mineração na região. De acordo com eles, há risco de rebaixamento do lençol freático, uma vez que está prevista nova cava, com 80% de sua área nos limites daquela APA.



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debateu as ameaças à preservação do Parque Nacional da Serra do Gandarela.

Também em relação às áreas de proteção ambiental, a comissão comemorou, em julho, a transformação do PL nº 1.841/23 na Lei nº 25.366, de 2025, que, por sua vez, altera a Lei nº 22.428, de 2016, que cria a APA Parque Fernão Dias. Com a mudança, o local passou a se chamar Parque Cataguás, em referência aos povos que originalmente viviam na região e foram dizimados pela ação dos bandeirantes. A proposta de mudança de nome foi apresentada por estudantes do Colégio Santo Agostinho de Contagem, e o debate contou com audiências públicas e visita técnica.

Em duas ocasiões, em 10 de julho e 31 de outubro, autoridades de São João del-Rei, na Região Central do Estado, e especialistas apresentaram dados para salientar a riqueza histórica, cultural e ambiental da Serra do Lenheiro, justificando, assim, a aprovação do PL nº 2.080/24, que cria uma unidade de conservação para preservá-la. As duas audiências ajudaram a cumprir etapas para o avanço na tramitação do texto, que, em junho, foi recebido pela comissão.

Ainda no âmbito das ações para estabelecer unidades de conservação, em reunião na noite de 13 de outubro, cerca de cem pessoas apoiaram a criação do Monumento Natural Serra dos Pires, em Congonhas. Com essa finalidade, o PL nº 1.367/23 foi recebido na comissão em março, após receber parecer pela legalidade na CCJ. Durante visita técnica seguida de audiência, foram reunidas informações locais para subsidiar a proposição.

Carreira do Sisema, normas de licenciamento e regionalização do saneamento

Sem plano de carreira nem recomposição salarial, trabalhadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) apresentaram, em audiência pública realizada em 29 de maio, a situação de desvalorização

dos servidores. Os servidores demandaram novos concursos públicos e declararam a possibilidade de greve. A paralisação ocorreu e foi encerrada com a aprovação do PL nº 4.486/25, transformado na Lei nº 25.626, de 2025, em dezembro, na qual parte das reivindicações foi atendida.

Já a mudança no licenciamento ambiental de atividades rurais foi alvo de críticas durante reunião realizada em 16 de setembro. Ativistas e servidores do Sisema apontaram riscos de comprometimento da preservação ambiental por causa da Deliberação Normativa (DN) 258, publicada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em julho.

Por fim, em novembro, duas audiências foram realizadas para debater o PL nº 3.739/25, que trata da regionalização do saneamento básico e foi aprovado em caráter definitivo pelo Plenário em 10 de dezembro. A proposição integra o pacote de medidas para adesão de Minas Gerais ao Propag. Participando da primeira discussão, representantes do Poder Executivo afirmaram que a nova organização do saneamento foi elaborada com os objetivos de garantir a sustentabilidade econômico-financeira e buscar a universalização dos serviços prestados, entre outros.

Porém, conforme sindicalistas, servidores e parlamentares da oposição, a constituição dos blocos regionais planejada pelo governo para o saneamento básico reflete o interesse da iniciativa privada em assumir os serviços em municípios superavitários, diante da possível privatização da Copasa, entre outros pontos questionados.

Em 27 de novembro, o assunto foi retomado. Persistiram dúvidas sobre a viabilidade da operação nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, sobre a falta de estudos prévios e sobre a atuação futura da Agência Reguladora de Saneamento e Energia (Arsae-MG). No entanto, representantes do governo defenderam a aprovação da proposição, que seria essencial para adequar o Estado ao Marco Legal do Saneamento.

Minas e Energia

Durante o ano, dois projetos de lei (PLs) que tramitaram pela Comissão de Minas e Energia foram transformados em lei. Uma delas foi a Lei nº 25.538, oriunda do PL nº 3.311/16, que acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 20.849, de 2013, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Solar.

A finalidade é conceder preferência aos sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica fotovoltaica no atendimento, por parte dos órgãos públicos estaduais, e no acesso a benefícios. Além disso, objetiva-se formalizar convênios para financiar o desenvolvimento de sistemas inteligentes de armazenamento de energia solar, com foco na redução dos riscos de gerenciamento de fluxos de energia e no dimensionamento de sistemas fotovoltaicos não conectados à rede distribuidora, ou *off-grid*.

Já a Lei nº 25.628, que teve origem no PL nº 1.877/23, confere ao Norte de Minas o título de Terra do Sol e reconhece como de relevante interesse econômico do Estado a geração de energia solar fotovoltaica nessa região. O reconhecimento teve por objetivo fortalecer a economia regional e promover o desenvolvimento da cadeia produtiva da energia solar fotovoltaica no território mineiro.

Entre as audiências públicas promovidas, quatro tiveram como finalidade debater atividades ligadas à mineração. Em 5 de maio, foram analisados os benefícios socioeconômicos proporcionados pela atuação da mineradora Anglo American em Conceição do Mato Dentro (Região Central do Estado). Participantes do encontro destacaram vantagens como geração de empregos e renda,

bem como os impactos positivos na arrecadação de impostos para o município e o Estado. Apesar disso, os Poderes Executivo e Legislativo municipais pediram mais contrapartidas da empresa.



Audiência debateu os impactos socioeconômicos da atuação da Anglo American em Conceição do Mato Dentro.

No dia 30 de maio, prefeitos e moradores de Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas, no Norte do Estado, mobilizaram-se contra a proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Tamanduá-Poções e do Parque Nacional do Peixe Bravo. Em suas críticas, afirmaram que a demarcação da unidade impediria o desenvolvimento da região e engessaria atividades econômicas. Em nova reunião, no dia 30 de outubro, voltaram a protestar contra a análise técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).



Comissão de Minas e Energia debateu a proposta de criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) no município de Riacho dos Machados.

Diretores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) abordaram os projetos da CSN Mineração em Congonhas (Região Central do Estado), relacionados à Mina Casa de Pedra, a mais antiga em operação no Brasil. Eles participaram de audiência pública em 24 de junho. Em resposta aos receios manifestados por ambientalistas, representantes da CSN afirmaram que os dois projetos em questão (Lavra do Esmeril e Pilha do Batateiro 4) não implicariam expansão, mas, sim, manutenção da atual produção da mina.



Proposta de implantação de uma pilha de rejeitos na Serra do Esmeril, em Congonhas, foi debatida na Comissão de Minas e Energia.

Melhorias dos 13 quilômetros não pavimentados da MG-326, entre o distrito de Fonseca, em Alvinópolis, e Catas Altas, na Região Central do Estado, foram as principais demandas apresentadas na audiência realizada em 2 de setembro. A comunidade descreveu que a poeira e a lama prejudicam trabalhadores, pois caminhões de mineradoras e ônibus com seus funcionários circulam diariamente pela estrada de terra. Os moradores relataram que as péssimas condições da via prejudicam o acesso a serviços de saúde e educação e atrapalham o comércio local. O Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) concordou em dividir o projeto de asfaltamento entre as duas cidades e priorizar o trecho discutido.

Macaúba, Cemig Agro, RDS e energia fotovoltaica

A possibilidade de utilizar macaúba para revolucionar a produção de combustível sustentável de aviação foi defendida durante audiência pública em 12 de maio. A planta, típica do semiárido e do cerrado, produz de sete a dez vezes mais óleo para biocombustível por hectare do que a soja, com a vantagem de esse biodiesel poder ser usado amplamente na aviação. Nesse sentido, participantes da reunião comemoraram a instalação de um centro de tecnologia e inovação do agronegócio na região de Montes Claros (Norte de Minas).

Em audiência conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, no dia 9 de setembro, foi salientada a necessidade de expansão do programa Cemig Agro, lançado em 2024, com o objetivo de

melhorar o fornecimento de energia elétrica para o produtor rural. Afora o reconhecimento quase unânime do empenho da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) em aprimorar a assistência ao setor, ficou patente a necessidade de aprimorar processos, especialmente quanto à ligação de usinas fotovoltaicas.

Também em conjunto com a Comissão de Agropecuária, a Comissão de Minas e Energia promoveu um encontro para debater a importância da implantação de usinas destinadas à microgeração e à minigeração de energia fotovoltaica. Durante a audiência, especialistas ressaltaram que a produção de energia solar pode impulsionar a agricultura familiar. Redução de custos, valorização dos imóveis, desenvolvimento econômico e a possibilidade de permanência no campo foram mencionados no rol de benefícios da energia limpa.

Participação Popular

Assumindo seu papel de aproximar a população dos debates e processos do Poder Legislativo mineiro, a Comissão de Participação Popular realizou diversas audiências ao longo de 2025, abordando temas como infraestrutura rodoviária, meio ambiente, saneamento básico e acesso à água e à energia elétrica. Também foram realizados encontros participativos para a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 referente a 2026.

Infraestrutura rodoviária

Em fevereiro, a comissão realizou amplo debate sobre a concessão dos trechos das rodovias BR-356, MG-262 e MG-129, incluindo-se a proposta de construção de um anel viário no distrito de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto (Região Central do Estado). A audiência foi marcada pela cobrança de transparência no projeto, com moradores e empresários questionando a falta de informações claras sobre os impactos no tráfego, no comércio local e na segurança dos moradores das regiões afetadas.

A situação das rodovias no Sul de Minas foi tema de audiência em julho, na qual vereadores denunciaram a falta de manutenção, a sinalização deficiente, a presença de buracos e a ausência de acostamento nas vias. Representantes do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) informaram sobre os projetos em andamento para as rodovias, enquanto lideranças enfatizaram a importância de investimentos para garantir segurança viária e impulsionar o progresso da região.

A comissão promoveu, em outubro, um encontro no município de Jequitinhonha (Vale do Jequitinhonha) para tratar da revitalização da BR-367, atendendo a anos de reclamações da população, que havia fechado trechos da rodovia em protesto por melhorias. Na ocasião, o superintendente regional do Dnit anunciou um novo contrato de obras, com investimentos iniciais garantidos para pavimentação, recapeamento e manutenção, além de destacar a importância de recursos federais para fases subsequentes do projeto.

A Comissão de Participação Popular, em conjunto com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, mediu, ainda em novembro, uma reunião em que moradores da Zona da Mata debateram com o DER-MG o projeto de pavimentação da estrada entre Caputira e Raul Soares. Os participantes ressaltaram a necessidade de garantir recursos para as obras, destacando a relevância do asfaltamento para o desenvolvimento regional.



Um dos temas discutidos pela comissão de Participação Popular foi o andamento do projeto de pavimentação, recapeamento e manutenção da BR-367.

Energia elétrica

Em audiência pública promovida pela comissão em abril, deputados, sindicalistas e técnicos questionaram a venda, pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), de três usinas e de uma pequena central hidrelétrica, em fevereiro, sem a realização de consulta pública e sem a ratificação da ALMG, como exige a Constituição do Estado.

O lote foi arrematado por R\$ 52 milhões e ainda depende de aprovações federais, mas parlamentares e convidados defenderam que a alienação desses ativos estratégicos pode ser legalmente contestada, diante do descumprimento constitucional e do que consideraram dilapidação do patrimônio da estatal. Representantes da Cemig alegaram que a medida faz parte de um processo de desinvestimento planejado e visa manter a qualidade dos serviços prestados pela empresa.

Fiscalização e patrimônio ambiental

Em 2025, a Comissão de Participação Popular intensificou sua atuação em audiências públicas voltadas à fiscalização e à proteção do meio ambiente, em resposta a demandas e preocupações de cidadãos e comunidades afetadas por políticas e práticas ambientais. No Norte de Minas, uma audiência em Montalvânia reuniu mais de 500 agricultores assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para denunciar a aplicação de multas ambientais consideradas indevidas e desproporcionais.

Na ocasião, a comissão enfatizou a necessidade de revisão dessas penalidades e de mudanças na legislação, além de sugerir mecanismos de negociação e composição judicial para resolver os conflitos gerados entre agricultores e órgãos ambientais.

O assunto continuou repercutindo em outra audiência realizada em junho, sobre o uso de instâncias de mediação para dirimir conflitos ambientais entre produtores rurais e órgãos do Estado, em especial no contexto das multas aplicadas no Norte de Minas. Especialistas e mediadores apresentaram experiências e métodos para facilitar o diálogo, buscar consensos e promover soluções mais equilibradas, sem recorrer diretamente à judicialização.

Ainda na área ambiental, em abril, em Mateus Leme (Região Metropolitana de Belo Horizonte), a comissão promoveu debate sobre a ameaça à Serra do Elefante, área de grande diversidade biológica e importante patrimônio natural, por conta de empreendimentos imobiliários e alterações legais que colocam em risco a zona de amortecimento da unidade de conservação.



Comissão de Participação Popular debateu a relevância da Serra do Elefante, em Mateus Leme, e o risco gerado pela especulação imobiliária pelas atividades irregulares na região.

Moradores, ambientalistas e instituições alertaram para os possíveis impactos negativos sobre a fauna, a flora, os recursos hídricos e o uso sustentável do território e reivindicaram ações para garantir a preservação do ecossistema.

Saneamento básico

A Comissão de Participação Popular promoveu, em maio, uma audiência pública sobre o projeto “Águas do Vale”, que visa implantar uma parceria público-privada (PPP) para universalizar o saneamento básico em 92 municípios do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Representantes de municípios e parlamentares criticaram a proposta. Eles reclamaram da falta de informações e relataram problemas no atendimento prestado pela Copanor (subsidiária da Copasa), como baixa cobertura de redes de esgoto, água de má qualidade e prejuízos ambientais e à saúde. Os participantes da audiência defenderam a participação da população na construção da proposta de substituição do modelo atual.

Em outra audiência, em setembro, moradores do bairro Industrial, em Contagem (Região Metropolitana de Belo Horizonte), relataram à comissão o despejo de esgoto sem tratamento no Córrego Manoel Moreira, com consequências como mau cheiro, proliferação de vetores de doenças e impactos ambientais.

Representantes da Copasa e da gestão municipal assumiram compromissos para avançar em estudos e obras de saneamento para 2026, destacando a importância da mobilização popular e da participação comunitária no acompanhamento das ações de infraestrutura.

Esporte e lazer

Em maio, a comissão discutiu a retirada de cadeiras em setores específicos do Estádio Mineirão, medida apoiada por torcedores e representantes de clubes por ampliar a capacidade, reduzir custos de ingressos e favorecer a cultura das arquibancadas populares, conhecidas como “geral”. Os participantes também defenderam que a mudança fosse acompanhada de regras de segurança, manutenção da acessibilidade e diálogo permanente com as torcidas organizadas e os gestores do estádio.

Em setembro, foi publicada a Lei nº 25.479, que retirou o limite anteriormente imposto para a criação de setores sem cadeiras nos estádios mineiros, permitindo que arenas como o Mineirão ampliem a “geral”, conforme critérios técnicos e de segurança. A nova legislação atende a reivindicações debatidas na comissão e abre espaço para modelos de ocupação mais flexíveis, alinhados às demandas de torcedores e às práticas adotadas em estádios modernos.



Foi debatida na Comissão de Participação Popular a possibilidade de haver, no Estádio do Mineirão, um setor sem cadeiras, para que os torcedores possam assistir aos jogos em pé, como acontecia antigamente.

Segurança alimentar e nutricional

Uma audiência pública realizada em agosto debateu os impactos do uso de agrotóxicos e das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar e a saúde da população. A reunião enfatizou os riscos ambientais e sanitários associados ao uso de pesticidas químicos, o incentivo à agroecologia como

alternativa sustentável e a urgência na recomposição de instâncias como o Grupo Executivo Permanente (GEP) de redução de agrotóxicos em Minas Gerais.

As discussões também apontaram desigualdades na alocação de recursos e no apoio do poder público à agricultura familiar e ao agronegócio, além de ressaltarem a importância de fortalecer políticas públicas para ampliar ações em favor de alimentos mais saudáveis e do acesso seguro à alimentação.

Em setembro, a comissão voltou a tratar da temática, em audiência pública sobre a insegurança alimentar e nutricional no Estado. Parlamentares, gestores públicos e representantes debateram a necessidade de fortalecer políticas públicas e ampliar recursos orçamentários para o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea-MG). Os participantes ressaltaram que a insuficiência de verbas e o baixo nível de apoio do governo do Estado limitam a efetividade das estratégias de combate à fome e à insegurança nutricional.

Como encaminhamento, a comissão se comprometeu a cobrar do governo a publicação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais, elaborado durante a sexta conferência estadual sobre o tema.



Comissão de Participação Popular debateu a defesa da agroecologia e do fortalecimento de políticas públicas para alimentos saudáveis.

Justiça restaurativa

A comissão se reuniu novamente em dezembro, dessa vez, para debater o tema da justiça restaurativa, uma abordagem que prioriza o diálogo, a escuta humanizada e a reparação de danos entre vítimas e ofensores como alternativa ou complemento ao sistema punitivo tradicional.

Magistrados, pesquisadores, representantes de entidades sociais e parlamentares defenderam a criação de uma legislação estadual específica e que consolide diretrizes, garanta recursos e fortaleça programas já existentes. O objetivo é permitir que práticas restaurativas sejam aplicadas de forma estruturada em escolas, comunidades e no sistema de justiça, especialmente na prevenção de conflitos e na redução da violência.

Os expositores destacaram experiências bem-sucedidas em municípios mineiros e apontaram que a ausência de um marco normativo estadual dificulta a expansão das iniciativas. Também ressaltaram a necessidade de formação continuada, articulação interinstitucional e políticas permanentes, enfatizando que a justiça restaurativa deve ser entendida como política pública, e não apenas como projetos isolados.

Discussão participativa do PPAG

A discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027, conduzida pela Comissão de Participação Popular, permitiu que cidadãos, movimentos sociais, conselhos, universidades e organizações da sociedade civil apresentassem propostas e avaliassem prioridades para o planejamento de médio prazo do Estado, estruturado por meio de programas e ações que orientam políticas públicas ao longo de quatro anos.



Comissão de Participação Popular conduziu a revisão participativa do PPAG 2024-2027 para o exercício de 2026.

Para o ano de 2026, o PPAG prevê 181 programas governamentais, responsáveis por 993 ações, mobilizando recursos da ordem de R\$ 158,2 bilhões. A novidade é a criação de quatro novos programas, voltados para a modernização institucional, a melhoria da Defesa Civil, o financiamento de micro e pequenas empresas e a promoção de concessões e parcerias com a iniciativa privada.

O processo de discussão participativa do plano resultou em 573 sugestões de iniciativa popular para o PPAG. Desse total, 506 foram construídas em encontros presenciais realizados em Montes Claros (Norte de Minas), Itaobim (Vale do Jequitinhonha), Coronel Fabriciano (Vale do Aço) e Natalândia (Noroeste de Minas), além de em quatro reuniões de grupos de trabalho na Capital. Outras 67 sugestões são resultado da consulta pública *on-line* realizada no Portal da Assembleia.

As demandas apresentadas pela população nos encontros de discussão do PPAG refletem a diversidade de prioridades regionais e setoriais de Minas Gerais. As propostas se concentram em áreas como agricultura familiar, cultura e turismo, desenvolvimento social, segurança pública, meio ambiente e infraestrutura, indicando a busca por políticas públicas capazes de fortalecer economias locais, ampliar direitos e melhorar a qualidade de vida.

Entre os exemplos estão pedidos de aquisição de máquinas e *kits* de irrigação para pequenos produtores, apoio a cadeias produtivas rurais, realização de festivais culturais e sinalização turística, ações de proteção social e direitos humanos, investimentos em esportes e lazer, reforço da segurança com viaturas e programas preventivos, além de iniciativas ambientais como recuperação de nascentes, combate a incêndios florestais e ampliação do acesso à água. Também aparecem demandas por regularização fundiária, apoio ao artesanato e melhorias na malha rodoviária mineira.

Essas contribuições da sociedade civil foram analisadas e aglutinadas pelo corpo técnico da ALMG, sendo então transformadas em 62 propostas de ação legislativa (PLEs). Desse total, 59 PLEs foram aprovadas e apresentadas em audiência conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em novembro.

As 59 PLEs aprovadas originaram:

- 10 emendas ao projeto de lei de revisão do PPAG 2024-2027 para o exercício de 2026 (PL nº 4.526/25)
- 29 emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual para 2026 (PL nº 4.527/25)
- 231 requerimentos com pedidos de providências ou solicitações de informações relativas à execução das políticas públicas

A ASSEMBLEIA DESBLOQUEOU 7 BILHÕES DOS FUNDOS DE SAÚDE...

TRADUÇÃO: OS DEPUTADOS ESTADUAIS LIBERARAM 7 BILHÕES DE REAIS PARA A SAÚDE EM MINAS GERAIS.

As deputadas e os deputados estaduais atuam em mais áreas do que você imagina.
 Por exemplo, eles criaram uma lei que liberou 7 bilhões de reais dos saldos do fundo de saúde. Um dinheiro que agora já está sendo usado pelos municípios para construção de hospitais, contratação de médicos, compra de ambulâncias e muito mais.

Esse é o trabalho da Assembleia.
 Melhorar a vida das pessoas.

**QUER SABER MAIS?
 ACESSSE O QR CODE
 E PODE CONFERIR.**

ALMG.GOV.BR/LEIDASAUDE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
 Poder e voz do cidadão

canalblanca

Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

A proteção da infância e da juventude foi a principal preocupação da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas no ano de 2025. Uma visita e uma audiência pública voltadas para essa questão foram os destaques do ano.

No dia 20 de fevereiro, a presidente da comissão, deputada Delegada Sheila (PL), participou da abertura do seminário A Efetividade do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) para uma Infância Protegida. O evento reuniu membros do poder público, da sociedade civil e de instituições de proteção à infância para debater a atuação da rede instituída pelo sistema.

Na ocasião, a parlamentar palestrou sobre o papel do Legislativo na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, apresentando dados alarmantes: a cada hora, são registradas cerca de 33 denúncias de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes no País, número que representaria apenas uma fração dos casos reais, dada a grave subnotificação estimada.



Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas debateu o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre crianças e jovens e sua relação com situações de vulnerabilidade na infância e na juventude, como tema em foco do projeto Assembleia Fiscaliza para o biênio 2025-2026.

A presidente da comissão falou também sobre a atuação da Frente Estadual Contra a Pedofilia, que reúne parlamentares, autoridades policiais e representantes de entidades sociais, apontando a colaboração entre esses atores como essencial para ampliar a proteção e o apoio às vítimas.

A palestra reforçou a necessidade de fortalecer e expandir a rede de proteção do SGD em Minas Gerais, com apoio do Legislativo para formular e aprovar leis que contribuam para a prevenção. Além disso, destacou a urgência de garantir políticas públicas coordenadas de educação, saúde e assistência social, bem como de intensificar campanhas de conscientização e canais eficientes de denúncia e acolhimento.

Consumo de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes

Uma audiência pública da comissão, no dia 22 de outubro, teve como foco o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas entre crianças e adolescentes. A reunião contou com representantes da segurança pública, da assistência social e da saúde, além de técnicos da Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas.

Foram apresentados dados da 3ª edição do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), divulgados em setembro de 2025, segundo os quais quase um terço dos jovens de 14 a 17 anos já experimentou bebida alcoólica. O debate abordou a relação entre o consumo precoce de álcool e a vulnerabilidade social, destacando riscos como violência, acidentes, gravidez não planejada, doenças transmissíveis e eventual progressão para o uso de drogas ilícitas.

A audiência salientou a urgência de políticas preventivas contínuas e integradas, envolvendo escola, família e comunidade, para evitar o início precoce do consumo. Participantes defenderam o fortalecimento de programas educativos e sociais já existentes, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e o Programa Cria – Prevenção e Cidadania, bem como a ampliação do apoio a famílias vulneráveis por meio de redes de assistência social.



A presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, deputada Delegada Sheila, participou da abertura do seminário A Efetividade do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) para uma Criança Protegida.

Campanhas de prevenção

Proposições analisadas pela Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas no ano de 2025 trataram principalmente de ações para prevenir o consumo de substâncias ilícitas pela população mineira.

O Projeto de Lei (PL) nº 2.598/24 recebeu parecer favorável de 1º turno na comissão. Ele tem por objetivo determinar que casas noturnas e estabelecimentos onde se realizem eventos artísticos, culturais e esportivos sejam obrigados a afixar cartazes e informativos alertando sobre os riscos do uso de drogas.

Além da divulgação, o projeto determina, ainda, sanções administrativas em caso de descumprimento da lei e inova ao determinar que os valores arrecadados com as multas sejam revertidos ao Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes (Funpren).

Outros dois projetos, já transformados em lei, alteraram a nomenclatura de ações já existentes no Estado voltadas à prevenção do uso de drogas. A Lei nº 25.300, de 2025, originada do PL nº 1.101/23, alterou o nome da Semana Estadual de Prevenção às Drogas para Semana Estadual de Políticas sobre Drogas.

Já a Lei nº 25.410, de 2025, com origem no PL nº 1.018/23, passou a denominar a Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad como Comenda Professor Elias Murad de Ações contra as Drogas. Além disso, a norma atualizou a composição do comitê permanente responsável por administrar a comenda.

Saúde

No ano de 2025, a Comissão de Saúde se debruçou sobre variados e importantes temas, abrangendo a necessidade de atualização de protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), maior financiamento para unidades hospitalares e para a atenção básica, tratamento especializado para condições específicas e valorização de profissionais da área.

A primeira grande agenda da comissão ocorreu no município de Bocaiúva, em março de 2025, durante a 2ª Reunião Extraordinária, ocasião em que foi discutida a implantação de leitos de CTI no Hospital Dr. Gil Alves, demanda considerada urgente para a microrregião.

Doenças de pele

Duas audiências públicas promovidas pela comissão se dedicaram ao tema das doenças de pele. Em 11 de novembro, foi debatida a atualização do protocolo estadual para o tratamento de doenças crônicas de pele, em atendimento à Lei nº 25.477, de 2025, aprovada pela ALMG em agosto. A norma visa institucionalizar uma política pública completa para diagnóstico, tratamento e controle dessas doenças.



A atualização do protocolo estadual para as doenças crônicas de pele foi debatida em audiência da Comissão de Saúde.

Durante a reunião, especialistas, representantes de pacientes e profissionais de saúde enfatizaram a urgência da contratação de mais dermatologistas pelo SUS e a necessidade de disponibilizar gratuitamente medicamentos essenciais, como o dupilumabe, para tratar patologias como dermatite atópica e urticária. Também foi destacado que, apesar dos avanços trazidos pela lei, há um déficit estrutural: a capacidade dos centros estaduais de atenção especializada permanece limitada diante da demanda existente.

Em 25 de novembro, nova audiência pública abordou especificamente a situação dos pacientes com urticária crônica espontânea (UCE). O relato da paciente Ana Caroline Ferreira da Silva evidenciou a vulnerabilidade de milhares de pessoas que vivem com a condição. Em muitos casos, o tratamento eficaz com imunobiológicos, como o omalizumabe, só foi obtido por meio de decisões judiciais. Especialistas defenderam a criação de um fluxo assistencial padronizado, a capacitação de profissionais de saúde e a negociação de preços para ampliar o acesso aos medicamentos no SUS.



Importância do treinamento de leigos para o suporte básico à vida no Estado, visando ao aumento da taxa de sobrevivência nos casos de paradas cardíacas ocorridas fora do ambiente hospitalar, foi tema de debate na Comissão de Saúde.

Violência contra os profissionais de saúde

Foram realizadas duas audiências sobre a questão da violência contra profissionais de saúde. A primeira, em 27 de março, reuniu médicos, representantes de entidades de classe e conselhos profissionais para tratar da invasão de unidades de saúde por pessoas não autorizadas, como no caso de uma unidade no município de Felício dos Santos (Região Central do Estado), onde a presença de um vereador atrapalhou o atendimento emergencial e resultou na morte de um idoso.

Foi defendida a criação de um protocolo claro para fiscalizações em unidades de saúde, de forma a preservar a autonomia médica, garantir a segurança dos profissionais e evitar interrupções indevidas no atendimento. Também foi apontada a preocupação com a proliferação de cursos de Medicina sem a devida qualificação, o que poderia agravar a vulnerabilidade dos profissionais.

No dia 17 de setembro, uma nova audiência trouxe relatos comoventes de agressões verbais e físicas, atos racistas e ameaças virtuais sofridos por profissionais de saúde. Com base em pesquisa apre-

Na prática, a PEC facilita a destinação e a execução de recursos de emendas parlamentares para os hospitais universitários do Estado, inclusive o Hospital Universitário Clemente de Faria, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), cujas necessidades foram destacadas na audiência pública da Comissão de Saúde.

O Hospital Clemente de Faria é o único hospital universitário estadual e presta atendimento gratuito pelo SUS a cerca de 1,5 milhão de pessoas de 186 municípios. Na audiência, autoridades, gestores, representantes da sociedade civil e parlamentares defenderam que a PEC é essencial para destravar o envio de recursos, garantindo maior autonomia financeira, agilidade no custeio e previsibilidade orçamentária ao hospital.



Comissão de Saúde debateu a jornada de excelência do paciente oncológico do Instituto Mário Penna, visando à redução do tempo de espera entre a suspeita de câncer e o início do tratamento oncológico, de uma média nacional de mais de 120 dias para apenas 21 dias.

Oncologia

A situação de pacientes em tratamento de câncer no Estado foi tema de duas importantes audiências da Comissão de Saúde. Na primeira, em 24 de abril, foi apresentada a iniciativa do Instituto Mário Penna denominada Jornada de Excelência do Paciente Oncológico, cujo objetivo é reduzir de cerca de 120 dias para apenas 21 dias o tempo de espera entre a suspeita de câncer e o início do tratamento.

A proposta prevê a ampliação da capacidade de atendimento, com aumento no número de mamografias realizadas pelo SUS na rede do instituto, e a criação de um Núcleo de Matriciamento em Oncologia, para integrar a atenção básica e os serviços especializados.

A segunda audiência, em 9 de outubro, teve o objetivo de esclarecer rumores de que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pretendia restringir a realização de mamografia para mulheres com menos de 50 anos. A ANS negou qualquer proposta de limitação. O encontro destacou o consenso entre especialistas sobre a importância de permitir exames de rastreamento já a partir dos 40 anos, tanto na saúde suplementar quanto no SUS.

Projeto Regulação 4.0

Em 16 de outubro, a SES apresentou, em audiência pública, o Projeto Regulação 4.0. O novo sistema propõe modernizar e ampliar o acesso à rede estadual de saúde, substituindo a ferramenta atual, o SUSfácil, que hoje se destina apenas à busca de vagas para internações de urgência e emergência.

O Regulação 4.0 prevê a implantação de uma central única capaz de realizar busca simultânea de vagas de leitos, marcar consultas ambulatoriais e agendar exames. Além disso, o sistema deve permitir a comunicação entre médicos e operadores por teleconsulta, o acionamento de transporte por ambulância ou via aérea, o anexo de exames ou imagens ao prontuário e a asseguarção de fluxo regulatório padronizado por linha de cuidado.

A expectativa é de que a plataforma reduza drasticamente os atrasos e gargalos no atendimento, especialmente para casos de alta complexidade, melhorando a transparência, a eficiência e o acesso de toda a população mineira à rede pública de saúde.

Doença de Chagas no Norte de Minas

A Comissão de Saúde realizou, em 9 de outubro, audiência pública para discutir o preocupante aumento dos casos de doença de Chagas no Norte de Minas, especialmente nos municípios de Espinosa e Porteirinha. Segundo especialistas, os recentes projetos federais Integra Chagas Brasil e Cuida Chagas contribuíram para revelar um cenário anteriormente subnotificado, com detecção de casos em faixas etárias e áreas que não eram tradicionalmente consideradas de risco.

Durante a audiência, foram apresentados dados alarmantes: em Espinosa, cerca de 10 mil testes rápidos identificaram 600 casos confirmados; em Porteirinha, outros 550. Foi ressaltado que 31% dos infectados já apresentam sintomas cardíacos ou digestivos, o que exige a ampliação da oferta de exames de média e alta complexidade na região, além de reforço nas ações de vigilância entomológica e cuidado clínico.

A reunião serviu como alerta para os poderes públicos estadual e municipais sobre a urgência de políticas estruturadas de diagnóstico, tratamento e prevenção, incluindo-se a ampliação da testagem, a garantia de assistência especializada e o fortalecimento da vigilância para controle do vetor.

Leis aprovadas

A Comissão de Saúde analisou, ao longo do ano, várias proposições. Algumas delas já foram transformadas em normas jurídicas:

- Lei Complementar nº 186 (PLC nº 62/25) – Autoriza os municípios, consórcios públicos e entidades a realizarem a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de repasses, parcerias e convênios firmados com o Estado até o final do exercício financeiro de 2025.
- Lei nº 25.351 (PL nº 2.332/24) – Reconhece, no Estado, o cordão de fita com desenho de mãos coloridas sobrepostas por uma silhueta humana como símbolo de identificação das pessoas com doenças raras.

- Lei nº 25.400 (PL nº 1.244/23) – Cria o Selo Empresa Amiga da Saúde, destinado aos estabelecimentos empresariais que adotem política interna de promoção da saúde e prevenção de doenças.
- Lei nº 25.417 (PL nº 659/19) – Estabelece diretrizes para as ações do Estado voltadas à prevenção e à mitigação dos efeitos dos índices de umidade relativa do ar potencialmente nocivos à saúde.
- Lei nº 25.423 (PL nº 2.993/24) – Atualiza a Política Estadual de Assistência à Saúde do Estudante (Lei nº 24.968, de 2024) para incluir iniciativas voltadas à conscientização sobre os riscos do uso de dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), conhecidos como cigarros eletrônicos.
- Lei nº 25.477 (PL nº 3.107/24) – Dispõe sobre a política estadual de prevenção, tratamento e controle das doenças crônicas de pele.
- Lei nº 25.505 (PL nº 916/23) – Atualiza a Lei nº 22.422, de 2016, que estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado, para garantir às gestantes o acesso ao exame de ecocardiograma fetal e a dois exames de ultrassonografia transvaginal.
- Lei nº 25.537 (PL nº 3.399/25) – Institui o Estatuto das Pessoas com Doenças Raras no Estado.
- Lei nº 25.544 (PL nº 1.465/23) – Institui a política estadual de conscientização sobre o direito ao tratamento de doenças raras.
- Lei nº 25.545 (PL nº 1.499/23) – Institui a política de valorização dos profissionais de saúde, voltada para a promoção do bem-estar, da saúde integral e da qualidade de vida desses profissionais no trabalho.
- Lei nº 25.556 (PL nº 1.802/23) – Altera a Lei nº 11.868, de 1995, que dispõe sobre a prevenção e o tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico, para estabelecer que a mamografia de rastreamento possa ser solicitada para mulheres entre 40 e 69 anos de idade, tanto por médicos quanto por enfermeiros do SUS.
- Lei nº 25.564 (PL nº 1.881/23) – Acrescenta dispositivo à Lei nº 14.133, de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos, para incluir como diretriz a garantia de transparência na dispensação de medicamentos, com publicação regular, em meio digital acessível, de dados sobre estoques, aquisições e distribuição.

Segurança Pública

O aumento da criminalidade pautou diversas atividades da Comissão de Segurança Pública em 2025. Uma audiência pública, em março, debateu o planejamento das forças de segurança do Estado para a prevenção e o enfrentamento do roubo de safras de café e de crimes cometidos contra produtores e trabalhadores desse ramo em Minas Gerais, considerando a alta no preço do produto.

O encontro reuniu prefeitos, vereadores e produtores rurais de diversos municípios. Eles manifestaram preocupação com a segurança das fazendas, faltando poucas semanas para o início da colheita, e com a possibilidade de furtos e roubos de máquinas, equipamentos e do próprio grão.



A prevenção e o combate ao roubo de safras de café e de crimes contra produtores e trabalhadores do café em Minas Gerais foi tema de debate na Comissão de Segurança Pública.

Para fazer frente ao aumento da criminalidade na zona rural, a Polícia Civil informou que implementou o projeto Campo Seguro. Delegacias especializadas de repressão a crimes rurais no Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba e no Sul de Minas também foram instaladas, conforme enfatizado na audiência.

Outra reunião tratou de políticas de segurança para a região da Pampulha, em Belo Horizonte. Autoridades, moradores e representantes de associações defenderam mais atenção ao combate à criminalidade nos cerca de 60 bairros do entorno da Lagoa da Pampulha, pois a ocorrência de crimes como roubos e furtos tem preocupado a população local.

O comandante da 1ª Região da Polícia Militar, coronel Ralfe Veiga de Oliveira, destacou a atuação efetiva das forças policiais nos primeiros seis meses de 2025 na região, mas reconheceu a importância de avançar no trabalho para que as pessoas se sintam mais seguras.

Em outra reunião, representantes de grupos de motociclistas pediram socorro aos órgãos de segurança pela ampliação do combate a furtos e roubos de motocicletas no Estado. A audiência mostrou que os principais alvos são motos de alta cilindrada.



Comissão de Segurança Pública debateu o aumento alarmante dos índices de furtos e roubos contra motociclistas.

Em 2024, foram registrados 38 casos de roubos e assaltos envolvendo motociclistas de alta cilindrada; em 2025, até julho, já haviam sido registradas 150 ocorrências, o que representa um aumento superior a 290%.

Segundo a coronel Daisy Ferrarezi Moura, diretora de Finanças da Polícia Militar, a corporação tem um núcleo de prevenção a furtos e roubos de veículos dentro do Batalhão de Trânsito. A área planeja operações com base na análise dos registros de ocorrências. Segundo ela, em 2025, 50% das operações foram focadas em motocicletas, incluindo ações de prevenção e repressão.

A sensação de insegurança no Vale do Aço pautou outra audiência. Vereadores de Timóteo e Coronel Fabriciano demandaram a criação de guardas municipais, a implantação de nova Delegacia Regional e o aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil, com mais vagas em concursos públicos para a região.

Conforme o comandante da 12ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais – que abrange 97 cidades, entre as quais Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga, no Vale do Aço –, coronel PM Márcio Roberto de Sousa, a sensação de insegurança é um desafio para as forças policiais, mesmo com uma significativa redução nos crimes ao longo dos últimos dez anos.

Outra atividade da comissão abordou ações concretas adotadas pelo governo do Estado no enfrentamento e na repressão a organizações criminosas que atuam no território estadual, considerando as consequências e os desdobramentos das recentes operações de repressão a organizações criminosas no Rio de Janeiro.

Na audiência de convidados, representantes das forças de segurança de Minas defenderam a integração entre as diferentes corporações e o uso da inteligência policial como as principais ferramentas de combate ao crime organizado.

Cadeia de custódia

Problemas no cumprimento da cadeia de custódia em Minas motivaram audiência pública da comissão. A cadeia de custódia é objeto da Lei Federal nº 13.964, de 2019, que modificou diversas normas para endurecer o combate à criminalidade.

Entre outras previsões, ela determina a implantação das centrais de custódia, ou seja, locais adequados para armazenar provas apreendidas, como armas, munições e drogas. Segundo relatos de servidores da segurança pública, atualmente as provas seriam guardadas de modo improvisado.

A situação facilitaria o desvio desses materiais, como o que ocorreu em Belo Horizonte, onde 220 armas apreendidas pela Polícia Civil voltaram para facções criminosas.

O superintendente da Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil de Minas Gerais, Thales Bittencourt, presente na atividade, destacou investimentos da polícia para fazer frente à situação, como a implantação de unidades de custódia e a ampliação de espaços para acautelamento de armas e outras provas.

Antes da atividade, a comissão visitou a 19ª Delegacia Distrital da Capital, de onde as 220 armas foram desviadas. O objetivo foi verificar, *in loco*, as condições de trabalho, infraestrutura e logística disponíveis nessa delegacia, além do efetivo existente, bem como as condições de acautelamento de materiais.

Servidores da segurança

A política remuneratória dos servidores da segurança pública e as condições de trabalho desses profissionais também pautaram uma série de atividades da comissão em 2025.

Nesse sentido, duas audiências públicas, com a presença do secretário de Estado de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, no primeiro semestre, abordaram o descumprimento da Lei nº 24.260, de 2022. Ela prevê que o Executivo dê publicidade ao índice inflacionário anual do IPCA, que deve pautar as negociações de reajuste dos servidores, até o último dia útil de janeiro de cada ano.

Nas duas ocasiões, o secretário de Estado afirmou não ser possível conceder reajuste anual em 2025. Servidores da segurança pública ameaçaram paralisação da categoria.

Em outra reunião, dessa vez no segundo semestre, a comissão voltou a cobrar o reajuste. O secretário de Estado de Fazenda destacou novamente que a situação financeira do Estado não permitiria ao governo recompor a perda salarial dos servidores civis e militares da área de segurança.

Para debater a insuficiência de efetivo da Polícia Civil, a comissão realizou audiência pública com a presença da chefe da Polícia Civil, Letícia Gamboge. Representantes de sindicatos e associações da categoria cobraram a recomposição dos quadros da instituição.

Na ocasião, Letícia Gamboge informou que há concurso em andamento, com 255 vagas distribuídas entre os cargos de delegado, investigador, perito e médico-legista, além de outro certame para o preenchimento de 104 vagas na área administrativa.

O trabalho e a segurança de policiais penais também foram abordados em reunião, em razão do assassinato do policial penal Euler Oliveira Pereira Rocha, em agosto de 2025, quando escoltava um preso no Hospital Luxemburgo, em Belo Horizonte.



As condições de trabalho e segurança dos policiais penais do Estado foram tema de debate na Comissão de Segurança Pública, em razão do assassinato do policial penal Euler Oliveira Pereira Rocha, no Hospital Luxemburgo, em Belo Horizonte.

Denúncias de transferências em massa de policiais penais e de perseguição a esses profissionais em Governador Valadares (Vale do Rio Doce), também motivaram reuniões da comissão.

Outra audiência abordou petição da Corregedoria da Polícia Militar contra a abertura de inquérito para apurar ofensas do coronel da reserva Edvaldo Piccinini Júnior, em rede social, ao deputado federal Junio Amaral (PL-MG).

Divisão de Registro de Veículos

As condições de trabalho dos servidores da Divisão de Registro de Veículos (DRV), em Belo Horizonte, e a estrutura de atendimento ao público motivaram visita da comissão ao local, seguida de audiência pública. A unidade foi transferida da Gameleira para a Cidade Administrativa.

Na visita, a comissão encontrou uma estrutura precária, que deixou o serviço público de vistoria veicular inoperante por dias. Já na audiência, foi criticada a proposta do governo de encerrar a participação da Polícia Civil no serviço de vistoria.

Conforme o chefe de Trânsito da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET), Lucas Pacheco, a transferência para a Cidade Administrativa faz parte de um movimento de transição planejado, que busca fortalecer a segurança pública, com a liberação dos profissionais dos serviços de trânsito, e melhorar a prestação do serviço, terceirizado para as empresas credenciadas de vistoria.

A comissão também debateu os impactos decorrentes da redução e do corte no abastecimento das viaturas das forças de segurança pública no Estado. Na reunião, o secretário de Estado de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, anunciou a revisão do contingenciamento para a Polícia Militar, destinando mais R\$ 5 milhões para o abastecimento das viaturas da corporação. Segundo ele, a revisão dos cortes em relação à Polícia Civil também estava sendo analisada.



Comissão de Segurança debateu as políticas de segurança pública para a região da Pampulha.

Em outra audiência da comissão, militantes defenderam a redução da intervenção do Estado na economia e a ampliação da liberdade individual dos cidadãos. Eles se inspiram no partido La Libertad Avanza, do presidente argentino Javier Milei, que vem promovendo reformas econômicas para combater a inflação naquele país.

Presídio em Ribeirão das Neves

Moradores de Ribeirão das Neves (RMBH) e representantes do poder público demandaram a desativação da Penitenciária José Maria Alkimin, localizada na cidade. Em audiência no município, relataram a recorrência de episódios de violência ocasionados pela saída e pelo retorno diários de detentos do regime semiaberto.

O diretor da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Elves Fabiano Gomes de Almeida, esclareceu que a retirada da penitenciária do município é inviável em um primeiro momento.

A comissão ainda abordou, em outra reunião, problemas burocráticos decorrentes da implementação do Decreto federal nº 11.615, de 2023, que determinou a transferência do controle de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) do Exército Brasileiro para a Polícia Federal, a partir de 1º de julho de 2025. A mudança, prevista no Estatuto do Desarmamento, tem gerado problemas como demora na expedição de documentos solicitados e falhas no sistema.

Leis de destaque

Em 2025, proposições que fortalecem a segurança pública foram analisadas pela comissão e se tornaram normas. Uma delas é a Lei nº 25.404, que torna obrigatória a consulta ao banco estadual de dados de identificação civil e criminal antes da emissão ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo Detran-MG.

Caso seja identificado mandado de prisão em aberto contra o requerente, o servidor responsável deve acionar imediatamente a Polícia Militar ou a Polícia Civil para o cumprimento da ordem judicial.

A Lei nº 25.299 determina que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) integre ao sistema de emergência módulo para receber informações de segurança pública enviadas por usuários de transporte por aplicativo. A medida permitirá que os usuários relatem, com garantia de sigilo e proteção, ocorrências de violência ou suspeitas de atos criminosos.

Já a Lei nº 25.313 altera norma sobre a política estadual de segurança pública rural para incluir, como diretriz dessa política, o desenvolvimento de programas e ações de prevenção e repressão à criminalidade nas zonas rurais, especialmente ao abigeato (roubo de gado).

A norma estabelece como objetivos da referida política o aumento e a estruturação das delegacias rurais, a inclusão de órgãos de sanidade agropecuária na cooperação interinstitucional, a promoção de campanhas de conscientização, o incentivo a parcerias para captação de recursos, o uso de novas tecnologias, a realização de operações especializadas e o reforço do policiamento ostensivo.

Outra norma de destaque foi a Lei nº 25.374, que proíbe o policiamento ostensivo unitário, prevendo, como diretriz da política estadual de segurança pública, a disponibilização de efetivos suficientes à preservação da ordem pública.

Essa medida – o patrulhamento em duplas ou equipes – aumenta a segurança do policial e do público, reduz a pressão do trabalho individual e melhora a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Já a Lei nº 25.322 alterou norma sobre a obrigatoriedade da instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras.

Entre as mudanças estão a obrigatoriedade de instalação de alarme com sensor de movimento nas unidades de atendimento, além do alarme sonoro a ser acionado pelo usuário do serviço em caso de emergência, e a ampliação do acesso, sob demanda, às imagens de segurança das instituições bancárias pelas forças de segurança.

A Lei nº 25.173 acrescenta dispositivo à Política Estadual de Promoção da Paz nas Escolas para que o porte ou o uso de arma branca como ato de subjugação de membro da comunidade escolar sejam considerados violência na escola.

Já a Lei nº 25.298 altera legislação tributária para autorizar o Executivo a conceder crédito presumido equivalente ao valor destinado pelo contribuinte ao aparelhamento da segurança pública.

Normas para o enfrentamento da violência contra a mulher também se destacaram no período. Uma delas é a Lei nº 25.411, que acrescenta, ao conjunto das diretrizes da política de atendimento à mulher vítima de violência, o estímulo à cooperação com órgãos e entidades da União e de outros estados para promover o compartilhamento de dados e informações sobre a violência contra a mulher.

Além disso, a lei determina que os dados do banco de informações sobre pessoas condenadas, com sentença penal transitada em julgado, por crimes praticados contra a mulher sejam compartilhados com a Polícia Civil, a Polícia Militar, as varas de execução penal responsáveis pela execução da pena privativa de liberdade e órgãos do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A Lei nº 25.502 inclui novas atribuições ao Executivo na implementação da Política Estadual de Medicamentos para estimular medidas de conscientização da população sobre a ocorrência de crimes praticados com a utilização de medicamentos, em especial estupro e abuso sexual, e incentivar a realização de estudos acerca desses medicamentos.

Leis relativas a servidores

Outra norma pertinente à segurança pública é a Emenda Constitucional nº 118. Ela estabelece que, para fins da regra da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e de suas vinculadas passam a ser considerados integrantes da área de segurança pública.

Além disso, assegura aos policiais militares incluídos nos quadros do Corpo de Bombeiros em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em 1997 e que posteriormente passaram à inatividade o direito à contagem de tempo para promoção por antiguidade e merecimento, bem como os demais direitos do posto ou graduação, além da transferência compulsória para a reserva remunerada com proventos integrais.

Já a Emenda Constitucional nº 116 garante a militares da reserva, reformados e pensionistas a incidência de contribuição previdenciária apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), quando o beneficiário for portador de doença incapacitante, entre outros aspectos.

Por fim, a Lei nº 25.593 veda a contagem de pontos em razão da apreensão de arma de fogo de origem legal, para fins de avaliação profissional ou de concessão de quaisquer benefícios aos servidores públicos civis e militares do Estado.

Trabalho, Previdência e Assistência Social

No ano de 2025, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social realizou audiências públicas e debateu e aprimorou projetos de lei com o intuito de avançar em políticas de proteção para trabalhadores de diversas categorias.

Essas ações legislativas visibilizam e buscam soluções para denúncias de assédio, impactos na saúde, segurança, assistência social e condições de trabalho, considerando também a adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

As consequências para os servidores estaduais das medidas previstas para a amortização da dívida estadual com a União, em especial a proposta de privatização da Copasa, motivaram quatro audiências públicas ao longo do ano. Em todas as ocasiões, centenas – por vezes milhares – de trabalhadores da companhia de saneamento ocuparam o Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira e o Auditório José Alencar, transformando os debates em verdadeiras manifestações contrárias às possibilidades de desestatização.

Em junho, a principal reivindicação dos trabalhadores foi a manutenção do controle público sobre empresas estatais. Também foi reforçado o argumento de que o Propag permite a amortização da dívida por meio de maiores investimentos em áreas como o saneamento, sem exigir a transferência de ativos.



Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debateu a importância de ações de conscientização sobre a violência psíquica ou física no ambiente laboral, de prevenção dessa violência e de combate a ela.

Nova audiência, realizada em setembro, manteve o tom das críticas, com sindicalistas e servidores alertando para os riscos da privatização da Copasa à universalização do saneamento, à manutenção de empregos e ao patrimônio público.

O dia 22 de outubro foi marcado pela maior mobilização na história recente da Assembleia de Minas, com a presença de mais de 6 mil trabalhadores em audiência da Comissão do Trabalho. Dessa vez, o foco foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24/23, promulgada posteriormente na forma da Emenda à Constituição nº 117, de 2025, que retirou a exigência de referendo popular para a desestatização da Copasa.

No dia da aprovação da PEC, em novembro, outra audiência da comissão evidenciou as experiências nacionais de desestatização, reforçando os receios de que a privatização fragilize a regulação, aumente tarifas e prejudique o acesso, especialmente em municípios menores e nas regiões mais vulneráveis do Estado.

Cemig

A Cemig e seus trabalhadores foram foco de dois importantes momentos de debate promovidos pela Comissão do Trabalho, relativos às alterações propostas no plano de saúde da empresa.

No primeiro encontro, em fevereiro, a categoria denunciou o risco de um “aumento médio de 300%” nas mensalidades dos planos de assistência. Servidores ativos e aposentados alertaram que a elevação dos custos poderia tornar inviável a manutenção da cobertura por muitos beneficiários.

Diante da mobilização, a comissão convocou nova audiência para março, quando representantes da Cemig confirmaram o reajuste de 60,5% e a retirada da contribuição patronal para o plano, o que implicaria acréscimo de até R\$ 1.045 para os beneficiários. A mudança atingiria cerca de 50 mil pessoas, segundo participantes da audiência.

Foram aprovados requerimentos para solicitar à empresa e à operadora Cemig Saúde a suspensão imediata dos aumentos e a reinclusão da contribuição patronal, bem como a convocação dos dirigentes da empresa e do plano para prestar esclarecimentos formais.



A realidade enfrentada pelos trabalhadores da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, de assédio moral, perseguição e práticas antissindiciais por parte de diretores da empresa foi tema de debate na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debate.

Saúde e segurança dos trabalhadores

A preocupação com a saúde e a segurança dos trabalhadores pautou diversas audiências da Comissão do Trabalho. Em abril, a comissão debateu o elevado número de afastamentos do trabalho por doenças psicossociais no Brasil: foram quase 500 mil em 2024, incluindo-se cerca de 40 mil em Minas Gerais. Participantes da reunião criticaram o adiamento das sanções previstas pela Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que torna obrigatória a gestão dos fatores de risco psicossociais nas empresas. Eles destacaram a urgência da implementação da norma para prevenir adoecimento mental e acidentes laborais.

Já em maio, outra audiência discutiu o assédio moral no trabalho, enfatizando a necessidade de políticas estruturadas de prevenção e de punição efetiva a assediadores, como a criação de uma “lista suja” de empresas infratoras e a ampliação de canais de denúncia, especialmente para trabalhadores vulneráveis à violência psicológica.

Denúncias contra a empresa Nexa Resources foram o foco de audiência ocorrida em julho. Na reunião, trabalhadores e moradores denunciaram danos à saúde ocasionados pela atuação da empresa na região de Juiz de Fora, na Zona da Mata, e a consequente contaminação do Rio Paraibuna com metais pesados. A partir dos relatos, foram requisitadas providências como visita técnica, perícia e investigação da poluição e dos efeitos sobre a saúde da comunidade.

Em audiência realizada em setembro, agricultores familiares denunciaram a contaminação decorrente da pulverização de agrotóxicos com drones, especialmente em áreas rurais dos Vales do Mucuri e do Rio Doce. A prática ocorreria de forma irregular, com dispersão de pesticidas pelo vento, atingindo plantações orgânicas, áreas de preservação permanente e zonas de captação de água, representando

riscos à saúde pública, à segurança alimentar e ao meio ambiente. A comissão, diante das denúncias, debateu a urgência da regulamentação e do controle desse tipo de tecnologia agrícola.

No mesmo mês, a comissão promoveu visita técnica à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), para avaliar um estudo sobre a retirada de cobradores dos ônibus e o consequente acúmulo de funções pelos motoristas. Sindicatos reivindicaram a volta dos cobradores como forma de reduzir a sobrecarga de trabalho, prevenir acidentes e garantir melhores condições de segurança e de operação no transporte público.

Assistência social

Violações de direitos em diferentes contextos relacionados à política de assistência social foram tema de três audiências realizadas este ano pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. Em março, a comissão foi ao município de Berilo (Região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri) para denunciar e debater o recrudescimento de casos de trabalho análogo à escravidão e tráfico de pessoas.

Trabalhadores, migrantes e organizações de direitos humanos relataram a atuação de “gatos”, intermediários que recrutam pessoas em situação de vulnerabilidade e as submetem a condições degradantes, sem carteira assinada, moradia digna ou garantias mínimas. A reunião visou dar visibilidade às violações, exigir políticas eficazes de fiscalização e ampliar a rede de apoio aos trabalhadores resgatados.

A comissão debateu também, em junho, um edital do governo estadual de R\$ 236 milhões para financiar um programa de inclusão produtiva de adolescentes com defasagem escolar, voltado a 10 mil jovens em 70 municípios.

O edital foi duramente criticado porque excluiu instituições consolidadas de assistência social em Minas, como a Associação Profissional do Menor (Assprom) e a Rede Cidadã. Parlamentares e entidades questionaram a transparência e a eficácia do mecanismo e defenderam uma revisão dos critérios de seleção das organizações habilitadas.

No mês de outubro, famílias afetadas pela duplicação da rodovia BR-381 criticaram os termos do reassentamento proposto pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), pela Justiça Federal e pela prefeitura de Belo Horizonte. Moradores, inclusive pessoas com deficiência, idosos e famílias com animais, denunciaram a inadequação das unidades habitacionais e defenderam alternativas como casas térreas, compra assistida ou compensações mais justas.

Categorias profissionais

Mobilizados em uma greve histórica com duração de mais de 90 dias, a maior da categoria, os servidores do meio ambiente de Minas Gerais foram presença constante em diversos espaços da ALMG este ano.

Em audiência da Comissão do Trabalho, os servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) reivindicaram a reposição das perdas salariais acumuladas desde 2012, a realização de concurso público para recompor o quadro de pessoal e o cumprimento de um acordo judicial de 2016 que prevê novo plano de carreira.

Na área da saúde, a comissão denunciou condições precárias de trabalho de funcionários do Hospital Júlia Kubitschek, em visita à unidade hospitalar. Em outra ocasião, também foram ouvidos em audiência profissionais do Estado com atuação nos serviços de radiologia, que reivindicaram o fim da

“pejotização”, o cumprimento do piso salarial, o respeito à carga horária e direitos como férias, licença médica e aposentadoria especial.

O pagamento de piso salarial também foi reivindicado em audiência por profissionais farmacêuticos, que também demandaram o fortalecimento do programa Farmácia de Minas e a regulação adequada dos repasses de incentivos financeiros, para assegurar recursos e atuação plena da categoria.

Cumprindo sua função precípua, a Comissão do Trabalho acolheu ainda demandas de diversas categorias profissionais, sempre em busca de solução para violações de direitos trabalhistas, como falta de valorização e condições dignas de trabalho, entre outras.

- Assistentes sociais: os profissionais reivindicam a criação de um sindicato próprio para enfrentar os desafios da baixa remuneração, da precarização das condições de trabalho, do assédio moral e do adoecimento mental, além de lutar por piso salarial, cumprimento da jornada legal e vinculação de orçamento mínimo para a assistência social.
- Funcionários da Epamig: pedem recomposição salarial, reestruturação do plano de carreira e abertura de concurso público, além de melhores condições de trabalho e valorização da pesquisa científica.
- Catadores de materiais recicláveis de Divino e Manhuaçu: demandam melhoria nas condições dos aterros sanitários e medidas de preservação ambiental e proteção da saúde pública, com gestão adequada dos resíduos para evitar contaminação e riscos à vida e ao trabalho da comunidade.
- Professores da Faculdade Pedro Leopoldo: a categoria exige regularização imediata dos salários atrasados, pagamento integral de férias e 13º salário e cumprimento dos direitos trabalhistas de cerca de 100 professores, após anos de disputas judiciais.
- Funcionários da Gerdau: reivindicam transparência e fim das restrições injustificadas de acesso às unidades da empresa por trabalhadores aprovados em processo seletivo, além de contrapartidas para a população dos municípios com atuação da Gerdau.
- Trabalhadores do Banco Santander: o sindicato denuncia precarização do atendimento e do serviço prestado, com fechamento de agências, terceirização e acúmulo de funções.

Leis aprovadas

Em sua função de analisar e aprimorar projetos de lei (PLs), a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debateu proposições sobre os mais variados temas, como proteção da infância e da adolescência, prevenção de crimes cibernéticos, dignidade para a população em situação de rua e direitos para trabalhadores de aplicativos.

Dois desses projetos se tornaram importantes legislações estaduais. A Lei nº 25.364, originada do PL nº 715/23, estabelece objetivos e diretrizes para a política estadual do cuidado. A política busca assegurar o cuidado como direito, além de enfrentar a precarização do trabalho de cuidador e as desigualdades de gênero e raça nas atividades de cuidado. Também prevê o fortalecimento de iniciativas voltadas ao tema e reconhece o cuidado como elemento importante para o desenvolvimento econômico e social.

Já a Lei nº 25.610 institui a Política Estadual da Primeira Infância em Minas Gerais, com o objetivo de assegurar os direitos e o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos, reconhecendo-as como sujeitos de direitos.

A norma é resultado do PL nº 2.915/21 e prioriza o fortalecimento de vínculos familiares, a atenção integral à saúde, o acesso à educação de qualidade e a redução de desigualdades, em articulação com municípios e com ampla participação da sociedade, por meio de um plano estadual que será monitorado e avaliado e que terá seus resultados e recursos divulgados publicamente.

Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Ao longo do ano, foram pautados na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas 62 projetos de lei e 103 requerimentos (RQNs), além de terem sido aprovados 189 requerimentos de comissão (RQCs).

Quanto aos requerimentos, trataram de pedidos de providência e de informação a órgãos públicos e entidades e de pedidos de realização de audiências e visitas no âmbito da própria comissão.

Dos projetos de lei pautados, 24 trataram de desafetação de trechos rodoviários em áreas urbanas, para serem posteriormente doados aos municípios, que ficarão responsáveis por sua manutenção. Outros 16 versaram sobre denominação de próprios públicos estaduais, notadamente trechos rodoviários, pontes e viadutos sob jurisdição estadual.

Entre os assuntos, merecem destaque os cinco que tiveram a tramitação concluída:

- Lei nº 25.408 (PL nº 3.220/16): acrescenta artigo à Lei nº 12.219, de 1996, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou de permissão, os serviços públicos que menciona.
- Lei nº 25.412 (PL nº 278/19): acrescenta artigo à Lei nº 12.219, de 1996, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou permissão, os serviços públicos que menciona.
- Proposição de Lei nº 26.586 (PL nº 2.510/21): altera a Lei nº 16.939, de 2007, que institui a política de incentivo ao uso da bicicleta no Estado.
- Lei nº 25.483 (PL nº 1.386/23): institui a política estadual de incentivo ao transporte seguro.
- Lei nº 25.525 (PL nº 3.755/25): institui a política de fomento à conectividade e à telefonia celular.

As Leis nº 25.408 e nº 25.412 inseriram dispositivos na norma que rege as concessões no Estado para ampliar o rol de veículos que têm direito à gratuidade de pedágio nas rodovias sob gestão estadual e para ampliar a divulgação dos valores recebidos pelas concessionárias na cobrança de tarifas de pedágio.

Já a Proposição de Lei nº 26.586 inclui dispositivos que buscam ampliar a segurança dos ciclistas no Estado, enquanto a Lei nº 25.483 institui a política estadual de incentivo ao transporte seguro, visando reduzir o uso do transporte clandestino em Minas Gerais.

Por fim, a Lei nº 25.525 visa apoiar a expansão da conectividade, especialmente da telefonia celular, em locais hoje com acesso insuficiente e limitações de cobertura, como áreas rurais e comunidades quilombolas, bem como ao longo de rodovias e ferrovias. O texto também altera a Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais.

Visitas e audiências

Ao longo de 2025, a comissão realizou 13 visitas e audiências públicas, sendo que quase todas elas tiveram relação com a rede rodoviária estadual. Entre elas, destaca-se a visita realizada em 27 de

fevereiro, que debateu os diversos impactos das concessões das rodovias do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte para a população dos municípios envolvidos.

Outra visita, realizada em 29 de maio, debateu o estado atual e o cronograma de execução das obras e das demais contrapartidas advindas da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Em 13 de outubro, foi realizada visita com o intuito de debater a necessidade de instalação de redutores de velocidade e radares eletrônicos nas entradas da cidade de Felixlândia e dos distritos de São José do Buriti e São Geraldo do Salto, situadas na rodovia BR-040.

Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana

Criada em 2025, a Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana debateu temas relevantes para o enfrentamento do déficit habitacional em Minas Gerais e a promoção da qualidade de vida nas cidades. A comissão realizou várias audiências públicas e visitas técnicas voltadas a políticas urbanas, moradia e mobilidade.

Em abril, durante audiência pública com a presença de diversas lideranças que lutam pelo direito à moradia, foram debatidas políticas públicas de habitação de interesse social no Estado. Na ocasião, a Fundação João Pinheiro apresentou os números mais recentes do déficit habitacional no Estado, que supera 1,5 milhão de unidades. O número considera novas residências a serem construídas, além da necessidade de atender famílias sem moradia digna, uma vez que vivem em habitações precárias, na rua, em coabitação ou com ônus excessivo de aluguel.



Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana debate a grave situação do município de Mariana, marcada por diversas ações de reintegração de posse que ameaçam milhares de famílias em área de ocupação.

Em junho, a comissão promoveu debate sobre reforma urbana, com lideranças e especialistas de todo o país, abrangendo planejamento, habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente. Outra ação da comissão foi o debate sobre o PL nº 1.208/23, que cria subsídios e um fundo estadual para custear o transporte público.

A comissão também realizou reuniões urgentes, conhecidas como “pinga-fogo”, vistorias e mediações, envolvendo moradias em risco devido a conflitos fundiários. Em Ibirité (Região Metropolitana de BH), a comissão atuou no conflito fundiário da Vila Morada da Serra, envolvendo a ferrovia MRS Logística, e debateu os impactos das enchentes no município.

Já em novembro, a comissão visitou Mariana (Região Central) para avaliar e atuar no contexto da situação de milhares de famílias ameaçadas por reintegrações de posse. Também foi realizada audiência pública para discutir essa situação, que reuniu cerca de 800 pessoas. A comissão debateu ainda os critérios para a construção de moradias por meio da autogestão dos moradores, a Política Estadual Minas Inteligente (Lei nº 24.839, de 2024) e o programa Reforma Casa Brasil, voltado para obras de melhoria em moradias.

Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer

Monitorar e buscar o aperfeiçoamento das políticas e dos equipamentos públicos do Estado voltados para o tratamento de uma das doenças que mais causam sofrimento à população. Esse é o propósito da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, que, em 2025, deu sequência ao seu trabalho com a realização de importantes audiências públicas e visitas.

No dia 15 de maio, a comissão realizou audiência pública para debater o avanço dos protocolos de tratamento oncológico no Sistema Único de Saúde (SUS) e os obstáculos para o acesso dos pacientes. Estiveram presentes representantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES), do Ministério da Saúde (MS), gestores de hospitais, profissionais de oncologia e pesquisadores.



Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer debate a incorporação de novas tecnologias para o tratamento do câncer no Sistema Único de Saúde (SUS).

Os participantes destacaram o lançamento dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) para cânceres como os de mama, de colo de útero e de reto, com o objetivo de padronizar o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento dos pacientes no SUS. Apesar disso, houve consenso de que há um gargalo: a demora significativa entre a aprovação dessas novas tecnologias e sua disponibilização efetiva aos pacientes, agravada pela desigualdade regional e pela insuficiente estrutura de centros de alta complexidade em várias regiões de Minas Gerais.

Na audiência, a comissão da ALMG defendeu a ampliação da rede de centros oncológicos habilitados, com maior presença em áreas remotas e regiões historicamente desassistidas. Também foi sugerida a criação de um sistema estadual de monitoramento que acompanhe os prazos legais para diagnóstico e início do tratamento, bem como maior rapidez na adoção de novas terapias e tecnologias para o tratamento do câncer.

Ambulatório de Quimioterápicos de Ubá

As obras do Ambulatório de Quimioterápicos de Ubá (Zona da Mata) motivaram audiência pública e visita técnica da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer no município, realizadas no dia 26 de junho. A visita ocorreu pela manhã, na estrutura da antiga Casa de Saúde Padre Damião, local onde será instalado o ambulatório. À tarde, foi realizada a audiência no Centro Universitário Governador Ozanam Coelho, com participação de autoridades estaduais e locais da saúde.



Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer visita as obras do Ambulatório de Quimioterápicos da Fundação Cristiano Varella, no município de Ubá, para acompanhar o seu andamento.

Durante os encontros, foram debatidos os detalhes e os impactos da obra para a população. O ambulatório conta com investimentos de R\$ 13 milhões do Estado e mais de R\$ 2 milhões da Fundação Cristiano Varella para a construção de salas de quimioterapia, leitos ambulatoriais, farmácia, laboratório e infraestrutura para atender pacientes adultos da região, sem necessidade de internação hospitalar. A previsão de entrega é para o início de 2026.

A comissão reforçou o compromisso de acompanhar a conclusão da obra e a implantação dos serviços oncológicos em Ubá. A expectativa é de que o ambulatório amplie o acesso ao tratamento de câncer na região, beneficiando diversos municípios da Zona da Mata, e contribua para a descentralização da atenção oncológica no Estado, com atendimento mais próximo dos pacientes.

Instituto de Oncologia Ciências Médicas de Minas Gerais

A Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer realizou, no dia 9 de outubro, visita técnica ao Instituto de Oncologia Ciências Médicas de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para conhecer a estrutura da unidade e os serviços que ela oferece aos usuários do SUS.

A instituição é referência no modelo *fast track* de atendimento e conta com estrutura completa para oncologia: 35 *boxes* individuais para quimioterapia, salas de exames, apoio multidisciplinar (como nutrição, psicologia, fisioterapia, cuidados paliativos, entre outros) e já zerou a fila para o atendimento de doenças hematológicas.

Apesar da alta capacidade, representantes da unidade alertaram para o alto índice de absenteísmo, muitas vezes causado pela dificuldade dos pacientes de arcar com o transporte, o que compromete o acesso efetivo ao tratamento.

A visita destacou a importância de expandir o modelo de atendimento rápido para outras regiões de Minas Gerais. Também foi apontada a necessidade de políticas públicas para facilitar o deslocamento de pacientes, de modo a garantir que a estrutura disponível seja efetivamente utilizada.



A Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer visita o Instituto de Oncologia Ciências Médicas de Minas Gerais.

Fundação Cristiano Varella em Manhuaçu

Uma audiência da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer em Manhuaçu (Zona da Mata), no dia 14 de novembro, discutiu a instalação de uma unidade da Fundação Cristiano Varella (FCV) no município, com foco no atendimento ambulatorial e em infusões de quimioterapia.

Estima-se que a nova unidade atenderá pacientes da cidade e de outros 22 municípios da região, alcançando cerca de 350 mil pessoas. A expectativa é de que a obra seja iniciada a partir de janeiro de 2026, com conclusão no primeiro semestre de 2027.

A reunião contou com a presença da prefeita de Manhuaçu e de representantes da Secretaria Municipal de Saúde, além de dirigentes da fundação, médicos especialistas e lideranças regionais e municipais. Eles ressaltaram que a instalação representará um alívio para pacientes que atualmente precisam viajar 132 quilômetros até o hospital mais próximo, em Muriaé.

Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

A Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia abordou em audiências públicas diferentes assuntos que interferem nos potenciais turísticos e gastronômicos do Estado.

Em setembro, audiência pública discutiu a forma de cálculo de diárias em hotéis de Minas Gerais, além da divulgação turística no Estado. Foi debatida a possibilidade de o período da diária ser contado a partir do horário de *check-in* do hóspede, com duração de 24 horas. Também foi analisada a possibilidade de proibir o *check-out* antes do meio-dia.

A reunião foi, ainda, uma oportunidade de promover o diálogo com a indústria hoteleira, que considerou que a mudança poderia inviabilizar seu negócio, uma vez que, no mundo inteiro, o horário de *check-in* é por volta das 14 horas e o do *check-out*, por volta de meio-dia.



Comissões Extraordinária de Turismo e Gastronomia e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas debateram o transporte público noturno em Belo Horizonte e Região Metropolitana e seus impactos no desenvolvimento do turismo e da gastronomia da região.

A repercussão do Carnaval e de outras festas tradicionais no turismo e a necessidade de aperfeiçoamento do transporte noturno de trabalhadores da cadeia produtiva da gastronomia também foram temas abordados pela comissão.

Audiência em dezembro tratou dos impactos de problemas no transporte público noturno no turismo e na gastronomia de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Como a cidade é reconhecida como a capital dos bares, os negócios estão sendo prejudicados pelo transporte noturno insuficiente.

Conforme constatado na reunião, a maior parte das linhas metropolitanas e municipais opera com horários reduzidos após as 22 horas. Dessa forma, a frequência dos ônibus diminuiu consideravelmente, resultando em longos períodos de espera. Além disso, há dificuldades na integração entre as linhas de BH e as das cidades da Região Metropolitana à noite.

Representantes da categoria relataram que, apesar da oferta de vagas, há dificuldade de contratação de funcionários por causa dessas limitações. Os comerciantes do setor de bares e restaurantes evidenciaram a necessidade de adequar os horários e aumentar a frequência do transporte público noturno.

Cipe Rio Doce

A Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce (Cipe Rio Doce) realizou sete reuniões durante o ano. Dessas, três foram audiências públicas e tiveram como foco as medidas de reparação para vítimas do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015.

Dez anos após a tragédia, a população diretamente atingida prosseguiu denunciando violações de direitos e a exclusão dos processos de reparação. Representantes de comunidades, entidades sociais e assessorias técnicas apontaram falhas na condução e na execução das medidas indenizatórias e de reassentamento previstas no novo acordo pactuado entre autoridades e as mineradoras envolvidas (Vale e BHP Billiton, controladoras da Samarco).

Assinado em outubro de 2024, o Novo Acordo de Repactuação do Rio Doce (ou Novo Acordo de Mariana) modifica o sistema de compensação dos danos. Durante audiência pública no dia 1º de outubro, o foco foram as ações previstas em quatro anexos, sob responsabilidade da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Elas tratam da reparação integral a povos e comunidades tradicionais (R\$ 8 bilhões), do programa de transferência de renda para agricultores familiares e pescadores (R\$ 3,7 bilhões), da retomada econômica dos territórios rurais (R\$ 2,5 bilhões) e da contratação de assessorias técnicas independentes (R\$ 698 milhões), além da participação social. Todavia, representantes dos atingidos reclamaram por não terem participado da construção do novo acordo e continuarem sendo vítimas de retaliações.

Em 27 de novembro, em nova audiência da Cipe Rio Doce, assessorias pediram tratamento igualitário aos atingidos por barragem. Pescadores e agricultores da Bacia do Rio Doce, por exemplo, não foram contemplados pelos repasses da repactuação. Na reunião, desabafaram sobre o fato de não poderem trabalhar e não estarem recebendo auxílio. Representantes dos 18 territórios atingidos pelo acordo de repactuação firmado com as mineradoras, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2024, estiveram na Assembleia.

No mesmo dia, em outra audiência, foram apresentados relatos sobre os 35 meses de atuação das assessorias técnicas independentes (ATIs) nos territórios atingidos. Nesse período, as ATIs auxiliaram as populações a entender o problema, organizar-se e lutar por direitos. A criação de conselhos municipais de participação, a realização de consulta pública e a criação da Instância Mineira de Participação, voltada para discussões sobre o acordo, foram listadas como alternativas para aprimorar o controle social sobre os repasses.



Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce ouviu os relatos dos 35 meses de atuação das assessorias técnicas independentes nos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão e debateu o cumprimento das obrigações previstas no acordo de repactuação firmado com as mineradoras Vale, BHP Billiton e Samarco em outubro de 2024.

Assembleia Fiscaliza

A fiscalização é um dos pilares da Assembleia Legislativa, como estabelece a Constituição do Estado. Nesse sentido, a ALMG dispõe de instrumentos para exercer essa função, sendo um deles o Assembleia Fiscaliza.

A iniciativa, desenvolvida nos últimos anos para fortalecer a função fiscalizadora do Legislativo, conta com três frentes de atuação relacionadas ao trabalho das comissões temáticas: Prestação de Contas do Governo, Tema em Foco e audiências e visitas de fiscalização.

A prestação de contas refere-se a ciclos periódicos de reuniões entre comissões da Assembleia, secretários de Estado e dirigentes de órgãos do Poder Executivo. No Parlamento mineiro, esses agentes prestam esclarecimentos aos parlamentares.

Essas discussões podem resultar em pedidos de providências para o cumprimento ou aperfeiçoamento de ações, ou ainda em compromissos firmados pelo Executivo a partir dos questionamentos das deputadas e dos deputados.

No Tema em Foco, cada comissão da Assembleia define um tema específico de política pública sob sua atribuição para ser acompanhado por período de até dois anos. Para isso, podem ser realizados estudos técnicos, pedidos de informação, audiências públicas e visitas para levantar a situação do assunto em questão. Ao final do prazo definido para o monitoramento do tema escolhido, é produzido um relatório com conclusões e sugestões de encaminhamento ao Executivo.

Já as audiências e visitas de fiscalização são atividades rotineiras de caráter fiscalizatório realizadas no âmbito das comissões, como debates públicos, audiências com convidados, audiências públicas e verificações *in loco*.

Confira abaixo os principais assuntos trabalhados no Tema em Foco do ano de 2025 e na Prestação de Contas do Governo.



Comissões de Segurança Pública e de Defesa dos Direitos da Mulher receberam a prestação de informações sobre a gestão da Polícia Civil de Minas Gerais, no âmbito do Assembleia Fiscaliza: Prestação de Contas.

Tema em Foco

Comissão de Administração Pública

Tema: Acompanhamento do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (Região Central).

A comissão definiu como objetivo geral, para o biênio 2025-2026, fiscalizar o cumprimento do referido acordo judicial. Foram definidos como objetivos específicos, entre outros:

- Acompanhar a execução das cláusulas do acordo judicial, com ênfase nos eixos de moradia, reassentamento, indenizações, saúde, educação, segurança hídrica e preservação do patrimônio cultural.

- Verificar o grau de participação das pessoas atingidas e das entidades de assessoria técnica nos processos decisórios.
- Analisar a efetividade das medidas de reparação ambiental, especialmente quanto à restauração dos cursos d'água, à contenção da contaminação do solo e da água e à recuperação da biodiversidade.

Em 2025, a comissão apresentou 13 requerimentos com pedidos de informação a órgãos públicos e Poderes em relação, sobretudo, a esses objetivos específicos, sem que 12 deles tenham sido respondidos.

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Tema: Implementação da Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável (Pais), prevista na Lei nº 24.931, de 2024.

O objetivo escolhido pela comissão para o biênio 2025-2026 foi fiscalizar a implementação da Pais, por meio do acompanhamento de sua regulamentação e da operacionalização de instrumentos previstos na lei, necessários à consolidação, à expansão e ao desenvolvimento das condições de sustentabilidade da atividade de agricultura irrigada. Por sua vez, os objetivos específicos foram:

- Acompanhar e discutir a regulamentação da Lei nº 24.931, de 2024.
- Debater a agricultura irrigada em Minas Gerais, sua evolução e perspectiva.
- Conhecer e divulgar a 5ª edição do Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP).
- Discutir a utilização de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para projetos de irrigação.
- Debater o apoio à adoção da agricultura irrigada por agricultores familiares



Plantação de café no município de Cajuri.

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Tema: Regionalização das políticas públicas.

O objetivo geral foi acompanhar a articulação regional das políticas públicas. Como objetivos específicos, foram listados:

- Avaliar a criação de Postos Avançados de Atendimento na estrutura das Superintendências Regionais de Ensino (SREs) em Minas Gerais, para promover a acessibilidade administrativa dos municípios mais afastados de suas sedes.
- Debater a proposta de regionalização do saneamento em Minas Gerais, conforme prevê o novo Marco Legal do Saneamento.
- Debater o planejamento e o desenvolvimento regional em face da expansão da mineração.
- Estudar consórcios intermunicipais como instrumento do federalismo cooperativo e de promoção de maior eficiência e equidade administrativa.
- Estudar conflitos territoriais entre limites municipais e divisas entre estados.

Comissão de Cultura

Tema: Financiamento à cultura em Minas Gerais: alcance e limites dos instrumentos para aplicação dos recursos e para execução do programa Descentra Cultura.

O objetivo geral foi monitorar e avaliar os mecanismos de financiamento à cultura em Minas Gerais, especialmente aqueles pertencentes ao Sistema de Financiamento à Cultura – Descentra Cultura, previsto na Lei nº 24.462, de 2023. Já entre os objetivos específicos, estavam:

- Monitorar os mecanismos do Descentra Cultura: recursos do Tesouro Estadual, Fundo Estadual de Cultura (FEC) e Incentivo Fiscal à Cultura (IFC).
- Acompanhar a destinação de recursos transferidos da União para o fomento à cultura em Minas.
- Avaliar se os mecanismos do Descentra Cultura Minas estão cumprindo os critérios de desconcentração, descentralização, democratização, desburocratização e transparência.

Em 2025, a Comissão de Cultura realizou duas audiências públicas e uma audiência de convidados pertinentes ao Tema em Foco. Uma delas abordou a utilização de recursos do FEC no programa Restaura Minas 2, destinado a ações de restauro em edificações mineiras. Já a outra tratou da aplicabilidade do Descentra Minas para a cultura do interior do Estado e foi realizada em Varginha (Sul de Minas).

A audiência de convidados versou sobre o financiamento de políticas culturais e contou com a presença do então secretário de Estado Leônidas de Oliveira.

Também foram aprovados vários requerimentos com pedidos de informação e de providências atinentes ao tema em questão, alguns dos quais já foram respondidos.



A Comissão de Cultura debate a aplicabilidade e a eficácia do Descentra Minas para a cultura do interior do Estado.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Tema: Superendividamento: proteção e recuperação financeira do consumidor à luz da Lei Federal nº 14.181, de 2021.

O objetivo geral estabelecido foi analisar as causas e as consequências do superendividamento entre os consumidores, bem como identificar e avaliar a eficácia dos mecanismos de prevenção e tratamento existentes, propondo, se necessário, melhorias e novas soluções. Os objetivos específicos listados foram:

- Investigar os fatores que contribuem para o superendividamento, incluindo-se acesso facilitado ao crédito, práticas de consumo, falta de educação financeira e situações de vulnerabilidade.
- Avaliar o impacto do superendividamento na vida dos consumidores, considerando-se aspectos econômicos, sociais e psicológicos.
- Mapear e analisar os mecanismos legais e administrativos de prevenção e tratamento do superendividamento, como a Lei do Superendividamento (Lei Federal nº 14.181, de 2021) e a conciliação e a renegociação de dívidas.
- Identificar boas práticas e propor recomendações para aprimorar a prevenção e o tratamento do superendividamento.

Em 2025, foram enviados três requerimentos com pedido de informações a Poderes e órgãos públicos sobre o tema em questão.



Comissões de Administração Pública, Defesa do Consumidor e do Contribuinte, Desenvolvimento Econômico, Fiscalização Financeira e Orçamentária e Participação Popular recebem a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, relativo ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Tema: Montante de inquéritos passivos nas delegacias: um desafio para a política para mulheres.

O objetivo geral estabelecido foi conhecer o montante de inquéritos policiais pendentes de conclusão nas delegacias especializadas de atendimento à mulher do Estado (Deams), as causas dessa morosidade e suas implicações para a proteção à mulher. Já entre os objetivos específicos estavam:

- Conhecer o quantitativo de inquéritos policiais instaurados, concluídos e não concluídos no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024, em tramitação nas Deams e relacionados a crimes violentos contra as mulheres.
- Identificar os principais entraves institucionais e estruturais para a tramitação de inquéritos policiais que versem sobre crimes violentos contra as mulheres.
- Avaliar as consequências do acúmulo de inquéritos policiais não concluídos e em tramitação nas Deams na efetividade das ações policiais e na proteção às mulheres.

Um requerimento com pedido de informações pertinente aos objetivos listados foi encaminhado à chefe da Polícia Civil, delegada Leticia Gamboge, em 2025.



Destaque de reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Tema: Políticas públicas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias: desafios e perspectivas para a promoção de seu desenvolvimento pessoal, inclusão social e cidadania.

Para o biênio 2025-2026, foi definido pela comissão como objetivo geral monitorar as políticas, os programas e as ações voltadas para as pessoas com TEA e suas famílias, no âmbito do Estado, visando à promoção de seu desenvolvimento pessoal, inclusão social e cidadania. Já entre os objetivos específicos foram listados, entre outros:

- Monitorar os programas e as ações para pessoas com TEA desenvolvidas pelas políticas públicas de saúde, educação, assistência social, trabalho e emprego, entre outras, visando à garantia de atenção qualificada, integral e adequada às diferentes etapas do ciclo de vida dessas pessoas.
- Monitorar a implementação da Lei 24.786, de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no Estado.
- Analisar e sistematizar dados sobre a prevalência do TEA no Brasil.
- Debater com gestores estaduais, especialistas da área e representantes da sociedade civil as estratégias para promover a proteção social, o bem-estar e a valorização das mães atípicas e de outros cuidadores.

No primeiro ano do biênio, a comissão realizou o debate público Autismo, Saúde e Educação: Desafios e Perspectivas. Especialistas, gestores e pessoas com vivência no autismo apontaram falhas na

formação de profissionais, na adaptação das escolas e na preparação da rede de saúde para garantir diagnóstico e atendimento adequados a pessoas com TEA e suas famílias.

Posteriormente, uma audiência pública tratou da inclusão escolar de crianças com TEA. Mães relataram recusa de matrícula, falta de apoio e despreparo das escolas, levando a comissão a anunciar medidas perante o Ministério Público e os órgãos da educação para apurar denúncias e garantir o cumprimento da legislação de educação inclusiva.

Também foram produzidos, no âmbito do Tema em Foco, nove requerimentos para avaliar, cobrar e aprimorar políticas públicas voltadas às pessoas com TEA e suas famílias.

Esses pedidos de informação e de providências abordaram temas como inclusão escolar, formação e disponibilidade de profissionais de apoio, garantia de diagnóstico e tratamento na rede de saúde, funcionamento de serviços especializados, cumprimento da legislação sobre educação inclusiva e combate a práticas discriminatórias, buscando identificar falhas, orientar ações do poder público e assegurar direitos, inclusão social e cidadania a essas pessoas em Minas.



A Assembleia Legislativa de Minas Gerais lança o *Guia prático: direitos, benefícios e serviços para pessoas com deficiência*.

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Tema: Instituições, direito de propriedade e crescimento econômico.

O objetivo geral estabelecido foi discutir a relação entre a qualidade das instituições, com destaque para as organizações de defesa social e de justiça, o direito de propriedade e a confiança para empreender. Os objetivos específicos foram:

- Apurar os principais desafios em termos de defesa social para o empreendedor mineiro.
- Analisar iniciativas bem-sucedidas de promoção da melhoria do ambiente institucional e de defesa social para o empreendedor mineiro.
- Intermediar diálogos interinstitucionais com órgãos públicos, entidades de classe e sociedade civil, para promover soluções que aumentem a confiança do empreendedor e repercutam positivamente no ambiente institucional mineiro, em prol do desenvolvimento econômico.

Comissão de Direitos Humanos

Tema: Violações e formas de garantia de direitos em contextos de conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais no Estado.

O objetivo geral estabelecido foi conhecer a maneira como os conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais vêm sendo conduzidos em Minas Gerais pelas diversas instâncias afetas à matéria, de modo a identificar possíveis violações e as formas de garantia de direitos das pessoas envolvidas, bem como meios mais apropriados e justos para a solução desses conflitos. Foram listados, entre os objetivos específicos:

- Levantar, no Poder Executivo estadual, o quantitativo dos atuais conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais no Estado, discriminados por ano de início, município/região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada.
- Apurar como a Polícia Militar, a Cemig, a Copasa, a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Defensoria Pública têm atuado em contextos de conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais.
- Conhecer a atuação e os dados do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica (Compor) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da Comissão de Conflitos Fundiários e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais, Urbanas e Rurais, e de Grande Repercussão Social (Cejusc Social), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).
- Debater casos emblemáticos recentes de violência no campo em Minas Gerais, os quais resultaram na morte de militantes ou na necessidade de sua inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

Como uma das ações do Tema em Foco, a comissão realizou audiência pública sobre conflitos socio-territoriais e ameaças aos defensores de direitos humanos no Triângulo Mineiro. Para os participantes da reunião em Uberlândia, o processo de regularização fundiária no Brasil caminha de modo lento.

O debate aconteceu após uma liderança histórica dos sem-terra da região, Robinson dos Santos Guedes, o “Bob”, de 62 anos, ter sido assassinada em março.

Também foram elaborados requerimentos com pedido de informações sobre a atuação do Compor do MPMG, da Comissão de Conflitos Fundiários e do Cejusc Social do TJMG.



A Comissão de Direitos Humanos debate a importância do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais, por ocasião dos 20 anos da instituição.

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Tema: Monitoramento do cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação (PEE).

O objetivo geral estabelecido para o biênio foi acompanhar, monitorar e avaliar a implementação das metas do PEE por parte do Executivo estadual. Como objetivos específicos, foram listados:

- Atualizar o quadro de resultados de metas do PEE conforme dados, informações e indicadores disponíveis e identificar possíveis lacunas que impossibilitem aferir os resultados.
- Acompanhar o planejamento e a execução das estratégias de competência do Estado em cada meta do PEE, com identificação objetiva das políticas, projetos e ações empreendidos pelos órgãos e instituições de educação e por outros setores responsáveis por políticas sociais.
- Identificar as ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) que possam ser relacionadas ao cumprimento do PEE, acompanhando sua execução físico-financeira.

A comissão elaborou, em 2025, um requerimento com pedido de providências, encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, para a criação ou ampliação de ferramentas que proporcionem maior transparência na execução de políticas públicas de educação.



Destaque de entrega voto de congratulações à União Colegial de Minas Gerais – UCMG pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Tema: Financiamento ao esporte no Estado: impactos da lei de incentivo e do ICMS esportivo.

O objetivo geral estabelecido foi avaliar os impactos das recentes alterações dos instrumentos de financiamento da política estadual de esporte. Como objetivos específicos, foram listados:

- Avaliar o impacto da Lei nº 20.824, de 2013, a Lei de Incentivo ao Esporte, após o aumento dos recursos destinados à execução de projetos esportivos, promovido pela Lei nº 24.987, de 2024.
- Discutir a implantação dos fundos nacional e estaduais de esporte, conforme previsto na Lei Geral do Esporte, e o impacto desses fundos para a execução da política de esporte.
- Avaliar os impactos das alterações do critério “Esportes” do ICMS Solidário.



A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude tratou dos impactos da reforma tributária sobre o esporte no País e no Estado.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Tema: Renegociação da dívida do Estado com a União.

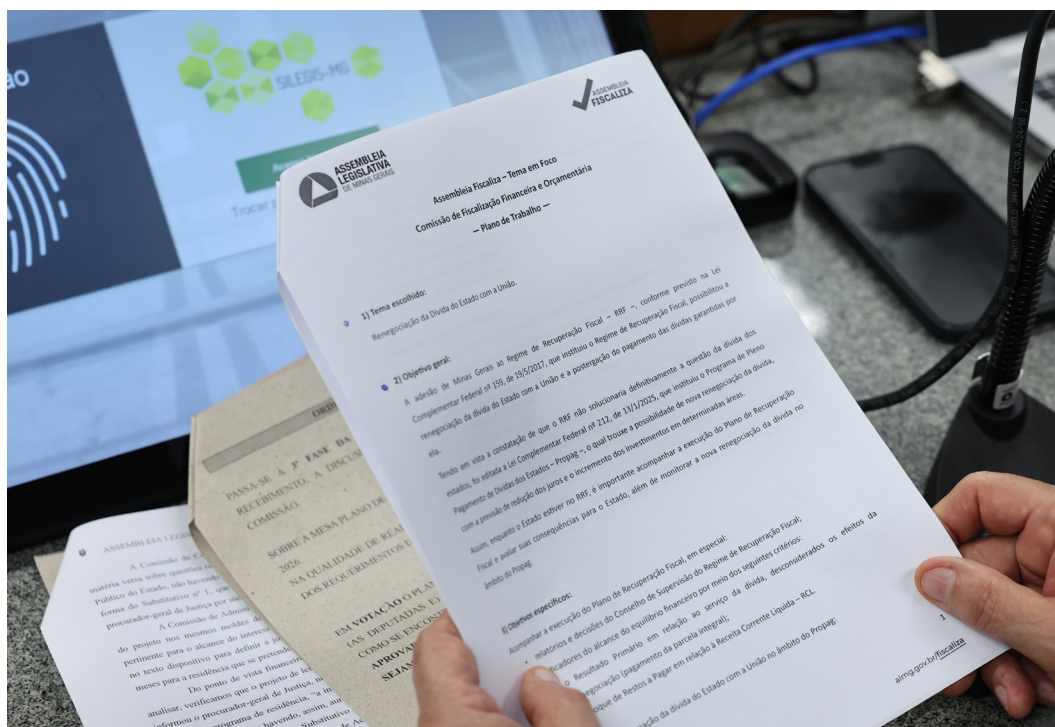
O objetivo geral estabelecido para o biênio foi a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Tendo em vista a constatação de que o RRF não solucionaria definitivamente a questão da dívida dos estados, foi editada a Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, que instituiu o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). O plano trouxe a possibilidade de nova renegociação da dívida, com previsão de redução dos juros e incremento dos investimentos em determinadas áreas.

A comissão avaliou como relevante acompanhar a execução do Plano de Recuperação Fiscal e avaliar suas consequências para o Estado, além de monitorar a nova renegociação da dívida no âmbito do Propag.

Como objetivos específicos foram listados, entre outros:

- Acompanhar a execução do Plano de Recuperação Fiscal.
- Acompanhar a renegociação da dívida do Estado com a União no âmbito do Propag.

A comissão realizou duas audiências de convidados pertinentes ao Tema em Foco em 2025. A primeira teve como finalidade a apresentação, pelo Poder Executivo, dos projetos para a adesão ao Propag. Na segunda, gestores do governo estadual demonstraram o cumprimento das metas fiscais relativas ao exercício de 2024 e ao primeiro quadrimestre de 2025.



Plano de Trabalho do Tema em Foco, biênio 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, é tema de apreciação pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Tema: Segurança de barragens de rejeitos, de pilhas de estéril e de rejeitos de mineração e acompanhamento das ações necessárias para mitigar a degradação ambiental da Lagoa da Petrobras.

O objetivo geral da comissão foi acompanhar, fiscalizar e apoiar a implementação das políticas públicas relacionadas à segurança de barragens de rejeitos, de pilhas de estéril e de rejeitos de mineração, bem como das ações necessárias para mitigar a degradação ambiental da Lagoa da Petrobras, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como objetivos específicos, foram listados:

- Acompanhar e avaliar o status atual do descomissionamento das barragens de rejeitos alteadas pelo método a montante no Estado e as ações de segurança e de fiscalização necessárias para a construção, a operação e o fechamento seguro das pilhas de estéril e de rejeitos de mineração no Estado.
- Acompanhar o processo de licenciamento ambiental da Lagoa da Petrobras e os monitoramentos ambientais referentes aos efluentes líquidos e às emissões atmosféricas decorrentes do empreendimento.
- Acompanhar a demanda por medidas de compensação ambiental em decorrência de décadas de passivo ambiental resultante do despejo de efluentes de processos industriais sem tratamento na Lagoa da Petrobras.
- Monitorar o impacto do lançamento de esgoto doméstico e industrial na Lagoa da Petrobras sobre a população residente nas proximidades.



Um dos temas debatidos pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi a elevada degradação ambiental na Lagoa da Petrobras e seus impactos sobre as comunidades do entorno.

Nessa perspectiva, foram realizadas três audiências públicas, além de uma visita técnica. Em uma das reuniões, participantes debateram o PL nº 2.519/24, que dispõe sobre ações de segurança e fiscalização para pilhas de disposição de rejeitos e estéril de mineração no Estado.

Após verificar as condições da Lagoa da Petrobras durante visita técnica, a comissão também realizou audiência para demandar soluções para o reservatório, situado na divisa dos municípios de Ibirité, Sarzedo e Betim.

Outra audiência abordou a ampliação, para 2035, do prazo para desativação de 33 barragens a montante. Essa foi a técnica utilizada nas estruturas que se romperam em Mariana (Região Central), em 2015, e em Brumadinho (RMBH), em 2019.

Comissão de Minas e Energia

Tema: Planejamento e gestão da infraestrutura e dos serviços de água e de energia em Minas Gerais.

O objetivo geral estabelecido foi fiscalizar a qualidade da infraestrutura e o acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e de energia elétrica pela população mineira e acompanhar as atividades de planejamento e gestão das políticas públicas de recursos hídricos. Como objetivos específicos, foram listados:

- Monitorar a qualidade da infraestrutura dos serviços públicos de abastecimento de água e de energia elétrica e fiscalizar o acesso a esses serviços.
- Verificar a adequação dos investimentos realizados nesses setores.
- Acompanhar o andamento dos processos de autorização para ligação de sistemas on-grid na rede elétrica da Cemig, apurar as frequentes negativas para essas ligações por parte da empresa e buscar soluções técnicas para suas causas.
- Monitorar a implementação e a regularidade da cobrança pelo uso de recursos hídricos em todas as circunscrições hidrográficas.
- Acompanhar o planejamento e a aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos pelos comitês de bacia.



A Comissão de Minas e Energia em reunião de trabalho sobre temas relacionados à infraestrutura de serviços públicos de água e energia elétrica no Estado, no âmbito do Tema em Foco 2025-2026.

Em 2025, a comissão elaborou, no âmbito do Tema em Foco, sete requerimentos com pedido de informações ou de providências. Eles foram encaminhados, por exemplo, para a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e a Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Copanor).

As solicitações trataram do fornecimento de energia elétrica em Santana do Riacho (Região Central), da construção de uma subestação de energia elétrica em Esmeraldas (RMBH), da extensão da rede elétrica em Itamarandiba (Jequitinhonha/Mucuri), da ampliação do programa Cemig Agro para diversas cidades e da expansão dos serviços de abastecimento de água em assentamentos informais urbanos e áreas rurais isoladas.

Outro requerimento foi destinado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) para a execução de ações previstas no Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH) nas bacias prioritárias. Ainda foi enviado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pedido de informações sobre ações, obras e investimentos em andamento voltados à expansão da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado, especialmente no que tange ao suporte à geração distribuída de energia solar fotovoltaica.

Comissão de Participação Popular

Tema: Geração distribuída e pobreza energética.

A comissão definiu como objetivo para o biênio 2025-2026 discutir a política energética em Minas Gerais e analisar as dificuldades de pequenos produtores e comunidades na aprovação de projetos de geração distribuída e a baixa qualidade da energia fornecida, com foco nas regiões Norte, Noroeste, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como objetivos específicos, ficaram definidos o acompanhamento e a análise dos seguintes pontos:

- A inclusão do Estado no Programa Luz para Todos (PLPT), do governo federal.
- A implementação do Programa Estadual Minas Trifásico.
- As políticas públicas voltadas a subsidiar a eletrificação de poços de água de uso coletivo no semiárido mineiro.
- Os principais obstáculos ao acesso a projetos de micro e minigeração distribuída no Estado.
- O sistema de concessão de tarifa social e de compensação social da Cemig.
- Os sistemas de iluminação pública do Estado.
- As deficiências de energia elétrica nas escolas da rede pública.



Comissão de Participação Popular e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debateram os impactos da criação do bloco regional de abastecimento de água e esgotamento sanitário, especialmente no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

Tema: Articulação entre as políticas sobre drogas, saúde e educação voltadas às crianças e aos jovens.

A comissão elegeu como objetivo geral para o biênio 2025-2026 acompanhar a atuação conjunta do Estado nas áreas de saúde, educação e segurança pública para a prevenção e o enfrentamento do uso e abuso de álcool e outras drogas por crianças e jovens, bem como os cuidados e tratamentos disponíveis na rede pública de saúde. Entre os objetivos específicos, foram definidos:

- Monitorar os programas e as ações desenvolvidos pelas políticas públicas de saúde, educação e segurança pública para a prevenção e o enfrentamento do uso de álcool e outras drogas por crianças e jovens.
- Acompanhar as ações empreendidas pelo Estado para o atendimento em saúde de crianças e jovens em situação de uso e abuso de álcool e outras drogas.
- Identificar o esforço público para a prevenção e a redução do uso de álcool e outras drogas entre crianças e jovens no Estado.

No âmbito do Tema em Foco, a comissão participou da abertura de um seminário sobre a efetividade do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Entre outros temas, foram abordados o papel do Legislativo na proteção da infância, a subnotificação de casos de abuso no País e a atuação da Frente Estadual Contra a Pedofilia.

Audiência pública também debateu o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre crianças e jovens e sua relação com situações de vulnerabilidade na infância e na juventude, como acidentes, suicídios, violência, gravidez não planejada e transmissão de doenças por via sexual e endovenosa, no caso de drogas injetáveis.

Por fim, a comissão elaborou requerimento para encaminhar ao ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a estratégia de atenção a crianças e adolescentes na política sobre drogas, especialmente sobre o programa Cria: Prevenção e Cidadania e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), no Estado.



Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas debate sobre o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre crianças e jovens, no projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, biênio 2025 - 2026.

Comissão de Saúde

Tema: Prevenção e tratamento oncológico, regulação de procedimentos cirúrgicos de urgência e eletivos e transparência orçamentária na saúde: desafios e perspectivas.

O objetivo geral escolhido pela comissão para o biênio 2025-2026 foi acompanhar as políticas públicas relacionadas à prevenção e ao tratamento oncológico, à regulação de procedimentos cirúrgicos de urgência e eletivos e à transparência orçamentária na saúde, com foco na garantia do acesso, na eficiência da gestão e na equidade da atenção à saúde da população. Já os objetivos específicos foram:

- Conhecer a oferta dos serviços de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento oncológico no Estado e identificar os vazios assistenciais.
- Identificar gargalos na organização do cuidado oncológico no Estado, com especial atenção para o tempo de espera entre o diagnóstico e o início do tratamento.
- Conhecer os fluxos de regulação, o tempo de espera e a capacidade instalada para procedimentos cirúrgicos no SUS em Minas Gerais.

- Verificar a equidade no acesso às cirurgias eletivas e de urgência em oncologia entre as diferentes regiões do Estado.
- Debater as iniciativas que promovem a redução de filas de espera para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência em oncologia.



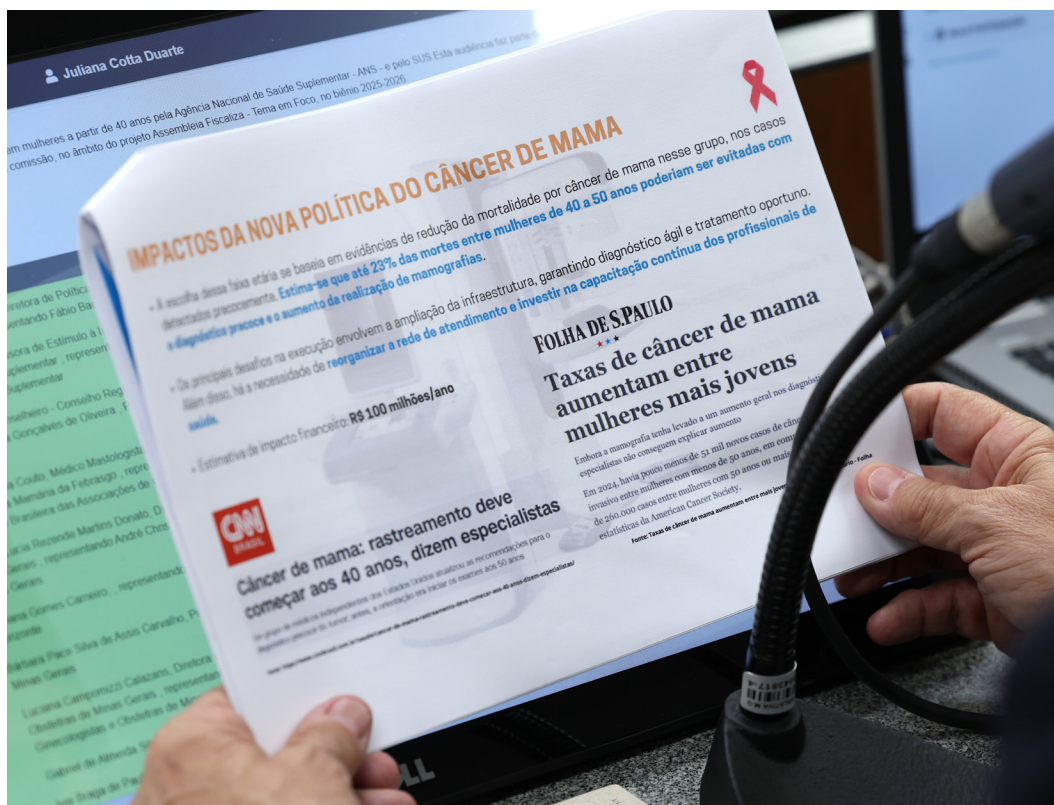
As atualizações do Projeto Regulação 4.0 da Secretaria de Estado de Saúde, o acesso e equidade regional das cirurgias no SUS, em especial na área de oncologia, foram motivo de discussão na Comissão de Saúde.

Três audiências públicas foram realizadas no âmbito do Tema em Foco. A primeira delas apresentou a iniciativa do Instituto Mário Penna para reduzir o tempo entre suspeita e tratamento oncológico, um modelo que pode melhorar o atendimento e conscientizar sobre o diagnóstico precoce.

Outra reunião abordou a realização de mamografia em mulheres com menos de 50 anos. Na ocasião, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) esclareceu que não pretende restringir o exame, e especialistas debateram a ampliação da detecção precoce do câncer de mama.

Uma terceira audiência tratou do programa Regulação 4.0, da Secretaria de Estado de Saúde, que reformulou a plataforma SUSfácil para agilizar o acesso dos pacientes à rede estadual de saúde, inclusive em serviços relacionados ao câncer.

A comissão também elaborou três pedidos de providência a órgãos públicos, tratando do acesso e do tempo de espera para procedimentos oncológicos, da regulação de cirurgias de urgência e eletivas, do funcionamento da rede assistencial, do financiamento e da execução do orçamento da saúde, além da transparência na gestão dos recursos, com o objetivo de fiscalizar políticas públicas, identificar gargalos e aprimorar o atendimento à população.



Comissão de Saúde tratou da realização de exame de mamografia em mulheres a partir de 40 anos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo SUS.

Comissão de Segurança Pública

Tema: Condições de trabalho e valorização dos profissionais de segurança pública no Estado.

O objetivo geral da comissão para o biênio foi conhecer as ações desenvolvidas para a valorização dos servidores das forças de segurança pública do Estado, sobretudo no que se refere às iniciativas para a promoção de condições de trabalho adequadas e a boas práticas relacionadas à proteção e valorização desses servidores. Os objetivos específicos listados foram:

- Ouvir representantes das categorias e associações sobre demandas históricas e atuais relacionadas à valorização profissional dos servidores das forças de segurança pública.
- Coletar subsídios para a atuação da comissão e do conjunto dos parlamentares da ALMG, a fim de contribuir para a valorização dos profissionais em aspectos como recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras, promoção da saúde, formação e capacitação e reestruturação e funcionamento das unidades.

No âmbito do Tema em Foco, a comissão fez dois requerimentos com pedido de informações à chefia da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar sobre ações implementadas com foco na valorização de policiais civis e militares, respectivamente, bem como sobre a oferta de condições de trabalho adequadas a esses profissionais.



Comissão de Segurança Pública debateu o papel do cidadão e das instituições na promoção da segurança pública, da liberdade individual e da responsabilidade no Brasil.

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Tema: A erradicação do trabalho escravo no Estado e a promoção de condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados

Como objetivo geral para o biênio 2025-2026, a comissão elegeu acompanhar a ocorrência do trabalho escravo no Estado e as ações empreendidas pelo poder público para evitar a ocorrência desse crime e garantir condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados. Entre os objetivos específicos, estavam:

- Acompanhar os dados sobre o trabalho análogo à escravidão e a atuação das instâncias de fiscalização para inibir esse crime no Estado.
- Identificar as ações empreendidas pelo Estado para apoio às ações de fiscalização e para proteção dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo à escravidão.
- Identificar lacunas na atuação do Estado e propor alternativas para a erradicação do trabalho análogo à escravidão.

A principal atividade da comissão no âmbito do Tema em Foco em 2025 foi a realização de audiência no município de Berilo (Vale do Jequitinhonha) para denunciar e debater o recrudescimento de casos de trabalho análogo à escravidão e tráfico de pessoas.

Também foram produzidos pela Comissão do Trabalho quatro requerimentos, com pedido de informações e de providências dirigidos a órgãos do Executivo, do sistema de Justiça e de fiscalização. Eles abordam ações de repressão e prevenção ao trabalho escravo, acompanhamento de operações de resgate, responsabilização de empregadores, além de políticas públicas voltadas à proteção social, à reinserção no mercado de trabalho e à garantia de condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados.



Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debate e da Assistência Social debateu a situação e vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes das regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como do Norte do Estado, sujeitas ao crime de tráfico de pessoas ou a condições de trabalho análogo à escravidão

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Tema: Vias e rodovias não pavimentadas – impactos na economia, no meio ambiente, na segurança viária e no cotidiano da população local.

O objetivo geral para o biênio foi debater e buscar soluções para a melhoria e a manutenção das estradas não pavimentadas do Estado. Como objetivos específicos, foram listados:

- Levantar informações mais precisas sobre a situação das estradas não pavimentadas com as autoridades responsáveis.
- Debater as interseções existentes entre as malhas federal, estadual e municipal de estradas não pavimentadas e a dificuldade de sua gestão.
- Propor eventuais iniciativas ou providências necessárias para a melhoria da gestão na manutenção das rodovias não pavimentadas, bem como para sua pavimentação.



Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas debate sobre a MG-50.

Prestação de contas do governo

Secretarias de Estado de Casa Civil (SCC), de Comunicação Social (Secom) e de Governo (Segov)

A adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), do governo federal, pautou a reunião que abriu a Prestação de Contas do Governo, edição 2025. A atividade foi conduzida pela Comissão de Administração Pública.

Os secretários de Estado da Casa Civil, Luiz Otávio Gonçalves, de Governo, Marcelo Aro, e de Comunicação Social, Bernardo Santos, responderam a questionamentos dos parlamentares e apresentaram iniciativas desenvolvidas em suas pastas.

Todos os gestores defenderam a necessidade de aprovação do pacote de projetos de lei (PLs) enviado pelo governo estadual à Assembleia, relativo ao Propag. Mas foram questionados, por exemplo, sobre o conteúdo dessas proposições.

Uma das matérias que despertou mais críticas foi o PL nº 3.733/25, que autoriza o Executivo a transferir imóveis de propriedade do Estado para a União, com o fim de amortizar parte da dívida de Minas. No projeto original, constava uma lista com mais de 300 imóveis.

Segundo o secretário Marcelo Aro, a grande vantagem do Propag em relação ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é zerar os juros da dívida. “Mas, para conseguirmos isso, precisamos entregar R\$ 36 bilhões em ativos”, explicou.

Conforme relatou, apenas a venda da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), responsável pela exploração do nióbio, poderia ser insuficiente. Nesse sentido, informou que disponibilizar outros imóveis possibilitaria margem mais ampla para negociação com o governo federal.



Secretarias de Estado da Casa Civil, Comunicação Social e Governo apresentam ações e respondem questionamentos de parlamentares integrantes da Comissão de Administração Pública no âmbito do Assembleia Fiscaliza 2025.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG)

A Comissão de Segurança Pública abordou, na prestação de contas dos gestores, o déficit de efetivo no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) e suas implicações nos serviços prestados, bem como o contingenciamento realizado pelo governo do Estado na área da segurança de modo geral.

Participaram a comandante-geral do CBMMG, Cel. BM Jordana Daldegan, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Cel. PM Carlos Frederico Garcia, e a chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), delegada Leticia Gamboge.

Respondendo aos questionamentos dos deputados, Jordana Daldegan destacou que a corporação tem um efetivo de 5.888 bombeiros militares. Ela reconheceu o déficit na instituição e abordou concursos públicos em andamento para recompor o quadro, como o do Centro de Formação de Oficiais, com 22 vagas, e o curso de formação de soldados, com 303 vagas.

A comandante-geral também destacou a conquista, em 2025, do auxílio-alimentação pela categoria da segurança.

Em relação ao contingenciamento de recursos, Jordana Daldegan informou que houve um corte de 13%, com a diretriz de não impactar o serviço operacional. Foram reduzidos recursos das áreas de aviação e ensino.

De acordo com o comandante-geral da PM, Carlos Frederico Garcia, no início de 2026 deverão entrar em atividade 3.102 novos soldados, elevando o efetivo total da PMMG de 37.576 para 40.024.

Em sua apresentação, ele destacou a redução dos índices de criminalidade em Minas. Comparando os mesmos períodos de 2024 e 2025, houve diminuição de 7,4% no número de mortes violentas, de 11% nos homicídios consumados, de 26% nos feminicídios e de 28,9% nos crimes violentos.



A Comissão de Segurança Pública recebe a prestação de informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

A atuação da Polícia Militar na área rural, por meio de monitoramento integrado com produtores rurais em diversos municípios do interior, foi elogiada por parlamentares.

Conforme o comandante, a iniciativa integra o Sistema de Cercamento Digital de cidades e utiliza câmeras para monitorar os principais acessos, além de contar com projeto de identificação de pessoas com mandados de prisão em aberto, que já resultou em 470 indivíduos identificados.

Em conjunto com a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, a Comissão de Segurança Pública também recebeu o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco.

Ele ressaltou dados do sistema prisional no Estado, como a nomeação de 3.405 candidatos do concurso para policial penal, realizado em 2021. O gestor da Sejusp anunciou também a realização de um novo concurso com previsão de 1.178 vagas, além de um processo seletivo simplificado para contratação temporária de 686 policiais civis.

Segundo o secretário de Estado, ao todo, existem 41 unidades socioeducativas em Minas, entre as geridas diretamente pelo governo e aquelas de gestão compartilhada. Somadas, ofertam 1.118 vagas, 75% das quais já ocupadas.

Rogério Greco comunicou também a construção de novos presídios em Frutal (Triângulo Mineiro), Itaúna (Centro-Oeste), Lavras e Poços de Caldas (ambas do Sul de Minas).

Secretaria de Estado de Saúde (SES)

Na prestação de contas encabeçada pela Comissão de Saúde e pela Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, foi recebido o secretário de Estado de Saúde, Fábio Baccheretti.

Ele ressaltou a execução financeira crescente da Secretaria de Saúde, que saltou de R\$ 4,6 bilhões em 2014 para R\$ 11,9 bilhões em 2024.

Entre as ações e políticas da área, o secretário enfocou cerca de 1 milhão de cirurgias eletivas realizadas em 2024 pelo Opera Mais, Minas Gerais, na expansão das Unidades Básicas de Saúde (623 novas), dos serviços de hemodiálise e no programa de triagem neonatal, com o rastreamento de 60 doenças em 1,1 mil testes diários.

A cobertura vacinal, acima da média do País, e as ações emergenciais diante da alta significativa de quadros de síndrome respiratória aguda grave, com a ampliação de leitos e o adiantamento de recursos a municípios, também foram destacadas por Fábio Baccheretti.

Entre os diversos questionamentos apresentados pelos parlamentares, recebeu destaque a preocupação com a destinação final de recursos públicos direcionados à saúde, entre eles os referentes ao Opera Mais, Minas Gerais.



Assembleia Fiscalizadora: Comissões de Saúde e Prevenção do Câncer recebem prestação de contas da Secretaria de Estado da Saúde.

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult)

As Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico, com participação da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, receberam o secretário de Estado de Cultura e Turismo, Leônidas Oliveira.

A necessidade de descentralizar recursos da cultura para todas as regiões de Minas Gerais foi a principal questão levantada pelos deputados.

O secretário de Estado relatou que a secretaria tem trabalhado nessa questão, procurando diretamente prefeitos e secretários municipais. Segundo ele, municípios das regiões Norte e Noroeste têm mais dificuldade de acesso a recursos.

Apesar disso, ponderou que a Lei nº 24.462, de 2023, conhecida como Descentra Minas, alcançou avanços e aumentou investimentos em turismo e cultura no interior do Estado.

De acordo com ele, 30% dos valores aprovados para captação pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura até maio de 2025 foram destinados a municípios do interior, que tiveram 184 projetos aprovados, enquanto a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) teve 236. Antes da lei Descentra Minas, mais de 95% dos recursos ficavam na RMBH.

Secretaria de Estado de Educação (SEE)

Medidas de combate à violência contra profissionais da educação no ambiente escolar e impactos, para a educação pública de Minas, de projetos de lei (PLs) do governador Romeu Zema referentes ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) estiveram no radar de parlamentares na prestação de contas da Secretaria de Estado de Educação (SEE).



Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Educação Profissional recebem prestação de contas da Secretaria de Estado da Educação.

Parlamentares da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia quiseram saber quais ações a secretaria tem executado para enfrentar a violência contra trabalhadores da educação. Também questionaram o secretário de Estado à época, Igor Alvarenga, sobre imóveis ocupados por instituições da área e que constam no PL nº 3.738/25.

A matéria autoriza o Executivo a transferir para a União imóveis de propriedade do Estado para abatimento da dívida. Constatam na relação áreas ocupadas pela Escola Estadual Milton Campos, conhecida como Estadual Central, e pelo Plug Minas, na Capital, por exemplo.

Respondendo à primeira pergunta, Igor Alvarenga destacou que a pasta desenvolve diversas iniciativas de prevenção à violência contra profissionais da educação, do ponto de vista pedagógico e educacional.

Entre elas, estão a elaboração de regimento escolar com regras mais claras sobre disciplina, o desenvolvimento de programas de convivência democrática e o acompanhamento psicológico a servidores vítimas de violência.

Em relação aos projetos referentes ao Propag, Igor Alvarenga defendeu a necessidade de avançar nessa pauta para equacionar a dívida do Estado com a União. De acordo com ele, um dos critérios para a elaboração da lista foi a subutilização dos espaços, como no caso do Estadual Central. Apesar disso, enfatizou que a lista é dinâmica e não representaria interrupção de serviços.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

A então secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho, foi sabatinada por parlamentares durante prestação de contas conduzida pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Minas e Energia e de Agropecuária e Agroindústria.

A confiabilidade de auditorias e relatórios feitos por mineradoras para o monitoramento ambiental de suas próprias atividades, sobretudo na Serra do Curral, no entorno de Belo Horizonte, foi uma das questões levantadas.

Segundo Marília Carvalho, duas empresas tiveram atividades suspensas e uma teve o licenciamento cancelado. Ela defendeu ainda a responsabilização dos profissionais que assinam laudos duvidosos.

Outro assunto foi a situação da Lagoa da Petrobras, na região de Ibirité (RMBH). Construída para apoiar o funcionamento da Refinaria Gabriel Passos, o reservatório se encontra em processo avançado de assoreamento.

Segundo a secretária, embora a refinaria tenha licença para operar há décadas, a lagoa passa pelo primeiro processo de licenciamento. Ela explicou que há compensações ambientais e medidas de controle determinadas legalmente a serem aplicadas, mas, considerando-se o passivo ambiental da lagoa, outras ações, além das obrigatórias, estão em discussão.

O baixo número de servidores do meio ambiente e a situação precária de suas carreiras também foram tratados. De acordo com Marília Carvalho, a situação fiscal do Estado impede a realização de novo concurso. Ela ainda informou que é prioridade construir um plano de carreiras para os servidores.



Comissões de Meio Ambiente, Agropecuária e Minas e Energia recebem a prestação de contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Secretarias de Estado de Fazenda (SEF) e de Planejamento e Gestão (Seplag)

Deputados das Comissões de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Participação Popular e de Desenvolvimento Econômico sabatinaram o secretário de Estado de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, e a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Sílvia Listgarten.

O Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), do governo federal, voltou a centralizar a prestação de contas das pastas. Os parlamentares manifestaram dúvidas e preocupações quanto à situação fiscal do Estado e à adesão de Minas Gerais ao Propag.

Sílvia Listgarten tratou como desafio a finalização, em tempo hábil, da lista de imóveis que serão oferecidos à União para abatimento da dívida de Minas Gerais.

A relação preliminar contava com 343 imóveis, sendo 242 do Estado e 71 de empresas estatais, conforme a titular da Seplag. Segundo ela, o Executivo deu preferência a imóveis sem uso finalístico, desocupados ou subutilizados, mas está aberto ao diálogo.

O secretário de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, voltou a reforçar que o governo busca a adesão ao Propag com amortização de 20% da dívida com a União, mediante a cessão de ativos como imóveis, empresas estatais e direitos creditórios. Nesse cenário, a dívida seria refinanciada com correção monetária pelo IPCA e juros reais de 0% ao ano.



Prestação de contas da Secretaria de Estado de Finanças e Secretaria de Estado de Planejamento às Comissões de Administração Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular no Assembleia Fiscaliza.

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa)

Segurança no campo, projetos de irrigação e de expansão tecnológica e regulamentação ambiental foram temas dos questionamentos dos deputados ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Thales Almeida, na reunião da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.



A Comissão de Agropecuária e Agroindústria recebe a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

O secretário de Estado abordou a importância das delegacias especializadas em crimes rurais e da instalação de câmeras de monitoramento nas zonas rurais de alguns municípios. Ele citou ainda os projetos Campo Seguro e Patrulha Rural, da Polícia Militar, como ações que têm melhorado a segurança no campo. Segundo Thales Almeida, essas ações têm garantido a recuperação de equipamentos, máquinas e animais.

A falta de regulamentação da Lei nº 24.931, de 2024, que institui a Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável, foi criticada na prestação de contas. Conforme o secretário, a regulamentação seria concluída em breve. Um dos avanços, segundo ele, seria permitir o uso de barramentos para produção de alimentos, e não apenas para energia, como atualmente.

Além disso, Thales Almeida abordou o projeto Irriga Minas, que tem distribuído kits de irrigação e garantido assistência técnica aos produtores para ajudar a aumentar a área irrigada do Estado.

No âmbito da regulamentação ambiental, o secretário comentou mudança para dispensar propriedades de até mil hectares de licenças especiais para a atividade agropecuária. Antes, a partir de 200 hectares já era exigida licença.

Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra)

Parlamentares das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas cobraram melhorias em diversas rodovias estaduais na prestação de contas do secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, Pedro Bruno Souza.

A reunião contou com a participação das Comissões de Desenvolvimento Econômico e Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.



Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e Transporte, Comunicação e Obras Públicas realizam audiência conjunta no Assembleia Fiscaliza.

Em apresentação, ele destacou as principais realizações de sua pasta e foi auxiliado no esclarecimento de dúvidas pelo diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), Rodrigo Tavares.

Ao longo da reunião, foram mencionados trechos rodoviários específicos em diferentes regiões do Estado, como Sul, Norte, Centro-Oeste, Triângulo, Jequitinhonha/Mucuri, Vale do Rio Doce e Central, interligando municípios do interior às principais rodovias federais que cortam Minas Gerais.

O secretário e o diretor do DER-MG sinalizaram positivamente em relação às cobranças dos parlamentares, informando o andamento das obras ou, ao menos, garantindo a licitação nos próximos meses, com a ressalva de que, em alguns casos, não havia orçamento disponível.

A necessidade de construção ou reforma de pontes também foi citada por diversos parlamentares. Nesse aspecto, os gestores informaram que a pasta já vistoriou cerca de 200 pontes em todo o Estado para subsidiar a elaboração de projetos para sua melhoria.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede)

A simplificação do processo de emissão de alvarás e licenças para empreendimentos foi uma das ações mais comentadas durante a prestação de contas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), conduzida pelas Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Econômico.



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico apresenta informações às Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Econômico recebem a prestação de informações no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

Além de responder aos questionamentos dos deputados, a secretária de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa, destacou projetos para promover a atração de investimentos, a liberdade econômica, a desburocratização do ambiente de negócios e a inovação no setor produtivo.

Como frisou, o Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais está crescendo desde 2018 e ultrapassou R\$ 1 trilhão no ano passado, ocupando o terceiro lugar no PIB brasileiro.

Segundo Mila Corrêa, a gestão tem se dedicado a aprimorar mecanismos de avaliação para liberar alvarás e licenças, sem comprometer a segurança dos empreendimentos.

Também mencionou a distribuição de quase R\$ 60 milhões em bolsas para projetos de pesquisa atrelados ao setor produtivo local e a emissão de mais de 17 mil títulos de regularização fundiária entre 2019 e início de 2025.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)

A secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Alê Portela, foi sabatinada por parlamentares das Comissões de Direitos Humanos, de Defesa dos Direitos da Mulher, do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Esporte, Lazer e Juventude e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A captação de recursos para a Lei de Incentivo ao Esporte foi o ponto central da reunião de prestação de contas. A ampliação de recursos foi comemorada por deputados, que manifestaram preocupação com a dificuldade de captação.

Segundo Alê Portela, o Estado conta com a atuação de conselhos municipais de esporte para a divulgação. Conforme apresentação da secretária, o limite de arrecadação para projetos triplicou para R\$ 82 milhões.

De acordo com ela, 134 projetos esportivos foram homologados em 2025. A previsão é de atingir mais de 30 mil beneficiários em 55 municípios.

Outro ponto ressaltado por Alê Portela foi o ICMS esportivo, repassado aos municípios de forma proporcional às ações que desenvolvem no setor. Segundo ela, 565 municípios receberão repasse em 2025. A estimativa é de valor recorde: R\$ 86 milhões.

Também foram destacadas a emissão de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Cipteas) e a capacitação de mais de 450 gestores para identificação e combate aos casos de abuso infantil.



Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência recebem prestação de informações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.



“Minas Gerais dispara na liderança em energia solar fotovoltaica e é responsável por 22% de toda a produção no Brasil. Milhares de empregos gerados, renda e receitas revertidas em políticas públicas de saúde, educação, infraestrutura, segurança e apoio ao homem do campo.”

Deputado Gil Pereira (PSD)

“Minas Gerais assume protagonismo na saúde infantil com a Lei nº 25.420/2025, de minha autoria. A norma obriga hospitais e maternidades a informar os pais sobre o Teste da Bochechinha, garantindo mais proteção desde os primeiros dias de vida. O exame é moderno e capaz de detectar mais de 300 doenças genéticas e raras, complementando o tradicional Teste do Pezinho. Como presidente da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, avançamos com audiências públicas realizadas em Ubá e Manhuaçu, que discutiram ações de combate à doença e a instalação de ambulatórios de quimioterapia da Fundação Cristiano Varella nesses municípios.”



Deputado Grego da Fundação (Mobiliza)



“Este ano demonstramos a força e a resiliência do Parlamento mineiro. Através de deliberações estratégicas em Plenário e de visitas constantes ao interior, conseguimos identificar as necessidades prioritárias da população e focar em pautas cruciais para o seu desenvolvimento. Priorizamos a elaboração de projetos importantes, como a Lei nº 25.563/2025, que protege nossos educadores. Nossas ações refletiram o compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos, buscando soluções inovadoras e equilibradas. Continuaremos firmes no propósito de construir um futuro mais próspero e justo para todos os mineiros.”

Deputado Gustavo Santana (PL)

“2025 marcou a força renovada do Parlamento mineiro. Retornei à Assembleia, após servir na Secretaria de Estado de Governo, reforçando o diálogo entre os Poderes Executivo e Legislativo. Atuamos com responsabilidade para aprovar pautas estratégicas, em especial os projetos para a adesão de Minas ao Propag, passo essencial para o refinanciamento da dívida do Estado e para o equilíbrio das contas públicas mineiras.”

Deputado Gustavo Valadares (PSD)



"Ao longo da minha trajetória no Estado de Minas Gerais, desenvolvi projetos como a Lei dos Consórcios Municipais de Saúde, a PEC que destinou aos municípios recursos da indenização da Vale e o PL que impede o Estado de reter verbas municipais. Continuo firme na defesa dos interesses dos mineiros e no fortalecimento do Poder Legislativo. Defendo a população sem voz na tramitação do Propag, sempre pautado pela democracia, justiça social, defesa da família como base da sociedade e igualdade de oportunidades, respeitando a Constituição e a institucionalidade dos Poderes.”

Deputado Hely Tarquínio (PV)



“Tema centralizador das atividades da ALMG foi, dentre outros, o relacionado à dívida do Estado com a União, com os passos para adesão ao Propag. Tal centralização não olvidou a proteção ao meio ambiente: assunto Lagoa da Petrobras/Regap, proteção à água e à vida. E não poderíamos deixar de registrar as proposições em favor do combate à violência contra a mulher. Chegamos à criação de 116 Procuradorias da Mulher nos municípios. Organizamos eventos para discutir a violência contra a mulher e promover a conscientização sobre o tema. Trabalhamos arduamente para representar os interesses dos municípios.”

Deputada Ione Pinheiro (União)